

Revista de Historia

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

SUMMARIO

- O primeiro congresso internacional das raças (*Conclusão da pag. 115*) — Silva Telles.
Ineditos de Sousa Viterbo — Sousa Viterbo.
Liricos amorosos portugueses — A. do Prado Coelho.
D. Miguel da Anunciação, bispo de Coimbra (*Conclusão da pag. 120*) — Fortunato d'Almeida.
O Duque de Lafões — Fortunato d'Almeida.
Explorações archivísticas:— I. A inquisição de Góia contra o Vice-Rei Mello de Castro. — II. Empréstimo de 1631 destinado á recuperação de Pernambuco. — Pedro de Azevedo.
Subsidios para o estudo do paleolítico português — Joaquim Fontes.
A inquisição no Brazil — Antonio Baião.
Factos e notas.
Bibliographia.

1912

LIVRARIA CLASSICA EDITORA
DE A. M. TEIXEIRA

20, Praça dos Restauradores, 20

LISBOA

Sociedade Portuguesa de Estudos Historicos

Artigo 4.º A admissão de novos socios faz-se por proposta assignada por tres socios, com um parecer justificativo da candidatura, fundamentado em trabalhos de especialidade e nunca exclusivamente em livros escolares e de vulgarisação. A votação faz-se por escrutinio secreto, na sessão immediata áquella em que foi apresentada a proposta.

§ unico. A revista poderá publicar trabalhos de individuos estranhos á Sociedade, uma vez que sejam apresentados por um socio ao Conselho de Direcção e por elle approvados.

Artigo 5.º Os socios, residentes e não residentes em Lisboa, satisfazem mensalmente a quota de 500 réis.

§ unico. Póde-se-lhes facilitar o pagamento por prazos de tres, seis ou doze meses.

Extracto do Estatuto approved em sessões de 12 e 23 de Junho de 1911.

As doutrinas expostas nos artigos da «Revista» são da exclusiva responsabilidade dos seus auctores.

— As obras sobre assumptos historicos ou affins, que forem enviadas á «Sociedade», serão noticiadas na secção de Bibliographia da «Revista».

ASSIGNATURAS

Anno, Portugal.	17200 reis
Numero avulso	300 »
Anno, União Postal.	7 francos

O PRIMEIRO CONGRESSO INTERNACIONAL DAS RAÇAS

(CONCLUSÃO DA PÁG. 15)

S as circunstancias especiaes da politica de expansão colonial das grandes potencias, e em particular da Gran-Bretanha, concorreram para a realização do Congresso das Raças, e se os interesses norte-americanos, despertados pelos conflictos no sul e pela immigração asiatica lenta no oeste da grande Republica, provocaram nos espiritos liberaes um movimento semelhante ao que se manifestára no publico britanico, é fóra de duvida que a opinião euro-americana encontrou, para ganhar terreno, um meio apropriado, creado pelas idéas scientificas que de longa data vinham a firmar-se nos centros mais cultos da Europa e America do Norte. O Congresso das Raças, apesar de todos os defeitos da sua organização, traduziu essa corrente scientifica; a leitura dos trabalhos que lhe foram apresentados deu a impressão que a etnologia moderna encara hoje, principalmente no ponto de vista psicologico, as raças humanas de um modo muito diferente do da etnologia de ha meio seculo.

E' necessario que nos transportemos aos ultimos annos da primeira metade do seculo XIX para comprehendermos a vasta elaboração das idéas que deu lugar á moderna concepção psico-anthropologica das raças. E' com Darwin, para não citar os seus numerosos pre-

cursores, que a hipótese das transformações lentas, em opposição com a doutrina catastrophica ou das revoluções bruscas, surge revestida com todo o seu aparato scientifico. Já antes d'elle, transformistas como Goethe, Erasmo, Darwin, Spencer e Oken e actualistas como Lyell tinham esboçado os fundamentos da doutrina. Mas foi Darwin, sob a dupla concepção do transformismo lento e da selecção pelo mais forte, quem lhe deu maior desenvolvimento, permitindo que ella servisse de base a afirmações de ordem social e politica mais ou menos ousadas, umas logicas e outras contestaveis. Creou-se sobre a hipótese do célebre naturalista uma escola que dominou durante algum tempo a politica economica, a educação, a moral e até a politica internacional da Gran-Bretanha e cujos efeitos se fizeram sentir na Europa, na sciencia como na politica, durante quase toda a segunda metade do seculo XIX.

A idéa do transformismo gradual, já espalhada como tendencia no seculo XVII, atravessou sem grandes progressos a crise filosofica e politica do seculo XVIII, e só quando o racionalismo dominante do principio do seculo XIX pretendeu impôr a doutrina das catástrofes ou da immobilidade organica, os espiritos superiores da Gran-Bretanha,

—Herbert Spencer, Hooker, Huxley, Lyell e Darwin,— talvez suggestionados pelas opiniões dispersas e combatidas de Lamarck e G. S. Hilaire, em França, e de Goethe, Oken e Humboldt, na Allemanha, reconstituíram em novas bases scientificas a doutrina das transformações lentas. A' inercia da estructura organica, vegetal e animal, succedeu o *devenir* sem paragem; ás perturbações teatraes, as transformações vagarosas; ás soluções de continuidade entre os diversos aspectos da vida do globo, o principio da continuidade na marcha, variavel consoante condições organicas e regionaes. O tempo para a nova doutrina, como unidade de medida, era indeterminado e indefinido, não caindo sob o dominio da nossa consciencia e por isso extranhos á inspecção directa dos nossos sentidos os fenomenos das alterações fisicas e biologicas da superficie terrestre. Segundo a mesma doutrina, na natureza nada se faz de salto; tudo modifica-se vagarosamente, num ritmo ondulatorio, cujas ordenadas são quase insensiveis na variação, mas cujos efeitos se somam, para no fim de um largo periodo de tempo, impossivel de determinar no maior numero dos casos, da sua acumulação surgir um novo *facies* organico, uma disposição morfologica diversa da anterior, uma fisionomia terrestre diferente.

No dominio da ethnologia a concepção britanica provocou a afirmação das transformações humanas incomensuravelmente lentas e a da hegemonia do mais forte com a noção dos agrupamentos ethnicos, categorizados segundo uma escala, do tipo inferior, o mais fraco, na fronteira da animalidade, ao tipo superior, o mais forte, constituindo o *grupo da civilização*. O cruzamento foi em todos os casos considerado um desequilibrio organico, proveniente da junção de duas individualidades não homogeneas, importando uma inferioridade ethnica e psicologica, se realizado entre categorias raciaes não afins. Deste modo

a humanidade vinha a ser dividida em grupos psico-organicos, ou psico-ethnicos, irreductiveis, e esta irreductibilidade ia até ao ponto de se admitirem soluções de continuidade entre os diversos agrupamentos humanos, o que importava para cada etnia, ou pelo menos para cada grupo de etnias proximas, além de uma origem propria, um *facies* psicologico especial e aptidões diversas provenientes da sua estructura organica. E como esta prolonga as suas raizes até nas especies extra-hominias, a quantidade de reviviscencia antropoidica ou o grau de parentesco revelado nos caracteres morfologicos traduzia, segundo o ponto de vista psicologico da doutrina, a altura mental a que a raça pertencia. Havia portanto: agrupamentos humanos no alto da escala, considerados ethnica e psicologicamente superiores; outros, razando com os animaes, incapazes de adquirirem pelo tempo indefinido, quer a estructura interna, quer as feições organologicas, a personalidade moral ou a envergadura dos primeiros; outros, finalmente, formando a transição entre os grupos extremos, mas com hiatos ou soluções de continuidade profundas.

Compreende-se o alcance social e scientifico que esta doutrina obteve. Tinha no seu activo o triunfo contra a classica teoria das formações autónomas provocadas pelas catástrofes e parecia além disso estribar-se sobre uma documentação relativamente autentica colhida no dominio das sciencias naturaes e nas leis mais ou menos previstas da concorrência social. O seu fundador, dentro da sua admiravel disciplina scientifica, não se permitiu descer a conclusões sem fundamento, mas a sua escola, confundindo o fenomeno das transformações lentas, sempre verdadeiro por ser uma lei geral da natureza, com a explicação do mesmo fenomeno no mundo zoologico e vegetal, invadiu o campo da ethnologia e applicou ao homem, fisica e psicologicamente considerado, a mesma

interpretação que até nas plantas e nos animaes é hoje pelo seu exagêro contestavel. O transformismo lento tinha sido uma reacção necessaria contra a velha doutrina da immobilidade e até contra o actualismo anodino dos geólogos; era uma tentativa de sistematização dos fenomenos da natureza viva e inerte; era a revolta contra o quietismo da escola racionalista. Mas as suas afirmações, visando a etnologia, confundiram o problema ethnico com o problema moral, o homem considerado no ponto de vista anthropologico com o homem considerado no ponto de vista psicologico.

Mas na sua applicação á etnologia era manifesta a contradição entre os dois pontos de vista da doutrina, porque esta sustentava ao mesmo tempo a possibilidade das modificações ininterrompidas, progressivas ou regressivas, de aperfeiçoamento ou de decadencia, e a existencia de grupos ethnics formando personalidades autónomas e irreductiveis e tanto mais quanto mais afastados se encontrassem esses grupos uns dos outros. Isto importava dizer que os agrupamentos raciaes eram separados por hiatus que lhes era impossivel transpôr em consequencia da sua irreductibilidade ethnica e psicologica, sofrendo na passagem o fenómeno da degenerescencia e por fim a extincção no tempo.

Nos animaes superiores, até chegar ao homem, os fenomenos que caracterizam a vida do espirito seguem em complexidade e amplitude uma ordem crescente; o poder de atenção, a força inhibitoria, a affectuosidade e a intelligencia exteriorizam-se por modos diversos. Cada especie animal, cada genero ou classe, oferece ao exame uma individualidade psicologica com feições proprias e insusceptivel de alcançar a fisionomia intellectual e moral dos outros grupos animaes. Estas afirmações, transportadas para o campo da etnologia, levam a conclusões extranhas. Como o homem, cujos agrupamentos discute-se ainda se constituem variedades raciaes ou espe-

cies autónomas saídas de um ou muitos precusores, apresenta categorias analogas ás dos animaes que lhe são immediatamente inferiores, concluia-se que a estructura diversa das etnias importava, como nos animaes, uma polarização diferente das energias psicicas; a affectividade e a intelligencia, estando subordinadas á architectura fisica do agrupamento racial ou especie humana, deviam ser tanto mais diversos, revelando graus de capacidade e aptidões não equivalentes, quanto maior fosse a distancia ethnica entre as agremiações humanas. Deste modo, — podia-se concluir legitimamente, — a irreductibilidade era maxima entre o grupo das civilizações e as denominadas *raças inferiores* ou *improgressivas*.

Foi deste modo que a escola britanica qualificou, no seu exagêro, as etnias africanas, australianas e americanas. Baseando-se nos dados morfologicos, na caracterização anthropologica, permitiu-se tirar conclusões abstractas, sem uma prévia documentação em materia psicologica. O sectarismo scientifico levou ao ultimo extremo as afirmações fundadas numa concepção zoologica e confundiu o problema anthropologico com o problema moral, identificando as leis geraes da biologia com as leis mais complexas da psicologia; supoz que ao particularismo ethnico devia fatalmente corresponder uma determinada caracterização moral e intellectual, á estructura organica um determinado facies psicologico. Foi nesta orientação que faliu a escola criminal de Lombroso, como faliu tambem a doutrina de Vacher de Lapouge.

A doutrina psicologica creada pela concepção britanica fez escola; nos caracteres anthropologicos procurou-se a explicação da superioridade ou inferioridade mental e social das raças. Desenvolvimento economico, ambições politicas, valor militar, qualidades artisticas, todas as manifestações emfim que categorizam os povos actuaes deviam provir

das suas condições organicas, ou melhor dos seus caracteres cerebro-craneeanos. Assente este principio, eram sem duvida logicas as afirmações psicologicas da escola. Mas o principio falhou, porque se reconheceu, por uma documentação abundantissima, que o problema ethnico, já de si difficil de ser resolvido pela complexidade extrema dos elementos a considerar, é-o incomparavelmente menos que o problema psicologico das raças. Se é ainda hoje quase impossivel categorizar as ethnias em escala de superioridade, conforme os seus caracteres morfologicos e organicos, a impossibilidade com que se luta é manifesta quando se trata de estabelecer uma escala análoga pelas suas aptidões mentaes e sociaes; embora nas condições actuaes do meio geografico ninguem tenha observado a transformação dos caracteres ethnicos sem a intervenção dos cruzamentos; apezar dos dados da paleoclimatologia e da paleo-antropologia confirmarem, dentro dos conhecimentos modernos, essa aparente fixidez dos caracteres raciaes pela conservação dos aspectos climaticos post-pleistocenicos, — o facies psicologico, isto é, a estatura mental sofreu transformações consideraveis, elevando o homem da fronteira da animalidade, do troglodita ao sêr civilizado, transformações que se deram consoante as condições do meio fisico e social das raças, em graus muito diversos, desde a alteração lenta das aptidões psiquicas, como na Europa, até ás verdadeiras mutações mentaes, como no sul dos Estados-Unidos e em numerosissimos casos individuaes. O movimento filantropico contemporaneo foi ao encontro da doutrina, e com factos, com documentos vivos, mostrou que os chamados povos inferiores podiam moldar-se rapidamente, em uma só geração, a habitos mentaes dos povos superiores; que as suas características ethnicas não se opunham fundamentalmente á sua elevação moral e intelectual; que as leis do progresso psicologico não se subor-

dinam á extrema lentidão das modificações morfologicas. Entre as raças não se devia portanto admitir, em boa filosofia natural, senão diferenças morfologicas derivadas de profundos antagonismos organicos, sem que as actividades psiquicas acompanhassem em quantidade e qualidade esses fenomenos bioquimicos.

Sem procurar discutir o ponto de vista dos contraditores da doutrina ethnologica saída da teoria das transformações lentas, é para nós fóra de duvida que ao exagêro das conclusões da ethnologia corresponde o exagêro pouco sustentavel dos que aceitam a perfeita egualdade psiquica latente de todas as raças. E' certo que os fenomenos de ordem mental não se subordinam unicamente ás condições de natureza organica e ethnica, mas desta afirmação não se deve inferir que a affectividade e a intelligencia sejam fenomenos autónomos e independentes das nossas aptidões organicas. Admitir esta autonomia seria negar todas as leis da psicologia moderna, e em especial da psicologia comparada. Ha sem duvida aptidões variadas conforme as ethnias, ha graus de receptividade das impressões do mundo exterior e processos especiaes de elaboração e correlação destas impressões. E' inutil repetir tudo quanto sobre este assunto se tem dito para se chegar á conclusão de que ás ethnias organica e morfologicamente consideradas não correspondem exactamente as ethnias psiquicas. Estas podem constituir individualidades mais proximas umas das outras, apezar das grandes distancias que porventura as separem os respectivos caracteres morfologicos e raciaes.

Este exagêro dos contraditores da ethnologia manifestou-se com toda a evidencia no Congresso das Raças. E é facil justificá-lo. Sustentaram-no os interessados, os *homens de côr* do Congresso, todos os filantropos portadores dos documentos do rapido desenvolvi-

mento mental das chamadas *raças im-progressivas*, os representantes das idéas de egualdade social e politica das raças vindas dos Estados-Unidos e raros homens de sciencia suggestionados pelas modernas doutrinas das transformações bruscas ou das mutações. Mas a opinião da maioria dos homens de sciencia tolerou com indiferença e frieza este radicalismo do maior numero dos congressistas! O ataque violento sofrido pela doutrina das transformações lentas da teoria das modificações bruscas influiu também nas idéas expostas no Congresso. O movimento scientifico feito com Mendel, Bateson, Yves Delage, De Vriès, Naegeli, Hertwig, Galton, Roux, Dantec, Cope e muitos outros, movimento derivado em especial dos trabalhos de botanica experimental, creou já uma opinião em sciencias naturaes e começa a actuar fortemente não só no dominio da ethnologia como também nas sciencias sociaes, chamando as suas applicações até ao campo da educação, da pedagogia e da politica. Esta orientação scientifica, como a das transformações graduaes e lentas, provém das sciencias naturaes e a sua prova foi tirada pela experimentação botanica e zoologica e pela teratologia. Chamada porém ao campo da ethnologia, o seu *catastrofismo atenuado* não foi confirmado. Ha quem sustente desde 1900, — Wilser, por exemplo, na Allemanha, — a possibilidade da passagem rapida dos brachioides em dolichoides e vice-versa; o prof. Von Luschan, no Congresso, revelou a mesma simpatia pela doutrina das mutações em antropologia, mas nenhuma prova, nenhum documento se averiguou até hoje dessas alterações raciaes bruscas. Contra ella depõe tudo quanto a sciencia contemporanea regista. As alterações agudas ou são provenientes da intervenção de um factor hereditario surgindo por leis que desconhecemos ou representam um desequilibrio ou degeneração organica; no primeiro caso pode ser considerado uma reviviscencia de

uma energia herdada e não uma transmutação, no segundo traduz uma tendencia para o aniquilamento.

Se a antiga doutrina ethnologica derivada da escola britanica confundia o problema ethnico com o psicologico, pretendendo applicar á resolução do segundo os elementos de análise colhidos para a solução do primeiro, a moderna doutrina das mutações deixa-se arrastar em sentido inverso, querendo concluir, da rapidez das alterações que se observam no dominio moral, a favor das modificações egualmente bruscas nos caracteres raciaes. E', como se vê, a mesma confusão das leis biologicas com as leis psicologicas, do homem considerado morfologica e organicamente com o homem estudado nas suas aptidões mentaes. No Congresso, esta nova corrente scientifica, embora se não revelasse ousadamente, deixou transparecer as suas intenções. O Prof. Von Luschan, illustre antropologista allemão, que a procurou defender, fê-lo sem convicção profunda, sem documentação séria. E o Congresso andou prudentemente em evitar a discussão sobre o trabalho apresentado pelo mesmo professor!

Mas as mutações psiquicas, a rapidez das aquisições intellectuaes, as modificações das aptidões de ordem moral, a sociabilidade adquirida num curto periodo de tempo, o aproveitamento immediato da energia psiquica latente, foram outras tantas idéas que vieram á superficie suggestionadas pela orientação scientifica contemporanea em opposição com a doutrina das transformações lentas e da conservação dos caracteres. A educabilidade facil das chamadas *raças inferiores*, a fixação das aptidões moraes adquiridas, a sociabilidade fortemente desenvolvida entre ellas pelo exemplo e ensinamento das raças da civilização, as suas provas em sciencias e letras, foram novos argumentos apontados a favor dessas manifestações teatraes e rapidas.

A hipótese do neo-catastrofismo, tendo

creado uma nova atmosfera científica, não podia deixar de sugerir uma autonomia mais defensável das aptidões psíquicas das raças. No mundo moral há transformações rápidas, catástrofes agudas, verdadeiras mutações, com os graus mais variados de agudez. Da modificação lenta às formas das alterações bruscas é toda uma série de graus. A estrutura mental pôde tomar aspectos diversos por qualidades adquiridas; as energias afectivas e intellectuales podem polarizar-se diferentemente da polarização dos antepassados; a herança sujeita-se a interferências, a equilíbrios e desequilíbrios, sem marcha cíclica, sem estabilidade garantida, pela incidência dos factores exógenos. E todas estas mutações mais ou menos vivas não são acompanhadas de fenómenos morfológicos correspondentes nem se associam a quaesquer perturbações somáticas tendentes a fazerem variar o facies ethnico. Isto significa que o homem tem a actuar sobre a sua individualidade uma especie de edafismo particular e condições ecologicas muito complexas, o que importa dizer que á placidez, ao quietismo relativo exigido pelas transformações lentas, nós apresentamos, em circumstancias que desconhecemos, energias inéditas, forças despertadas ou produzidas pela atmosfera fisica e moral que nos envolve.

E' licito perguntar se essas transfigurações moraes são estaveis e se a estabilidade reconhecida no individuo é viavel no tempo, ou se pelo contrario sobrevém o desequilíbrio devido ao esforço despendido numa polarização estranha. Embora os fenomenos das alterações rápidas nas aptidões moraes sejam bem conhecidos, e muito antes do aparecimento da moderna doutrina, afigura-se-nos que é prematura qualquer afirmação tendente a reconhecer a possibilidade *absoluta* de energias eguaes em ethnias antropologicamente irreductiveis. A nova doutrina não trouxe qualquer elemento importante á solução do problema.

Como era natural, os entusiastas das mutações foram mais longe do que lhes permitiam os dados da sciencia. Aqui e além surgiram afirmações, ainda a medo, procurando sustentar a hipótese das transformações raciaes pela acção contundente do meio social, hipótese sobre que a antropologia não teve que se manifestar porque nenhum documento a sustentava. Eram afirmações feitas por individuos extranhos á sciencia e traduziam unicamente uma vaga aspiração de egualdade, um ideal quimerico de fusão de todas as raças, impossivel de se realizar.

Do que precede vê-se claramente que o Congresso das Raças traduziu, embora um pouco desconexamente, uma determinada orientação scientifica. Em todos os trabalhos revelou-se a mesma tendencia, feriu-se a mesma nota; a documentação a favor da relativa independencia das energias psiquicas quanto á subordinação dos caracteres ethnics foi perfeita. Mas, de todas as opiniões a que melhor pôz a questão nos seus devidos termos foi a que pretendia, e a nosso vêr muito bem, não a fusão de todas as ethnias, — porque seria pretender o impossivel, — nem mesmo uma tentativa de aproximação organica, contra a qual se revoltam a affectividade e os sentimentos estéticos das raças que fazem parte do *grupo das civilizações*, mas um paralelismo de esforços sociaes no sentido do maior progresso. A's raças as mais diversas devem-se reconhecer os mesmos direitos á existencia, a mesma liberdade na conquista da terra; são, todas, manifestações da natureza e a todas pertence marcar o seu logar pela sua actividade. Somos ethnicamente deseguaes, morfolologicamente irreductiveis; o meio actual não provoca alterações raciaes e nenhum documento de valor até hoje provou o contrario. Mas no ponto de vista das energias mentaes, a aproximação é facil. Podemos viver paralelamente sem nos fundirmos; a nossa obra pode ser commum e dirigida

para o mesmo ideal moral; a associação dos nossos esforços e do trabalho organizado realizar-se-hia sem conflictos.

Seria esta a verdadeira plataforma da conciliação. O *contacto* das raças passaria a ser uma *entente cordiale*. Afigura-se-nos porém que as ambições dos representantes de muitas etnias, principalmente asiaticas, visam fins politicos; nos seus discursos notava-se a aspereza do dominado pretendendo sacudir um jugo que se lhe tornou insuportavel. Ha actualmente nos povos mongoes um esboço de delirio de grandezas; a revolta é manifesta em toda a Asia Oriental. Na India o rancor contra o povo dominador cresce lentamente; sejam quaes forem as boas palavras que venham da planicie indo-gangetica, a emancipação politica, embora seguida de anarquia, é a miragem que persegue o proletariado intelectual de toda a grande peninsula sul-asiatica. Entre as aspirações dos negros africanos e americanos e as ambições dos povos asiaticos vae toda a diferença que existe entre as raças que não teem passado e foram levantadas da animalidade pelo esforço europeu e as que revelaram uma intensa cultura quando ainda a Europa encontrava-se em periodos de civilização pre-historica. Na Asia observa-se um orgulho tradicional; as suas religiões alimentam um antagonismo profundo com os occidentaes. E' a este estado da alma dos povos orientaes que se deve attribuir o ardor com que a doutrina da transformação foi chamada a favor de uma impossivel mutação ethnica nas condições actuaes do meio geografico.

O Congresso das Raças inspirou-se numa verdade scientifica quando apresentou documentos e factos significando fenomenos de mutações mentaes, de formação de personalidades moraes analogas em etnias irreductivelmente antagonicas; mas desviou-se da verdadeira sciencia quando pretendeu, embora como uma simples sugestão, sustentar

a possibilidade de transmutações ethnicas. Quem ouviu atentamente os discursos pronunciados a proposito dos diferentes relatorios publicados pelo Congresso compreendeu que o nivel scientifico da numerosa assemblêa reunida na grande sala da Universidade de Londres não era, em assuntos ethnologicos, muito alto. A'parte alguns nomes e dos mais illustres em antropologia e ethnologia, era esmagadora a maioria dos filantropos e dos interessados, por motivos economicos e politicos, numa aproximação das raças. Mas é incontestavel que será proveitosa a obra do Congresso. Se lhe não foi possivel convencer os competentes e os homens de sciencia sobre os problemas ethnicos que nelle fõram ventilados, é indubitavel que modificou muitas opiniões, sugeriu outras, e no ponto de vista da moral inter-racial a sua acção, robustecida em outros congressos, far-se-ha sentir favoravelmente, num futuro mais ou menos proximo, nas relações politicas entre os diferentes povos.

Outra afirmação surgiu, sem ser pronunciada, no Congresso: que a civilização apresenta-se-nos com tipos diversos, sob aspectos por vezes muito extranhos no campo intelectual e artistico, embora se exteriorize do mesmo modo economicamente sob a influencia das mesmas leis e apresente aspectos politicos analogos. Ha, sem dúvida alguma, uma civilização chinesa, como ha uma civilização indiana ou japonesa. As linguas, as religiões, os costumes, as tradições, o clima, as condições geograficas, e — quem sabe? — a origem pleistocenica dos diversos agrupamentos ethnicos, espalhados principalmente nos velhos continentes, crearam modalidades sociaes, tipos mentaes de cerebração polarizada de modos diversos e reagindo diferentemente aos mesmos estímulos. Em contacto com a cultura euro-americana, novas energias foram despertadas nos povos da civilização primitiva oriental, creando novos

moldes, pela interferencia das ideias e sentimentos tradicionaes com a actividade avassaladora da civilização atlantica. Do contacto espiritual das raças, da sua maior aproximação sem a correspondente fusão organica, acentua-se progressivamente a particularização dentro da civilização geral, o regionalismo ethnico com a expansão das energias psiquicas, unidades menores dentro da unidade humana maxima. E' este o grande conflicto das etnias: a impossibilidade de se fundirem numa grande massa, a repulsa organica entre os grupos, a opposição entre o seu futuro psiquico e o seu futuro ethnico.

De um lado o contacto efectivo por motivos economicos e politicos, contacto successivamente mais facil pela distancia cada vez mais curta entre todos os povos; do outro, o antagonismo irreductivel, derivado das leis biologicas e affectivas, separando sempre, isolando ethnicamente os agrupamentos humanos. Deste desencontro de energias surgem manifestações ineditas, aspectos de cultura geral orientados divergentemente. A civilização tende a revelar-se em quadros diversos, essencialmente polimorficos, com tendencias variadas, por não ser identica a base organica; poder-se-hia comparar este fenomeno a uma ramificação genealogica, de diferenciação complicada mas com eguaes linhas fisio-nomicas fundamentaes. O contacto das raças, não podendo nunca significar uma fusão das raças entre os grandes ramos da arvore humana, haverá sempre a distinguir a aproximação moral e intellectual, possivel e necessaria, da unificação organica, quimerica e irrealizavel.

A análise da obra do Congresso deunos a impressão que tinha sido mal

focalizada a tentativa dos seus organizadores ou mal orientada a marcha dos trabalhos. Devia-se ter restringido aos aspectos economico e moral do problema, desviando-se prudentemente da questão ethnologica. A sciencia moderna não é dogmatica, mas não se estriba sobre rajadas de sentimentos. A ethnologia, para estabelecer e permitir afirmações, exige uma documentação estatistica prévia, que o Congresso não lhe deu.

Das considerações que acabamos de fazer deve-se concluir que o Congresso das Raças, de Londres, traduziu uma tendencia altamente generosa e justa. Neste momento da civilização não são licitos os sentimentos anti-sociaes e de aggressão que se observam entre os diversos povos, principalmente entre os que se consideram pertencendo ao *grupo da civilização* e os que representam, uns, a cultura primitiva e oriental, e outros, a cultura em comêço. *Aproximação social das raças* seria a fórmula preferivel e não a que foi adótada. A par da diversidade ethnica e da actual irreductibilidade organica, provocar-se-ha a pouco e pouco uma colaboração de todos os grupos para um fim moral mais alto, para uma associação affectiva inter-racial. Sem contrariar as leis da biologia e as leis mais complexas da cenestesia e da affectividade consciente, como fundamento das preferencias organicas, poderemos, dentro do campo da particularização ethnica, caminhar paralelamente, evitando mutuamente recorrencias e regressões, vivendo todos envolvidos pela mesma luz e pelo mesmo calor.

SILVA TELLES.

INEDITOS DE SOUSA VITERBO

I

INTERPRETES DE LINGUAS ORIENTAES



ESTUDO do arabe, litterariamente considerado, começou muito tarde entre nós, sendo fr. João de Sousa o primeiro que se deu ao trabalho de estudar os documentos arabicos que existiam entre nós, publicando-os e acompanhando-os da competente traducção.

A medicina arabe deveria indubitavelmente exercer grande influencia, mas era estudada pelos commentadores gregos e hebraicos. Aos medicos judeus era permittido ler pelos livros escriptos na sua lingua. Ao passo que o grego e o hebraico se professavam com grande elevação nas cathedras da universidade, o arabe não tinha ali fóros de cidadão. Estudava-se como uma curiosidade luxuosa ou então praticamente. Pero d'Andrade Caminha, fazendo o elogio de Affonso Vaz Caminha, tão rico de prendas, apresenta-o como um polyglota de primeira ordem, sabedor não só das linguas modernas, mas das linguas classicas e orientaes; entre ellas figuram a Araviga e a Caldea. No seculo xvii, Vicente Nogueira, um erudito de polpa, ostentando os seus conhecimentos linguisticos, depois de declarar que sabe a lingua hebraica tão bem como a ma-

terna, confessa que sabe medianamente a chaldéa e arábica.

No entanto, nenhuma lingua depois do latim, ou a par d'elle, nos deveria interessar tanto, historica e litterariamente, como o arabe. Se o latim fórma a base essencial do nosso idioma, o arabe forneceu-nos pela sua parte um grande numero de palavras, influindo tambem na morphologia. E' certo que os vestigios da civilisação moral e material dos arabes, sobretudo pelo que respeita á architectura, não são tão importantes como os que existem em Hespanha, mas quem proceder a uma exploração minuciosa não perderá o tempo infructuosamente. Muitos costumes, muitas tradições, existem ainda de pé, embaldando-nos na sua melopeia secular, ao ruido da nóra mourisca. Quantos termos, pertencentes ás artes e ás industrias, se immobilisaram na nossa lingua, como a demonstrar a influencia da acção intellectual islamitica.

A existencia d'uma officina de tapeceiros mouros em Lisboa, prolongando-se atravez de diversos reinados e formando uma escola pratica, que poderia servir de modelo ás escolas industriaes contemporaneas, é um dos

testimunhos mais importantes e curiosos da permanencia da arte e da tradição artistica oriental entre nós. Na dança e na musica tornaram-se populares os termos da mourisca. Brafame Lexume, mouro forro, era tangedor de D. João II. D. Manuel deliciava-se tanto nos serões palacianos como nos folguedos venatorios, e até ás horas da comida, com os seus musicos e tangedores mouriscos. Não é raro encontrar-se menção de artifices prestimosos da mesma procedencia. Citaremos, por exemplo, no reinado de D. João II, um Azmede, carpinteiro, pedreiro e paceiro dos paços d'Evora. Em 1493 mandava el-rei dar a Heahea, mouro, *nosso carpinteiro*, um capuz, pelote, calças e carapuça de Antona, jubão de fustão preto e um par de camisas de panno da terra para seu vestuario.¹

Nos primeiros seculos da monarchia, o conhecimento do arabe era uma necessidade official ou governativa, porque quasi todas as grandes povoações, sobretudo ao sul, possuíam a sua mouraria ou bairro dos mouros. Conservam-se ainda os foraes dos mouros de Lisboa, de Almada e de outras terras do Algarve. Em Lisboa, se já não existem

¹ Os documentos referentes a estes dois mouros fôram publicados no nosso *Diccionario dos Architectos*.

a mesquita e o almocavar — o templo e o cemiterio — permanece o termo de *mouraria*, que bem nos designa o sitio onde antigamente estava circunscripta a população musulmana. D. João II, e com mais severidade o seu successor, aniquilaram todos os cultos que não fôsse o catholico, e porisso deixaram de existir as mesquitas e as synagogas, as mourarias e judiarias. Os judeus, porém, fôram mais violentados que os mouros, ou porque tinham mais importancia social e mais desafiavam portanto a cobiça popular e a cobiça do fisco, ou tambem por motivos politicos attendendo, como quer Herculano, que os mouros podiam tirar vingança, ao passo que os judeus não tinham nacionalidade que os protegesse, antes eram odiados por toda a parte e só à custa de muito dinheiro logravam alcançar alguma protecção interesseira.

Em 1505 ainda D. Manuel confirmava uma carta de tença de dois moios de trigo a Mafamede Laparo, capellão que fôra dos mouros da mouraria de Lisboa.¹ Era porventura a ultima reliquia sacerdotal da mesquita lisbonense.

¹ Este documento foi publicado no nosso estudo *Occorrencias da vida mourisca*.

SOUSA VITERBO.

II

ESTUDOS SOBRE GIL VICENTE

A TRILOGIA DAS BARCAS

Ducarme faz um grande elogio do *Auto da Alma*, de Gil Vicente, mas no nosso entender, o *Auto da barca do inferno*, com a sua sequencia, é-lhe muito superior. O poeta representou-o em 1517 deante da rainha D. Maria, que

estava enferma de cama, enfermidade de que veio a fallecer aos sete dias do mês de março d'aquelle anno. Se as peças de Gil Vicente fôram representadas unicamente na côrte, ou se receberam tambem a sua consagração do publico

não o sabemos claramente, porque nos faltam os documentos comprovativos. As rubricas das diversas peças, embora elucidativas, deixam muito a desejar indicando-nos pela maior parte a época da primeira representação. Crêmos todavia que algumas d'ellas fôram desempenhadas fóra do paço, não só por alguma companhia de comediantes, como nos serões da fidalguia. Um facto, ainda que isolado, nos vem confirmar a hypothese. Nas festas que o nosso embaixador deu em 1532 em Bruxellas para celebrar o nascimento do principe D. Manuel, filho de D. João III, em 1531, representou-se o auto da Lusitana. Sendo este auto escripto em portuguez, é de crêr que o desempenhasse o pessoal da embaixada, a não ser que o traduzissem em hespanhol. O auto da Cananea, escripto em 1534, a pedido de D. Violante, abbadessa de Odivellas, seria porventura representado na igreja do convento, e ahi o publico teria occasião de o presenciar. Mas quando o povo não assistisse ás representações dramaticas de Gil Vicente, não deixava de apreciar as suas produções, já por meio de copias, já por meio da impressão. A fama do nosso poeta não se circumscrevia ao nosso paiz e as suas obras eram apreciadas no estrangeiro, em Hespanha sobretudo, embora commettessem a injustiça de lhe occultarem o nome.

Temos aqui deante de nós mais de um testemunho comprovativo, sendo para admirar que elles tenham escapado não só aos bibliophilos hespanhoes, que primeiro os deram inconscientemente a conhecer, mas aos que se tem dedicado especialmente ao estudo de Gil Vicente. As obras do Plauto portuguez são uma inexgotavel mina e quem se der ao trabalho de a explorar ha-de colher os mais preciosos minerios, quer as considere sob o ponto de vista poetico e litterario propriamente dito, quer sob o ponto de vista das tradições e dos costumes. A vida portugueza do seculo XVI estampa-se ali em toda aquella

variedade de caracteres, tão admiravelmente desenhados, desde a figura ideal da alma até á figura eminentemente prosaica do ratinho. O cavalleiro e o frade, o plebeu e o fidalgo, a princeza enamorada e a alcaiota, o onzeneiro e o parvo, o homem da côrte e o homem do campo, tudo se acha ali, como n'uma feira maravilhosa, movimentando o quadro, mercantil e fanatico, audacioso e nobre, da sociedade portugueza no seculo XVI.

Se Paula Vicente e seu irmão Luiz Vicente não tivessem tido o piedoso cuidado de colleccionar em volume as obras de Gil Vicente, é muito de crêr que o nome do grande poeta só chegasse até nós, lendariamente, no ecco d'uma tradição litteraria, nas palavras elogiosas de alguns dos seus contemporaneos. Das peças que publicara em vida nenhuma se conhece actualmente, nas edições da epoca. Todas desappareceram e em nenhum indice bibliographico temos visto registo de alguma d'essas folhas volantes do seculo XVI. Existem ainda edições em separado, mas as mais antigas remontam ao seculo XVII. Innocencio julgou porventura superfluo re-censeal-as, mas a bibliographia d'um poeta da esphera de Gil Vicente merece ser apurada em todas as suas minudencias. O *Catalogo* de Salvá e o *Ensayo de una biblioteca*, de Gallardo, descrevem varias edições dos autos avulsos, e entre elles o Auto da Donzela da Torre chamado do Fidalgo Portuguez (Lisboa, Antonio Alvarez, 1652) e que não se encontra nas obras de Gil Vicente.

O tempo, a influencia do Santo Officio, tão fatal para o nosso theatro e principalmente para o nosso poeta, a publicação em volume das obras de Gil Vicente, explicam por demais o desapparecimento dos autos avulsos, publicados em sua vida.

A fama dos autos de Gil Vicente, repercutia-se em Hespanha, e não faltou quem se apropriasse d'elles, não negando a origem portugueza, mas deixando

no esquecimento o nome do verdadeiro auctor. Em 1539 publicava-se em Burgos uma das peças do nosso poeta, vertida quasi á letra em hespanhol, sem se designar claramente a sua procedencia. No introito todavia o auctor foi consciencioso, declarando no fim, ainda que vagamente, que vira a peça que apresenta ao leitor.

¡Mia fé! yo os quiero contar
No sé qué que ví en Lisboa,
Que dicen que es cosa boa
Segun su comum hablar
Et quiere significar
En concurcion,
No sé qué navegacion
En un lago, rio ó mar,
Y al tiempo del embarcar
Hay mucha tribulacion.
Escuchad con atencion.

Não existisse o auto de Gil Vicente, não houvesse tão intima afinidade entre a peça hespanhola e a portugueza, e a declaração que transcrevemos poderia passar perfeitamente por uma d'estas fantasias d'escriptor, tão proprias da epoca. E' por isso sem duvida que não occorreu a Gallardo que a tragi-comedia hespanhola fôsse uma tradução do auto de Gil Vicente. Um dos versos transcriptos e que sublinhamos — *No sé qué que ví en Lisboa* — levanta no nosso espirito esta interrogação. Presenciaría effectivamente o hespanhol a representação em Lisboa? No caso affirmativo seria uma prova valiosa em favor da hypothese de que as comedias de Gil Vicente eram desempenhadas publicamente.

Eis agora a descripção da raridade bibliographica, que Gallardo apresenta, sob o n.º 1012, no seu *Ensayo de una biblioteca*:

« El Paraiso y el Infierno. Trajicomedie allegórica d'El Paraiso y d'El Infierno: (Estampa que representa duas naus). Moral representacion del diverso camino que hacen las ánimas partiendo de esta presente vida, figurada en los dos navios que aqui parescen: el uno del Cielo y el otro del Infierno. Cuya subtil invencion y materia en el argumento de la obra se puede ver. 1539. »

No fim:

« Fué impresa en Burgos en casa de Juan de Junta, a 25 dias del mes de enero, año de 1539. »

1 vol. 4.º de letra gothica, 12 folhas. Fazia parte da bibliotheca de Campo-Alange, a qual foi adquirida ultimamente pelo estado.

Seria esta a 1.ª edição? Não se teria reproduzido em outra parte? Eis duas perguntas a que a bibliographia actual, no tempo em que escrevemos, não sabe dar resposta satisfactoria.

A versão hespanhola differe do original portuguez, em ter um introito e um argumento, sendo o primeiro uma especie de prologo ou explicação do traductor, e o segundo, como indica o titulo, um resumo ou apresentação da comedia.

Aqui damos o *Introito* tal qual o reproduz Gallardo no seu *Ensayo de una Biblioteca española de libros raros y curiosos*.

INTROITO

¡Mucho' nora buena estés!
¡Y aún tambien en tal yo venga!
¡Qué salutacion tan luenga,
Tan chapada e tan cortés!
No que muchos hallarés
Presomidos,
Que presumen d'embotidos
Y aún no dobran el gaznate.
¡Mala rabia los rebate,
Tan tiestos y tan erguidos!
Nosotros bien comedidos
Los pastores,
Muy mejor que los señores
Chapamos la reverencia.
Muy humilde et con hemencia
Sin mirar en más primores;
Que los más y más mayores,
Al fin, fin,
Hasta el pastorico ruin
Y el hidalgo más chapado,
Más por obras és juzgado
Que por lahabla gentil.
Aunque yo juro á sant Jil,
Si quiесе,
Que à todos os embutiese
A' habrar y á chanzonetas.
Do al diablo esas burletas,
E' aún à mi si à ellas me diese.
No soy hombre de interese
De esos fueros,
No como otros que ronceros

Por andarse lomierguidos,
 Mogolloneros perdidos,
 Detras de los caballeros,
 Y al fin son unos groseros
 Como yo.
 Que juro á quien me parió,
 Si mirais sin sonsonete,
 Por henchir bien su caxquete
 Es todo cuanto habró.
 Y aunque digais ah et que no
 Le habeis de dar,
 Que al fin, fin ha de tragar.
 ¡Guay del dia de la cuenta,
 Donde no terneis descuenta
 Del tragar y del holgar!
 No os andeis tras escuchar
 Tal devaneo,
 Pues que veis, y aun yo lo veo,
 Que és perder tiempo en tal cosa,
 Que és la cosa más preciosa
 Que en el mundo hay, segun creo,
 No quiero dar más rodeo,
 Pues sentis
 Mejor que de mi lo ois,
 No más punto en esta albarda,
 Que allá la paga se os guarda
 Del bien ó mal que vivis.
 Et si no os arrepentis
 De me escuchar,
 ¡Mia fé! yo os quiero contar
 No sé qué que vi en Lisboa,
 Que dicen que es cosa boa
 Segun su comun hablar.
 Et quiere significar
 En concurcion
 No sé qué navegacion
 En un lago, rio ó mar,
 Y al tiempo del embarcar
 Hay mucha tribulacion.
 Escuchad con atencion.

Agora o *Argumento*, em que vem contado o entrecho da peça e desenhados perfectamente todas as personagens que a animam. Não se poderia exigir uma resenha nem mais exacta nem mais completa. Todas as figuras estão para assim dizer photographadas n'um traço rapido e firme. Quando ellas se apresentarem a pôrem em acção a *moralidade*, já serão nossas conhecidas. Compare o leitor o auto de Gil Vicente com o *Argumento* e verificará que não exageramos. Eil-o:

ARGUMENTO

Lo primero,
 En el lago que os prefiero
 Hay dos barcas de pasage:
 Su continuo navegage

Muy veloce y muy ligero:
 En la una un diablo fiero
 Es patron:
 En la otra no hay baldon,
 Q'el arraéz es gracioso,
 Un angel muy glorioso,
 De muy linda perfeccion.
 Agusá, pues, sin pasion
 Los oidos,
 Que en uno destes navios
 Diz que al tiempo del morir
 Habeis de fuerza de ir,
 Aunque esteis muy favoridos.
 No emboceis, pues, los sentidos,
 Y verés
 Un idalgo portugués
 Venir à aqueste pasage
 Con gran rabo, silla e page,
 Que de verlo reirés.
 Do luego conocerés
 Su porfia,
 Su muy loca fantasia
 Adonde, queriendo ó no,
 Embarcó, segun vi yo
 Con Caron e su valia.
 Tras deste toma la via
 Un Logrero,
 Que por el negro dinero
 Diz que el cielo trae comprado,
 Y al fin quédase embarcado
 Camino del Cancerbero.
 Luego va mi compañero
 El bobo Juan,
 Que, juro por san Millan,
 El Diabro con su poder
 Nunca lo pudo coger.
 A' la fin sin él se van,
 Mas el Angel sin afan
 Lo acojó.
 E tras aqueste llegó
 Una dama, e fray Casquete,
 Con broquel e capasete
 Y espada que no faltó;
 De la qual muy bien jugó
 Diestro en ella,
 E danzó con la doncella,
 Que sabe muy bien danzar,
 Mucho más que de rezar.
 Al fin se embarca con ella
 El fraile, va con querella
 Por la moza,
 Pues la barca no se emboza
 Con tal gente, yo os profiero.
 Luego viene un zapatero
 Que de presto se alborozá;
 Mas por más que se retroza
 En rezagar,
 Al fin hácenlo embarcar
 En su barqueta.
 Luego viene una alcahueta
 Muy corriendo, à mas andar,
 Muy cargada, à reventar,

De hechizos
 De dos mil virgos postizos,
 Título de sus corozas,
 Bien llorada de las mozas
 E de rufianes castizos.
 Un judío de los mestizos
 Viene luego
 Como quien repica à fuego,
 Y àuestas tras un cabron,
 E fiambre un ansaron
 Diz que lo ha de comer luego;
 Al cual no le vale ruego
 Al embarcar,
 Que con su cabezear
 E su dar capirotadas,
 Por sus tristes negras hadas
 Al infierno va à parar.
 Luégo viene sin tardar,
 Con honor,
 Un señor corregidor
 Con una vara en la mano;
 Mas por más que viene ufano
 Allá va con disfavor.
 Tras éste viene um doctor,
 O' licenciado,
 De sus libros tan cargado,
 Que al entrar en el navio
 Por poco dará en el rio.
 ¡Tanto viene de hinchado!
 Todos estos han entrado
 Con Caron.
 E tambien entra um ladron,
 E con ése han levantado
 Las velas de perdicion.
 E despues, en conrucion,
 Los postreros
 Vienen cuatro caballeros
 Que murieron en Allen
 Nuestra fe ensalzando bien,
 Como muy nobles guerreros,
 Cantando muy placenteros
 A' buen son,
 Se allegan à aquel patron
 Del barco de Dios eterno.
 Los otros van al infierno,
 Y aquestos à salvacion.
 ¿Parúceos que es bobarron?
 ¿Quién lo ha contado?
 Pues juro à mi pecado
 Que el que se adurmiese à cá,
 Que al tiempo que vaya allá
 Quizá se halle burlado.
 ¡Prega à Dios que mi pecado,
 Ni el de vos,
 No estorben que vos et nos
 Vayamos à paraiso.
 Y aquesto os doy por aviso;
 Por eso quedad con Dios.

Gallardo dá-nos depois, para completa
 comprehensão da peça, alguns dos mais
 frisantes dialogos: As fallas do diabo

com o onzeneiro, o frade, a alcoviteira
 e o judeu.

Vamos reproduzil-os aqui e o leitor
 fará o devido confronto com o original
 do nosso poeta.

Principiemos pelo dialogo com o on-
 zeneiro :

DIABLO

¡Via, embarcar!
 Hablades ya de llegar,
 Amigo mio logrero.

LOGRERO

¿Qué dices de mi dinero?

DIABLO

Si traes algo que emprestar.

LOGRERO

Déjate dese hablar,
 ¿Do es la via?

DIABLO

Al infierno e su valia.

LOGRERO

Do al diable tal pasaje.
 No vo yo en ese barcaje,
 Que esotro barco es mi guia.
 ¡Quien viniera en este dia
 Descuidado!
 ¡Se no tuviera comprado
 El cielo con mi dinero!

DIABLO

¡Oh qué seso de logrero!
 ¿Do hallaste ese mercado?

LOGRERO

Dos reales de buen grado
 Me costó,
 Que una bula tomé yo
 Quando me quise morir:
 Seguro puedo partir
 A' la gloria donde vo.

DIABLO

¡To ro ro ro ro ro!
 ¡Mirá que tino!
 Quarenta años de contino
 Son los que robó sin cuento,
 Y agora pone en descuento
 Una ochavilla de lino.
 ¡Sus, embarca, hornecino!

LOGRERO

¿Cómo embarca?
 ¿No és del Papa aquesta marca?
 ¿No vale aquí su conduta?

DIABLO

Déjate desa disputa,
 Que no tiene suelo esa arca.
 Tu pobre seso no abarca
 Tal question;
 Mira, necio bobarron,
 ¿Parécete conveniente
 Que andes tú à robar la gente
 Esperando ese perdon?

LOGRERO

Quiérome ir à aquel patron
 Que allí está:
 Quizá que obedecerá
 La bula de mi pasaje.

DIABLO

¡Sus! Andad con mal viaje,
 Que vos volveréis acá.

LOGRERO

¡Ah barquero!

ÁNGEL (Al Fraile)

Cuando, padre, vos entrastes
 En religion,
 Erades pobre garzon,
 No teníades qué comer,
 Entrastes allí à mi ver
 Por comer de mogollon.
 ¿No fuera mejor razon
 Trabajar,
 Que no holgar é tragar?
 Del afan de los cuitados
 Andais gordos e aviciados.
 Lo demas quiero callar.

FRAILE

Si aqueso me ha de dañar,
 Nadie queda
 Que no va por esa rueda.

ÁNGEL

El que así es y aquí verná,
 En mi barco no entrará...

VIEJA (Alcahueta, al Diablo barquero)

¿Passas tambien las mujeres?

DIABLO

Todo cabe en la barcada.
 ¿Cómo vienes tão cargada?

VIEJA

¿Para qué saberlo quieres?
 Estos son mis menesteres
 E mi oficio:
 Téngolo por ejercicio.
 Todas son estas cosillas
 Aparejos de fornicio,
 E de placeres é vicio.
 Á la gente
 Traigo agora aquí al presente
 Cinco mil virgos postizos,
 E sinnúmero de hechizos.
 Fué muy sabia y elocuente
 Mi persona.
 Quierenme los de corona,
 Porque les pongo remedio.

DIABLO

Putá vieja, ojos de mona!

VIEJA

Pues otra virtude me abona
 Muy honrada,
 Que aunque he sido encorozada
 Y azotada cinco veces,
 El vino que tiene heces
 No os daré por ello nada.
 Pues la semana pasada
 Á mi ver,
 Le vendi yo à un bachiller
 Una moza por doncella:
 Más habian entrado en ella
 Que en Salamanca à aprender,
 Destas cosas sé hacer
 Muy sin cuento,
 De toda sorte de unguento
 Para sanar criaturas,
 Afeites de mil hechuras:
 Por ganar todo lo intento;
 Soy mujer que me contento
 Con quiquiera;
 No como mi compañera,
 E otras muchas en Sevilla
 No mudarán su servilla,
 Si les dan paga ligera.
 No hay otra de mi manera,
 Tan honrada,
 Si no fué la maldonada
 (Á la qual perdone Dios),
 Que segun creemos nos
 Ella fué martirizada.

DIABLO

Allí está canonizada.

VIEJA

¡En buena fé!

DIABLO

Yo por cierto la pasé
En aqueste mi navio.

VIEJA

¿Á dónde está el amor mio?
¡Ay, qué amiga mia fué!...

JUDIO

¡Ah marinero!
Pásame por mi dinero,
Que quiero ir à ver à Dios.

DIABLO

Ese Dió ¡mi fé! so yo,
Que há mucho que aqui te espero.

JUDIO

¿Y el Dió tiene ese barquero
Denegrado?

DIABLO

Entra ya Barbi-hacido:
Pero no entre acá el cabron.
(Que llevaba el Judío).

JUDIO

Barquero, toma un toston:
Por amor del Dió os lo pido.

Na comedia hespanhola, o dialogo com o onzeneiro tem indubitavelmente mais vivacidade, e nota-se n'elle uma cruel allusão, uma satyra pungente às bullas pontificias. E' possivel que esta passagem existisse primitivamente no portuguez, mas que fôsse cortada e sensivelmente modificada, quando se fez e publicou a codificação das obras. Esta satyra estava todavia no genio de Gil Vicente, que no auto da Feira censurou acremente os desmandos e simonias da Côrte Pontificia. O dialogo entre Roma, o Diabo e o Serafim é bem caracteristico.

O' Roma sempre vi lá
Que matas peccados cá,
E leixas viver os teus.
E não te corres de mi
Mas com teu poder facundo
Assolves a todo o mundo,
E não te lembrás de ti,
Nem ves que te vás ao fundo.

Os outros dialogos não fazem grande differença. Vê-se todavia que o hespanhol paraphraseou ou traduziu livremente, accommodando as allusões a cousas e pessoas da sua terra. Esquece-se, porém, de vez em quando e deixa transluzir a fonte primitiva. Assim a terminologia monetaria e hespanhola, mas o judeu refere-se ao tostão, moeda portugueza.

Ápreciando a comedia, diz Gallardo:

« En estos coloquios hay donaire y rasgos muy picantes, que pintan los costumbres del siglo y los siniestros de las clases y personas que simbolizan los coloquiantes.

« El autor se conoce que hace su puntería muy particularmente á la supersticion é hipocresía.

« La traza de esta comedia menandrina (es decir, ejemplar, moral), se echa bien de ver que está tomada del *Diálogo de Mercurio y Caron*, de Juan de Valdés. »

N'este ponto se equivocou indubitavelmente o eminente bibliophilo hespanhol. Se conhecesse o theatro de Gil Vicente não faria semelhante asserção, baseada de mais a mais n'um anachronismo. Não conhecemos a obra de Valdés senão pela descripção que d'ella nos dá Salvá, que a classifica na secção historica e não na dramatica. As duas edições mais antigas que se conhecem não tem data, mas devem ser posteriores a MDXXVII, pois o segundo dialogo se refere a acontecimentos passados em Roma n'esta epoca. Ora o auto de Gil Vicente foi representado em 1517.

Valdés foi um representante do protestantismo na Hespanha, um dissidente da egreja de Roma, a qual atacou violentamente. Não admira portanto que os seus Dialogos fôsem inteiramente

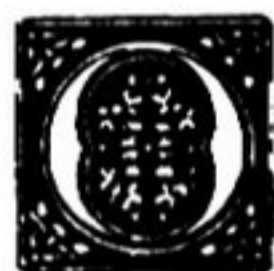
banidos em Hespanha pelo Santo Officio. O que admira é como este, apesar dos córtes profundos que fez em Gil Vicente, ainda deixasse ficar tantas passagens, que tem a mais profunda analogia com a maneira de pensar de Valdés e de todos os que defendiam a Reforma. Não ha náda mais extranho do que vêr uma personagem como Gil Vicente a abrilhantar a côrte de D. João III. O espirito humano tem destas contradições inexplicaveis. Como admittir que o monarcha portuguez fôsse o introductor do Santo Officio em Portugal e o protector nato de Loyola quando,

por intermedio de André de Rezende, fazia as mais amaveis offertas ao famigerado auctor do *Elogio da Loucura!* Quem sabe, porém, se Erasmo escaparia á fogueira, se cahisse na imprudencia de vir a Portugal?¹

Sousa Viterbo.

¹ Este artigo, que visivelmente devia continuar, foi começado talvez antes de 1887, como se conhece pela perfeição da letra do auctor.

Liricos amorosos portugueses



AMOR sexual elevado ¹ é um dos mais poderosos sentimentos morais.

Na evolução moral do ser humano, representa, como fonte de riqueza da vida interior, uma fase capital.

Implicitas no fundo social do homem, as tendencias de generosidade, de altruismo, de concordia, de solidariedade exteriorizam-se, no amoroso, como manifestações essenciaes do sentimento erotico, inicialmente um sentimento de reconhecimento, de confiança em disposições d'outrem, veementemente affectivas.

O personalismo não deprime o valor moral do amor erotico, antes o exalta,

pois que, por ele, todas as energias sentimentais, originaes e independentes, do individuo se desenvolvem, se exercitam, visando á realização da propria felicidade, mas tambem operando eficazmente a depuração da alma.

Não ha amor sexual, sem base fisiologica. Igualmente, não o ha verdadeiro, sem base psicologico-sociologica. E' esta que lhe imprime o cunho moral, a feição humana que, acima de tudo, o caracterizam. Fecundo, por excelencia, como legitimo tema lirico, o amor sexual, inspirador de altos produtos esteticos, excede, na generalidade, as condições comuns.

¹ Lê-se na *Diana*, de Jorge de Montemór: «...Algunos dizem que no es otra la diferencia entre el amor vicioso, y el que no lo es, sino que el uno se gobierna por razon, y el otro no se dexa gobernar, por ella, e engañanse: porque aquel exceso, y ímpetu no és más propio del amor deshonesto, que del honesto: antes es una propiedad de qualquier genero de amor: salvo que *el uno haze la virtud mayor y en el otro acrecienta mas el vicio. Quien puede negar que en el amor que verdaderamente se honesta, no se hallen maravillosos y excessivos efectos?*»

Jorge de Montemór foi um grande amoroso, certamente desses que põem no sentimento, como ele mesmo se expressava, «toda la limpieza y honestidad posible».

Dele falando, e citando versos alheios, es-

creveu Fr. Bartolomé Ponce, na carta dedicatoria que precede a sua *Clara Diana a lo Divino*:

«Con amores vivió
y aun con ellos se crió,
en amores se metió,
siempre en ellos contempló,
los amores ensalzó,
y de amores escribió,
y por amores murió.»

«Máquina de enredos», «laberinto de dificultades» dizia Cervantes da *Diana* de Montemór. E' certo, todavia, que nenhuma novela pastoril influiu mais que *Diana* na literatura moderna, nomeadamente na francesa e na inglesa.

O amoroso vulgar, em que predominam os aspectos inferiores do sentimento, não se confunde com o grande amoroso culto, apesar das naturais afinidades afectivas. Só este possui a capacidade sentimental, de superior qualidade, sem a qual a criação, no grande lirismo, é inatingível.

O grande amoroso, cuja alma é toda feita de amor, vive amando sempre e até por amar chega a morrer. É lícito presumir que os maiores liricos amorosos portugueses tiveram uma alma assim.

Tipos de organização psicologica emocional, assentaram, firmaram a sua criação literaria sobre o seu sentimento amoroso, sobre a sua vida amorosa. A sua lirica, consistindo ora em suspirosos devaneios, ora em arrancos de coração sangrando, vale sobretudo pelo que contém de humano, em tão subido grau que alcança a universalidade.

Dos maiores liricos amorosos portugueses se pode dizer, com propriedade, o que D. Francisco Manuel de Melo referiu que se dizia de certo poeta valenciano: «que o amor arrancara uma penna das azas, para lhe dar com que delle escrevesse.»

«Verdades puras», «a historia verdadeira de seus males» declarou Camões serem os seus sentidissimos cantares de amor (*guayados* se usava tambem denominá-los no tempo de D. Dinis).

Era um plano, subordinado ao primordial designio de glorificar, de divinizar a pessoa amada¹ e era uma imperiosa necessidade de desabafo.

¹ Dante e Petrarca tinham manifestado esse designio, como razão de ser suprema da sua criação artistica. Vem a proposito fazer notar que o saber filologico de Camões assumiu um caracter *sui generis*, como em todo o grande humanista, para quem — esclareceu Burckardt — tal saber « não consistia simplesmente em conhecimentos objectivos, era uma arte que encontrava applicação continua na vida. »

« A gram dôr, quem a tiver,
Se com dôr ha de passal-a,
Emquanto lhe ella doer
Póde mal dissimulal-a,
Peior a póde esconder. »

[De Bernardim Ribeiro fala de Persio, em uma das Eglogas].

O grande amor de Camões foi o que lhe despertou aquella que « eclipsava a luz do claro dia », o que consagrou á alma sua gentil que da vida terrena prematuramente abalou e foi repousar, para sempre, no céu.

« ...o mundo não era digno della,
Por isso mais na terra não esteve,
Ao Céu subio, que já se lhe devia. »

[Soneto: «Chorai, Nymphas, os fados poderosos»]

« Ao Céu se foi co' aquella formosura
Qu'era mostra do Céu, gloria da terra;
Qu'era o sujeito mór da mór ventura. »

[Palavras de Soliso, em uma das Eglogas]

Essa a mulher, joven e pura, que logrou ver-lhe nos olhos o que lhe ia no coração que, após efemera alegria, veio a encher-se de mágoa, sem remedio.

Camões descreve¹ essa mulher que foi o seu ideal de Beleza, provavelmente a que lhe deu o lindo e subtil « trançado » que atara aureos « ondados fios » e diante do qual, só de vê-lo, se sentia endoudecer.

Certa madrugada, teve de separar-se dela. O que foi esse apartamento doloroso, conta-o o Poeta.

« Ella só [a madrugada] vio as lagrimas em fio,
Que de huns e de outros olhos derivadas,
Juntando-se, formárão largo rio ;

¹ Sonetos: « Hum mover de olhos, brando e piedoso », « Ondados fios de ouro reluzente », « A perfeição, a graça, o doce geito », « Esses cabellos louros e escolhidos », « De quantas graças tinha a natureza. »

O homem do Renascimento teve um senso especial da Beleza. O Poeta, á maneira de Dante, usava, na descrição, de traços mais evocadores que minuciosos.

Ella ouviu as palavras magoadas,
Que poderão tornar o fogo frio,
E dar descanso ás almas condemnadas.»

São versos do maravilhoso soneto: «Aquella triste e leda madrugada», cuja inspiração foi a mesma que presidiu á composição de outro, não menos maravilhoso: «Se sómente hora alguma em vós piedade».

O mais implacavel, irreconciliavel inimigo do Poeta, todo o seu tormento são as recordações de «quantas vezes se vio ledo e contente»,¹ quando «via de lagrimas isento», recordações que, exacerbando-lhe a dor, «o matam cada hora, trazendo-lhe á memoria o bem passado».

O desprezo, ou antes a esquivaça da mulher amada o fez infeliz e lhe foi causa de desgosto interminavel. Mas alguma coisa mais poderosamente suggestiva e especialmente pungente tinha para o Poeta a evocação dos ditos tempos idos: o figurarem-se-lhe os «erros em que não pode haver perdão, sem ficar na alma a mágoa do pecado».

Camões, em raros, fugazes momentos, parece folgar com a sua sorte: «em tal tormento, qual em gloria maior, está contente».

Chega a entoar hinos de graças ao amor. E' o estado d'alma revelado nos magnificos sonetos: «Quantas penas, Amor, quantos cuidados» e «Quem diz que Amor he falso, ou enganoso», entre outros. Esta nota é excepcional. A nota dominante é a elegiaca, do desalento, da mais negra tristeza. A entranhada ferida que lhe abriu na alma o grande amor que lhe encheu a existencia, nunca sarou. Ligeiras feridas teve que, sem custo, fecharam: as de caprichosos desejos transitorios.

O cumulo da angustia, o aniquilamento extremo, desvanecidas de todo

¹ Soneto: «Se quando vos perdi, minha esperança».

as esperanças, manifestam-se exuberantemente, frisantemente, nos esplendidos sonetos: «Que poderei do mundo já querer», «Onde acharei lugar tão apartado», «Eu cantei já e agora vou chorando», «Quando os olhos emprego no passado», «Posto me tõe fortuna em tal estado», «Ay! quien dará a mis ojos una fuente», etc.

Camões era duma tempera fortemente viril. Pois chorou, como ninguem mais, — pranto repleto de dignidade, de nobreza, — as torturas que lhe infligia o amor, chegou a declarar que «em lagrimas desfeito acabaria». Quantas vezes traria os olhos «quebrados de chorar», no tocante dizer de Bernardim Ribeiro? Mas «quem diz que o chorar descansa, he de ter pouco chorado» — afirmou Cristóvão Falcão.

A vida foi para o Poeta um sofrimento continuo.

«Qualquer ave nos montes mais agrestes
Qualquer féra na cova repousando,
Tõe horas de alegria: eu todas tristes»

disse Camões, no admiravel soneto: «Acho-me da fortuna salteado».¹ Virase, sentira-se, outrora, «prosperado com gostos»,² com esses inefaveis gostos que «ao perto vivificam, ao longe matam», porque, no fim de tudo, «Amor, quando contenta, sempre engana».

Com a perda da esperança de felicidade, um dia, o Poeta, já naquele es-

¹ «Só males são reaes, só dor existe;
Prazeres só os géra a phantasia»
escreveu Antero do Quental, numa hora amargurada.

² Cf. Sonetos: «Os meus alegres, venturosos dias» e «Horas breves de meu contentamento», v. g.

«Longos males passam os amorosos — escreveu Bernardim Ribeiro — por huns mul breves prazeres», com que alcançam — na frase de Cristóvão Falcão — «maior bem para mór dôr». Mas — acrescentava este — «o que é para mór mal» tem-no o grande amoroso «para mór bem»; «as lagrimas, não servindo de descanso, servem-lhe de sacrificio».

tado d'alma cativa, inquieta sempre, deixa-se abater pelo pesar mais cruciante: o coração é-lhe, desde então, dilacerado, fibra a fibra, por tristezas que não cansam de o cansarem. Assim no-lo representam estas dolorosissimas palavras duma das sextinas: «Morrendo estou na vida e em morte vivo».

Assim se explica que vivesse «de matar-se».

Cantou amores, uma vez, chorou depois, porque os cantou, e chora-os emfim, porque por eles chorou.¹ Tanto sofria, tão amargamente, o desiludido,² que chegou a ter «medo de gostos». Embora «nem sempre andasse ao remo ferrolhado», pois se comprazia em «arder em varias flammis», nem por isso experimentava «mudança na ventura».

«...Se algum tempo andava isento,
Foi como quem co'o peso descansou
Para tornar a cansar com mais alento.»

Apesar de tudo, dessa permanente tortura advinham ao Poeta gostos inebriantes, de certo, tanto mais intensos quando mais profunda fosse a dor.³

Em famosos sonetos, limpido espelho

¹ Soneto: «Com grandes esperanças já cantei».

² Sonetos: «Contente vivi já, vendo-me isento», «Vi queixosos de Amor mil namorados», «Já me fundei em vãos contentamentos».

³ Ha uma certa voluptuosidade no padecer as fortes dores morais. Crê-se o homem um predestinado para a desgraça e disso vem até a orgulhar-se. Esta interpretação do penar por males d'amor conforma-se com a substancia das seguintes estrofes da *Diana*, de Jorge de Montemór:

«No es menos desdichado
aquele que jamas tuuo mal de amores,
que el más enamorado,
faltando-le favores,
pues los que sufren más, son los mejores.»

«Si algun contentamiento
del graue mal de amor se nos recrece,
no es malo el pensamiento
que a su passion se ofresce,
mas antes es mejor quien más padesce.»

da sua alma instavel de amoroso, reflectindo os mais apaixonados arrebatamentos, Camões expoz, com incomparavel mestria, essas contradições dum espirito que se debate, em irreprimiveis ansias e duvidas tenebrosas, descontradamente: v. g., «Tanto de meu estado me acho incerto», «Coitado que em hum tempo choro e rio».

Na genial canção: «Junto d'hum secco, duro e esteril monte», conjugam-se vibrantissimas expansões d'alma, numa intensidade emocional confrangedora, de cuja expressão, eminentemente pitoresca, ressumbra o que ha de mais afectivo no fundo da natureza humana: é um misto de desespero ante «o rosto feroz da fera morte» e de resignação consolada, em que se lhe atenuam amarguras, pela simples recordação do objecto do seu amor, ao figurar-lhe o pensamento aquella que foi o maior amor da sua vida.

A alma do Poeta, nesta assombrosa composição, mostra-se a nu, em toda a sua soberana grandeza. O sentimento, na sua pureza nativa, irrompe espontaneo, repugna-lhe a affectação que o deslustraria.¹ A sinceridade, tão flagrante quanto impressiva, torna-se dominadora. São verdadeiros gritos do coração. «Quem pena, forçado lhe he gritar, se

¹ Em Victor Hugo, ocorrem elevadas manifestações sentimentais, não propriamente no dominio do amor sexual, mas no do amor de pai e de avô. Com o coração despedaçado pela morte duma filha, o Poeta compõe obras admiraveis, pela vibração da sensibilidade e pela verdade da expressão. São esteticamente superiores os versos da composição IV do livro IV (*Pauca Meæ*) das *Contemplations*: «Oh! je fus comme fou dans le premier moment». A sobriedade dos artificios formais, excepcional em Hugo, torna-a distinta entre as melhores. Victor Hugo é o maior dos liricos francezes. Todavia, apesar disso, a composição citada é, em minha opinião, uma das raras equiparaveis, em poder emocional, aos mais perfectos modelos da lirica amorosa portuguesa.

a dor he grande », — disse o proprio Camões.

A modelar egloga, em que fala um só pastor e que começa: «A quem darei queixumes namorados», está impregnada de tristeza, de desolação, é uma longa e calorosa supplica para que se abrandem cruezas que martirizam. Mas, por entre os lamentos, passam frémitos de energia indómita. O Poeta, tão depressa profere, talvez com a voz velada por lagrimas: «não acharás vontade tão cativa», como logo, num impeto insofreavel de amor-proprio ofendido, brada violento, quase ameaçador:

«Se te apartas por não ouvir meu rôgo,
Onde estiveres te hei d'importunar:
Posto que vás por agua, ferro, ou fogo,
Comtigo em toda a parte m'has d'achar.»

Estes rasgos de energia, contrastando com as ternas expansões de enlevado, submisso amoroso, prorompem acesos, precisamente quando o dolorosissimo carpir duma esperança morta faria crer inevitavel o extremo abatimento.

A lirica de Camões é a afirmação dum caracter e dum temperamento essencialmente masculos, duma organização rica em qualidades activas. Entrevê-se, pelo menos, quando se não exterioriza francamente, plenamente, a reacção poderosa dum espirito robusto que a intelligencia e a cultura vastissimas opulentavam, contra a morbida passividade do quebrantamento sentimental.

A fôrma trai, por vezes, momentos de fraqueza, em que todo o ser parece render-se, vencido pela desdita, mas da tempera rija do homem provém a força de resistencia, ostentada, tantas vezes, no auge da angustia, preterindo, ou collocando em plano secundario, os magoados queixumes, as brandas insinuações do amoroso infeliz, para lhes antepôr um certo despreendimento, com preponderancia da razão que aprecia e julga e chega a condenar.

Se quando exprime o sentimento do amor chega a tornar-se sublime, gran-

dioso é, normalmente, ao exprimir a intelligencia do amor.¹

Em Bernardim Ribeiro «que murió por bien amar» (assim vem no romance de *Don Bernaldino*), está longe de preponderar a virilidade. De ordinario, o sentimento do autor da *Menina e Moça* traduz-se em arroubos de doentia, quase feminina sensibilidade. Mas, porque muito amou, porque, se não foi grande poeta, pela tecnica, foi, sem duvida, uma alma grandemente poetica, merece, na lirica portuguesa selecta, citação especial. A singeleza, a candura, a graciosidade da fôrma harmonizam-se, casam-se com a qualidade do sentimento. Na formosa egloga, em que são interlocutores Jano e Franco, o avistar de Joana por Jano constitue um quadro adoravel:

.....
Joana as abas erguidas
Entrar pol'agua ordenou;
E assentando-se, então,
As çapatas descalçou,
E pondo-as sobre o chão
Por dentro d'agua entrou,
E a Jano pelo coração.
Em quanto com passos quedos
Joana pola agua ia,
Antre uns desejos e medos,
Jano, onde estava, ardia.»

¹ Aquela disposição, expressa na maravilhosa composição: «Sobolos rios que vão Por Babylonia...», para substituir a particular beleza pela beleza geral, o concreto pelo abstracto, para a repulsa absoluta dos mundanos accidentes, a que promete não mais dar a cerviz, é determinada, em Camões, nesse homem de coração, a quem «inda menino, ao abrir os olhos, um menino cego feriu», por concepções puramente filosoficas. Ha, no Poeta, outros caracteristicos exemplos desta ordem de inspiração, no numero dos quais incluo e aponto, pela sua importancia, o primoroso soneto: «Transforma-se o amator na cousa amada», cuja idéa é a mesma que a dos seguintes versos que, postos na boca de Agrario, figuram em uma das Eglogas:

«Oh forçoso vigor do pensamento
Que pôde em outra cousa estar mudando
A fôrma, a vida, o siso, o entendimento.
Está-se hum triste amante transformando
Na vontade daquella, que tanto ama,
De si a propria essencia transportando.»

Entrou, pois, Joana pelo coração de Jano. E ei-lo logo embevecido num malavindo cuidar que é desvario: entrecocam-se-lhe os pensamentos e os sentimentos. Todas as energias se lhe definham e morrem. Cai por terra, aniquilado. Com o semblante demudado, com a voz a embargar-se-lhe na garganta, refere, passado tempo, a Franco o que lhe vai n'alma, « esse mal em que está posto de que não se espera de remir, senão depois que fôr morto. »

O amoroso Jano considera-se já vítima do desdem. Franco procura consolá-lo, se bem que a sua vontade seja só chorar, e conta-lhe amores igualmente desventurados. A egloga está repassada de melancolia. Os trechos descritivos são admiráveis de colorido pitoresco.

Na egloga, em que falam Silvestre e Amador, como na chamada Jano, pulsa também ardente o coração de Bernardim Ribeiro.

Onde, porém, melhor se pode ver representado é no maravilhoso romance: « Ao longo de uma ribeira. »

Sobretudo, a aparição da mulher amada está descrita, soberanamente, a traços de genio.

Soberba peça de lirismo amoroso, a egloga de Cristóvão Falcão, por sua vez, encerra belezas inestimáveis, sugestivos encantos. No sonho, o ponto em que, depois de ouvir o « cantar pensoso » da sua amada, Crisfal a vê « muito mudada », com « a vista pregada no chão », marca o início da acção principal. O que se passa entre os dois é um verdadeiro poema, duma construção estética, inexcelsível em perfeição. Pode haver alguma coisa de mais artificial, aqui ou além, na narrativa. Não obstante, as palavras dos dois amantes são exuberantes de vida, definem almas. Depois de confessar que lhe impõem o esquecimento do passado, Maria (assim se chamava ela) aconselha o seu apaixonado a retirar-se dali, daquela terra, declarando-lhe não mais querer o seu querer-bem.

Crisfal, então, solta uma voz mui magoada: « Porque me negais conforto, alma desagradecida! » e perde os sentidos. Ao tornar a si, depara-se-lhe ao lado a causadora de mal tão penoso. Segue-se o que fórma o objecto desta empolgante estrofe, em que o sentimento amoroso, no seu auge, encontrou a sua expressão plena:

« E dizendo « Ó mesquinha!
Como pude ser tão crua! »
Bem abraçado me tinha,
A minha bocca na sua
E a sua face na minha.
Lagrimas tinha choradas,
Que com a bocca gostei,
Mas com quanto certo sei
Que as lagrimas são salgadas,
Aquellas doces achei. »

Maria implora a Crisfal que se não descontente, se a quer ver contente. O sonho termina. Crisfal volta á sua tristeza.

Camões, Bernardim Ribeiro, Cristóvão Falcão foram, em meu entender, os maiores liricos amorosos portuguezes, de todos os tempos.

Contudo, dois outros grandes poetas, do seculo XIX, Garrett e João de Deus, teem jus a ocupar condigno lugar, na série.¹

A poesia *Adeus*, de Garrett, de um contexto sentimental que evidencia um verdadeiro drama intimo, é duma beleza imponente. O Poeta não pode amar uma mulher, mas chora o amor que ela lhe teve. E, em volta deste tema, a poesia, expressão elevada dum elevado pensamento, é representativa, mais que dum estado d'alma, duma alma que é nobre, duma nobreza a que não falta um certo ar *poseur*, mas eminentemente suggestiva. Ha, na poesia, trechos em que a expressão amorosa oferece côres menos reais. Assim, por exemplo:

¹ Outros cultores houve, certamente, do lirismo amoroso, antigos e modernos. Como se vê, faço selecção, sob criterio impressionista.

«Vê se no arido pragal
Deste peito se ateasse
De amor o incendio fatal!
Mais negro e feio no inferno
Não chameja o fogo eterno!»

Incomparavelmente mais profundos, como expressão sentimental, são estes versos da mesma poesia:

«Para sempre aos olhos meus
Sumido seja o clarão
Da tua divina estrella,
Faltam-me olhos e razão
Para a vêr, para entendel-a:
Alta está no firmamento
Demais, e demais é bella
Para o baixo pensamento
Com que em má hora a fitei.»

Por vezes, e não raras, o Poeta revolta-se energeticamente contra o destino e então chama ao amor «fogo de precito», «amaldiçoado», à mulher amada «fatal, estranho ser», ao coração que nutre esse amor «um aleijão».

Assim fala, em composições das mais inspiradas, nomeadamente na que se intitula *Anjo és*, duma imponente virilidade, sem exclusão da delicadeza do sentimento. Garrett, exaltando o amor, dizia que vem da alma, que é vida, mas vida que implica a morte, tornando o corpo um cadaver, quando, da natureza dos que «espedaçam á nascença o coração», é «inferno», é «chama que alenta e consome», a um tempo.

Testemunhos dum querer fisico, como os que se observam na poesia *Não te amo*, não são os característicos da lirica amorosa de Garrett. «Amor bruto é degradante», dizia o Poeta.¹ E' notavel

¹ O sentimento amoroso revela-se, nos espiritos eleitos, um sentimento, predominantemente, de generosidade, de abnegação. Em determinadas circunstancias, produz vibrações de magoa resignada, enternecida, piedosa. Sirvam de exemplo as seguintes estancias de Sully Prudhomme:

«Si je pouvais aller lui dire:
«Elle est à vous et ne m'inspire
«Plus rien, même plus d'amitié.»

a finura do sensualismo manifestado em *Os cinco sentidos*. Na poesia *Não és tu* define a mulher amada: «porte altivo», «pensativo semblante», «ar de suave tristeza», ingenuo e meigo rubor, olhar e falar que são luz doce e pura, como suavemente deleitoso é o perfume das rosas brancas viçosas: uma totalidade de expressão singela, mas insinuante por excellencia, um tipo de mulher «de coração», cujas palpitações se transmitem ao Poeta. Só a um tipo de mulher assim, dessas que fazem nascer na alma um amor de repousada ternura, amor que não é fogo que abraza, mas lume que difunde tepido calor, dessas, enfim, que não pertencem á condição das que, por disposição congenita, se comprazem em «produzir abrolhos», como dizia Camões, poderia o Poeta dirigir os versos maviosissimos, em que cada palavra é uma caricia, da *Rosa Palida*.

Na magnifica ode *Cascais*, Garrett descreve delicias de amor que, dolosas, são o encanto e, ao mesmo passo, o luto da vida. Do excesso de goso, em amor, provém a dor, directamente: a alma sucumbe á ventura. Não ha sensação de goso sem dor, sem sofrimento, quando

«Je n'en ai plus pour cette ingrante.
«Mais elle est pâle, délicate,
«Ayez soin d'elle, par pitié.»

«Écoutez-moi sans jalousie,
«Car l'aile de sa fantaisie
«N'a fait, hélas! que m'effleurer.
«Je sais comment sa main repousse,
«Mais pour ceux qu'elle aime, elle est douce:
«Ne la faites jamais pleurer.»

Autentica documentação da vida interior, este lirismo é fundamentalmente realista.

Interessante contraste com o estado d'alma de Sully Prudhomme é o que se verifica, nas *Mémoires d'outre-tombe*, quando Chateaubriand, referindo-se ao seu reencontro, na situação de embaixador, em Londres, com uma senhora, Carlota de nome, que ele amara, nos seus tempos de exilado obscuro, diz: «Si j'avais serré dans mes bras, épouse et mère, celle qui me fut destinée vierge, c'eût été avec une sorte de rage, pour flétrir, remplir de douleur et étouffer ces vingt-sept années livrées à un autre après m'avoir été offertes.»

no auge da excitação, conduzindo ao delírio, em que a razão chega a desamparar o individuo. (Cf. *Goso e Dor*).

Mas, na fase da reciprocidade, o amor representa, ainda assim, a culminancia da felicidade:

« Que longos beijos sem fim,
Que falar dos olhos mudo!
Como ella vivia em mim,
Como eu tinha n'ella tudo,
Minha alma em sua razão,
Meu sangue em seu coração! »

Desfeita a esperança, o Poeta recorda saudosamente a sua felicidade perdida, em palavras de que resalta, á evidencia, quão grande, quão poderoso foi esse mutuo amor. E' o que se depreende do conjunto da poesia, muito especialmente do seguinte passo:

« ... como eu ninguem gosou.
Ninguem: que é preciso amar
Como eu amei — ser amado
Como eu fui; dar e tomar
De outro ser a quem se ha dado
Toda a razão, toda a vida
Que em nós se annula perdida. »

Garrett não tem composição mais bela, nem sobretudo mais perfeita que a sua ode *Cascais*.

Ha, na lirica amorosa de João de Deus, tres poesias, entre outras, do mais alto valor: *Ultimo Adeus*, a *Carta* que começa por « Maria! vê-te á porta a fazer meia » e o soneto « Foi-se-me pouco a pouco amortecendo. » Neste, o Poeta chora a perda do anjo que era a luz que na vida o guiava, « alma gêmea » da sua que, um dia, lhe mostrou a curta, transitoria duração da felicidade, deixando o mundo.

« Não sabe » o Poeta « se ella voou, se lh'a levaram ». A intensidade do sentimento, a expressão que o traduz, teem um extraordinario relevo; não é vulgar ver atingir tal profundidade, dentro da simplicidade.

Na *Carta*, ha versos soberbos. Uma leve, subtil tristeza se evola de toda ella, nota-se que o Poeta empresta, de bom grado, resignação á alma dolorida, tendo ainda mal cicatrizada a ferida dum desengano que consistiu, talvez, em « desprezo honesto de vista branda e rigorosa », como se expressou Camões. Contudo, o seu coração não ama Maria; amou-a, sim, mas, presentemente, a intelligencia parece deter-se, com serenidade, a apreciar a perfeição da beleza fisica da mulher. O final esclarece, dum modo definitivo, o estado d'alma do Poeta que, sem magoa, aparentemente, ao menos, pensa na possivel felicidade dum outro que consiga de Maria o que ele não conseguiu. O sensualismo que é, mais que a tristeza, o fundo da composição, apresenta-se discretamente velado, com uma delicadeza que realça e prende.

Ultimo Adeus é duma mais elevada poesia, penetrada por uma unção doce de fé religiosa. No amago da inspiração está o que se contem naquele magoado dizer de Camões: « ... melhor lhe fôra — Partir-se do viver para ter vida ».

E' pelo amor e para o amor que o Poeta ascende até Deus, em cuja morada ele antevê « sorrisos consoladores da sua desdita » e « prazer eterno ».

A vida, no mundo vil que tanto o faz sofrer, é para o Poeta, triste e malaventurado, qual morte negra, tormentosa. O amor, na vida terrena, só lhe deu o suplicio de constante desespero, suplicio que a ambos torturou, ao Poeta e á sua amada.

Este amoroso infeliz apela para o céo, onde ele e ella, « absortos um no outro, fartarão de glorias tão triste amor ».

Julho de 1912.

A. DO PRADO COELHO.

D. Miguel da Annuniação, bispo de Coímbra

(CONCLUSÃO DE PÁG. 120)

NA ESCOLHA e na inquirição das testemunhas chamadas a depôr na devassa contra D. Miguel da Annuniação, foram iniquamente postergadas todas as fórmulas de direito e os mais rudimentares princípios de justiça. Já não queremos falar das considerações e cautelas que se deviam guardar em atenção á categoria do accusado, não em observância de gratuitos privilégios, mas pela própria natureza das circunstâncias, que impunham normas jurídicas especiaes, previstas em todos os códigos e em todos os tempos. As próprias garantias e salvaguardas reconhecidas aos reus de direito commum foram postas de parte, usando-se dos mais ignóbeis processos para perder e condemnar o bispo de Coímbra. A justiça pombalina julgava « de sciência certa » e « poder absoluto »; afastavam-se com violéncia todos os obstáculos que podiam levantar-se á execução de suas infalliveis decisões; os tribunaes eram considerados como instrumentos servís de governo, e não como instituições de segurança e defesa dos direitos de cada um.

Em vez de se chamarem a depôr pessoas de boa vida, opinião e fama, honestas, illustradas e imparciaes, procuraram-se todos aquelles que por algum motivo se suppunham inimigos ou pelo

menos desaffeitados ao bispo e de preferência clérigos, que, pelo seu mau procedimento, haviam soffrido correcção do prelado, o que os tornava duplamente suspeitos. Para secretario ou escrivão da devassa foi escolhido Pascoal de Abrantes Madeira, de Coímbra, o qual tinha má vontade a D. Miguel da Annuniação, como claramente mostrou por occasião do depoimento de Philippe Saraiva. Este era uma das pessoas nobres de Coímbra naquelle tempo; chamaram-no a depôr, talvez por haver noticia de que o bispo o admoestara e reprehendera em seus desmandos. Todavia Saraiva jurou com verdade indefectivel tudo o que sabia, sobre os interrogatórios, a favor da innocéncia e virtudes do prelado; e para confirmar o seu depoimento referiu, que, certa occasião, indo, por ser chamado, á presença de D. Miguel, este se pusera de joelhos deante d'elle testemunha, com um crucifixo nas mãos, rogando-lhe pelas chagas de Christo que se emendasse e convertesse. Atalhou o secretario da devassa que não escreveria semelhantes cousas. Saraiva exaltou-se com a observação, e replicou em voz alta, que fôra alli por dever de civilidade cumprimentar o desembargador Joaquim Gerardo, presidente da devassa; porém naquella occasião ia obrigado por justiça fazer o

seu depoimento e este devia ser integral e fielmente escripto. O presidente houve por justa a queixa e mandou ao secretário que escrevesse todo o depoimento.

Examinemos os depoimentos e as qualidades das testemunhas que mais culpam D. Miguel da Annuniação.

O Padre Joaquim de Moura Coutinho, testemunha referida a fl. 3 da devassa, era prior da igreja de S. João de Almedina. O bispo tivera-o preso no aljube, d'onde saíra pouco antes da devassa; pusera-lhe um ecónomo ou commendado na igreja e mandara sequestrar os fructos do beneficio, tudo em consequência de culpas apuradas em processo que existia na câmara ecclesiástica. Quando depôs contra o bispo, já estava em livramento de taes culpas, mas era seu inimigo declarado, o que bastaria para tornar indigno de crédito o depoimento que fez; além de que se atreveu a jurar muitas mentiras e falsidades manifestas que nada provam contra o prelado. Disse que D. Miguel determinara em edital que os ordinandos se confessassem no collégio da Graça ou em Santa Cruz, o que era notoriamente falso, pois nem na cidade de Coimbra nem em toda a diocese houvera jamais notícia de semelhante edital; e, ainda que este houvesse existido, nem de ahí se seguiria que tinha por fim a revelação do sigillo. Disse tambem que se tinham visto escriptos em que quasi se declarava a confissão; mas não diz quem os viu, nem esclareceu o facto com quaesquer outras circunstâncias.

O Dr. Fr. José da Trindade, monge descalço de Santo Agostinho, testemunha referida a fl. 19 da devassa, fôra pelo bispo suspenso de confessar e prègar, « porque era público e constante, que alterava e pervertia os textos da Sagrada Escriptura, e fazia da cadeira da verdade, na qual segundo o Apóstolo se deve prègar a Jesus Christo crucificado, theatro de comédia, com escândalo dos ouvintes e desprezo da dou-

trina orthodoxa dos Santos Padres e dos concílios. » Era portanto suspeito, e tanto mais quanto o seu rancor contra o bispo era manifesto em toda a cidade de Coimbra, onde falava do seu prelado com demasiada soltura. Todavia não disse cousa alguma que provasse ter o bispo usado ou praticado a doutrina do sigillismo. Todo o seu depoimento consiste em dizer, que o bispo a nenhum pretendente dava ordens sem informação de algum jacobeu. Como já sabemos o valor que se deve attribuir á alcunha de jacobeu, a accusação redundante em elogio do prelado. Não podendo conferir as ordens sem examinar ou formar prudente conceito da vocação do ordinando, procurava o bispo muito naturalmente, para esse exame e informação, pessoa piedosa e que, supposto o conhecimento do pretendente, fosse incapaz de o enganar.

Não deixaremos de notar que José da Trindade procurou occasião de se retratar de quanto dissera contra D. Miguel; e na verdade o fez em circunstâncias que impressionaram. Fallecido o bispo, num dos dias em que o cadaver esteve exposto, approximou-se d'elle Fr. José da Trindade e na presença dos circunstantes lhe applicou a mesma antiphona com que a Igreja elogia a S. Martinho de Tours: — « *O Beatum Pontificem, qui totis visceribus diligebat Christum Regem, et non formidabat imperii principatum: O sanctissima anima, quam et si gladius persecuterit non abstulit, palmam tamen martyrii non amisit.* »

O beneficiado Luis Pessoa da Fonseca e o Dr. Manuel Dias de Paiva, que depuseram a fls. 28 e 36 da devassa, nada provam em seus depoimentos contra o bispo. Apenas dizem que elle obrigava os ordinandos e párochos a fazerem os exercicios de Santo Ignácio e confissões geraes, como se isto fosse delicto ou novidade na Igreja; ou como se de tal se pudesse inferir que se tinha em vista a revelação do sigillo. Os exercicios de Santo Ignácio praticavam-se

em Roma e em todos os países christãos, como já de outra vez referimos; e era público e notório, que no patriarchado de Lisboa ninguem se ordenava sem precederem dez dias de exercicios com os padres da Missão, em Rilhafolles.

O Padre José Pereira do Amaral, prior de S. Martinho da Cortiça, testemunha referida a fl. 37 da devassa, era inimigo declarado do bispo, «por o haver tido preso no aljube, e muitas vezes penitenciado e obrigado a fazer exercicios espirituaes, para ver se o reduzia e reconciliava com Deus e o punha no caminho da santificação». Ainda assim nada prova o seu depoimento em desabono do prelado, e contradiz a affirmativa, feita por outras testemunhas, de que elle mandava fazer os exercicios espirituaes só com jacobeus. Confessa o depoente que fôra elle próprio, e não o bispo, quem escolhera o seu director para os exercicios espirituaes.

No segundo depoimento nada provou tambem contra o prelado; e como se referiu ao Padre Manuel Henriques, vejamos o que este depôs. Declarou que o visitador da diocese lhe perguntara se ia confessar á freguesia de S. Martinho da Cortiça; e, respondendo-lhe affirmativamente, disse-lhe o visitador que então devia saber tudo da casa do prior. Pode porventura alguem inferir de aqui, que o visitador queria que lhe dissesse o que era occulto e apenas pela confissão se sabia? O visitador julgava, e bem, que indo este padre confessar àquella freguesia, havia de ter noticia do que se murmurava da má vida do prior; porque em terras pequenas não é possível occultar certos vícios, principalmente de um ecclesiástico ou de um párocho em quem todos teem postos os olhos.

O Padre Manuel de S. Bento, meio cónego da sé de Coimbra, testemunha referida a fl. 40 da devassa, além de justamente se poder presumir que seria subornado por outro meio cónego, Luís

de Mello, de quem adeante falaremos, era tambem inimigo declarado do bispo. A desavença resultava de contestações àcêrca da disciplina celibatária, contra a qual o ecclesiástico se revoltava com argumentos vivos dentro de sua própria casa. A uma filha, que legitimamente se matrimoniou, accresceram os netos, que transformavam a casa do sacerdote em viveiro patriarchal. Não se compadecia o ânimo de D. Miguel da Annunção com semelhante escândalo; e por isso não admira que o meio cónego imbecilmente se vingasse, pretendendo no seu depoimento fazer cargo e delicto ao bispo, de que este algumas vezes andara pela cidade, acompanhado dos familiares e dos ministros ecclesiásticos, pedindo esmola para os presos e necessitados.

José Correia da Costa, testemunha referida a fl. 49 da devassa, disse que *havia vinte annos «estere elle testemunha por ordem do bispo fechado a fazer uma composição com outro companheiro, que é fallecido, e que, segundo sua lembrança, era no tempo dos sigillistas, e que tambem lhe parece eram a mostrar, que a Inquisição não tinha jurisdicção a este respeito; porém que, logo que veio a bulla do papa, se queimaram todos os papeis da imprensa, e o bispo lhes pagara e os mandara para sua casa»*. D'este depoimento se deduzem duas provas a favor de D. Miguel da Annunção: a primeira é que elle não defendia o sigillismo, mas a sua jurisdicção invadida, como anteriormente demonstrámos; a segunda é que a reverência e obediência que professava em relação á Santa Sé o determinaram a desistir da publicação do escripto logo que a bulla pontificia resolveu a questão.

Fr. Bento da Trindade, testemunha referida a fl. 55 da devassa, declara que o bispo era murmurado de sigillista, o que não constitue prova bastante para que assim o reputassem; e confessa que tal murmuração provinha de mandar o bispo fazer os exercicios de Santo Ignácio aos ordinandos e procrastinar as

ordens a alguns d'estes. Porém nem esta testemunha nem qualquer outra provou nos seus depoimentos, nem com facto algum se confirmou, que a dilação das ordens procedesse de terem sido os peccados revelados pelos directores espirituales. Allegou uma carta, na qual certo director espiritual dizia ao bispo — *que o ordinando ainda tinha suas fezes, e que ainda não estava perfeito*. O depoente diz que não sabe com quem se deu o facto, mas que ouviu falar nelle. Embora seja verdadeiro, as palavras referidas de modo nenhum permitem suppôr a revelação do sigillo, pois é facil de comprehender que muitos factos estranhos á confissão servem para avaliar a vocação do ordinando.

O Padre Manuel Toscano de Figueiredo, párocho da igreja da Pampilhosa, testemunha referida a fl. 57 da devassa, nada provou no seu depoimento contra D. Miguel da Anunciação. Diz que este lhe mandara fazer os exercícos de Santo Ignácio (não declara os motivos), e que lhe indicara para director o prior de Casal Comba, a quem a testemunha recusou por ouvir murmurar que elle revelava tudo ao bispo; e por tal razão preferiu ir fazer os exercícos no convento do Buçaco. Ora, se o prelado o não embaraçou na escolha do convento e portanto da direcção espiritual, provado está que o seu intento não era alcançar a revelação do sigillo, antes procurar a regeneração do Padre Toscano.

Luis de Mello, meio cónego da Sé de Coimbra, testemunha referida a fl. 75 da devassa, era inimigo declarado do bispo e por tal reconhecido na cidade. Fazia contra D. Miguel da Anunciação uma propaganda tão escandalosa e exagerada, que revela um péssimo caracter. Assim o prova um papel que elle fez correr manuscripto e do qual existe uma cópia.¹ Depois de receber do bispo

muitas honras e favores, prodiraria e calumniosamente apresentou contra elle ao marquês de Pombal um libello infamatório escripto por sua própria mão, o qual, segundo se diz, serviu de base aos interrogatórios da devassa. Nelle se continham os mais horrendos crimes, dos quaes um só que se provasse bastaria para justificar a prisão do bispo. Na própria côrte era tido e havido Luis de Mello por homem intrigante e revoltado; e no cabido foi fomentador de desordens com pleitos dos quaes se seguiram os maiores escândalos.¹ Finalmente Luis de Mello subornou testemunhas, como vamos ver em breve, o que acaba de aquilatar-lhe o valor moral.

Francisco Zuzarte de Quadros, testemunha referida a fl. 96 da devassa, foi subornado pelo meio cónego Luis de Mello. Disse que o bispo o exhortava a ir confessar-se a Santa Cruz, o que foi falso; e, ainda que fosse verdadeiro, tal facto não constituia crime. Quando esta testemunha viu o seu depoimento impresso, protestava publicamente que elle estava redigido em termos mais expressivos do que aquelles em que o fizera. Para explicar as alterações feitas recorria ao euphemismo, em alternativas, de erro de imprensa, ou erro do escrivão da devassa; e accrescentava que não lera o depoimento nem antes nem depois de o assignar. Alem d'isso declarava-se prompto a jurar, que Luis de Mello, depois de se referir no seu depoimento a elle testemunha, fôra procurá-lo para lhe persuadir que confirmasse o seu dito, suggerindo-lhe neste sentido expressões e factos taes que causava horror preferi-los; porém não obstante a persuasiva do dito Luis de Mello a respeito do sigillismo, elle testemunha nada depusera por ser cousa da qual absolutamente

¹ Encontra-se a fls. 301 e seg. do vol. v da collecção de manuscriptos de D. Pedro da Encarnação, n.º 360 da Bibliotheca do Porto.

¹ Sobre as desordens promovidas no cabido de Coimbra pelo meio cónego Luis de Mello, veja-se a *História da Igreja em Portugal*, t. III, p. I, cap. II, no parágrafo em que se trata dos cabidos.

nada sabia. Não se pode ir mais longe no caminho da honestidade e da justiça.

O Padre José Cardoso, capellão da Senhora da Piedade, e o Padre Sebastião Álvares Nunes, testemunhas referidas a fls. 87 e 90 da devassa, nada provaram também nos seus depoimentos contra D. Miguel da Annuniação. Pondo de parte o primeiro, do qual não é necessário falar, o segundo só diz *que o bispo o privara de confessar, por elle testemunha não querer fazer os exercí-cios de Santo Ignácio*; e de aqui passa a inferir que o bispo suspendia os bons confessores, e conservava os ignorantes, que, segundo se dizia, lhe revelavam o sigillo. Era notório em todo o bispado, que D. Miguel obrigava todos os sacerdotes a examinarem-se para serem confessores; e todo aquelle a quem os examinadores reprovavam era suspenso do exercício das ordens. Um facto que a testemunha refere com falsas insinuações succedeu com o Padre José Rodrigues, accusado pelo bispo de falta de recitação do officio divino. O facto não se deu como a testemunha o referiu; mas ainda que assim fosse nada provaria contra o bispo, porque a própria testemunha diz — *que não sabia se o prelado teve notícia da falta de reza pelo confessor, ou se por um médico que tinha ido com elle testemunha e na mesma noite ficara seu hóspede*. Vê-se que a consciência do Padre Cardoso não estava tão embotada que não fosse susceptível de rebates como aquelle que accusam as palavras referidas.

O Padre Manuel Fernandes da Costa, testemunha referida a fl. 91 da devassa, verdadeira ou falsamente depôs haver-lhe dito o bispo — *que o informasse de algumas pessoas que na sua freguesia tinham communicações ilícitas, pois dos factos públicos podia elle testemunha noticiar e informar o seu prelado*. De tal se não pôde inferir, que por semelhante meio o prelado provocasse ou incitasse a testemunha a revelar-lhe os factos occultos, de que tivesse conhecimento

pela confissão; pelo contrário aquellas palavras de algum modo constituem prova da prudência e cautela com que o bispo D. Miguel tirava as suas informações. Respondeu-lhe o Padre Costa que nem dos factos públicos podia dizer nada, por ser o único confessor de aquella freguesia; o que leva a crer que elle tinha escassas relações com os tradistas de theologia moral.

O Padre Manuel Rodrigues da Paz, prior de Trouxemil, testemunha referida a fl. 93 da devassa, era pessoa desaffecteda ao bispo. Disse que este — *lhe persuadia que se confessasse com um determinado padre de Santa Cruz chamado D. Manuel da Encarnação*. E accrescenta logo que depois deixara este director espiritual e tomara outro no convento da Estrella; mas não diz que por tal facto incorresse no desagrado do bispo, ou este se mostrasse descontente, prova de que lhe dera simples conselho e não pretendêra impôr-lhe nenhum director espiritual determinado.

E' fabula mal architectada o que diz a testemunha àcêrca de um livro que teria andado pelas mãos do bispo. Elle diz *que averiguado o título do livro e a sua substância elle continha a vulgarmente chamada — Seita gasparina — : consistia em ser lícito perguntar no acto da confissão pelo cúmplice do peccado*, etc. Não existe noticia alguma de tal livro, que a testemunha diz ter sido impresso; e do depoimento nem sequer se infere claramente se as palavras *Seita gasparina* eram o título do livro ou indicavam a matéria que elle continha. E' ridículo suppôr que sigillistas, se os tivesse havido, escrevendo um livro em defesa do seu erro, a si próprios se appellidassem *sectarios*, e do nome de Fr. Gaspar da Encarnação, calumniosamente havido por fautor do sigillismo, derivassem a grotesca designação *gasparina*. A testemunha não viu o livro, cuja mysteriosa história lhe fôra contada pelo prior de Arazede, já fallecido ao tempo do depoimento. E,

suppondo mesmo que o livro existira e passara pelas mãos do bispo, que mal ia nisso?

Enquanto o bispo de Coimbra jazia angustiado na prisão, aonde o levou um processo atrabiliário, cheio de ódios e iniquidades, era a diocese governada por D. Francisco de Lemos Faria Pereira Coutinho, a quem o papa Clemente XIV, pela bulla *Romanus Pontifex*, de 13 de abril de 1774, nomeara coadjutor e futuro successor de D. Miguel, com o título de bispo de Zenópoli, — «*etiam ejusdem Michaelis Episcopi consensu minime accedente, imo ipso Michaelis Episcopo invito et repugnante*».

A 21 de fevereiro de 1777, três dias antes de morrer, El-Rei D. José I por seu próprio punho escreveu a ordem seguinte: «Perdão ao bispo de Coimbra e mando que se solte logo com todos os cúmplices que estão presos pelas culpas por que se prendeu o bispo. (Rubrica de El-Rei). 21 de fevereiro de 1777.» Então o marquês de Pombal assignou uma portaria em que mandava executar a ordem do soberano. A 25 de fevereiro saiu o venerando antístite do seu negro cárcere, envelhecido, vacilante, macilento, com as vestes desgastadas, todo em desalinhado e miserando aspecto. No mesmo dia saíram do forte da Junqueira o vigário, o provisor e o secretário do prelado.

Quebradas as algemas, foi agradecer à rainha a liberdade. Em seguida foi ao núncio, que era o arcebispo de Petra, rogar-lhe encarecidamente que transmittisse ao Santo Padre a sua gratidão pela parte que tomara no livramento¹. O núncio apressou-se em representar à rainha e a seu marido o júbilo com que Sua Santidade havia de celebrar a clemência régia, ao ter notícia de se encontrar em liberdade D. Miguel da An-

núnciação, a quem o representante da Santa Sé appellidava «verdadeiro homem de Deus, o innocente e santo bispo de Coimbra»¹. A 7 de julho de 1777 dirigiu D. Maria I a D. Miguel da Anúnciação uma carta régia muito honrosa. Nella exprimia o júbilo que sentia de o ver em liberdade e a satisfação de conservar entre os seus vassallos um prelado tão benemérito, pois sustentara sempre a sua boa opinião no exercício das virtudes, e estas conciliaram no ánimo da rainha a justa estimação que fazia da pessoa do prelado; louvava o fervoroso e apostólico zelo com que se houvera na acertada direcção do rebanho que a providência lhe confiara, e ás quaes dava não sòmente o saudavel pasto, que nutre nos corações os sentimentos da verdadeira religião, como tambem os louváveis exemplos de fidelidade e obediência ás régias determinações.

A este honroso documento, que por desnecessário não reproduzimos na íntegra, chamou o marquês de Pombal «artificiosa carta régia»; porque nelle se davam «por justos os procedimentos que com elle se tiveram», e se lhe honrava «sòmente o ter obedecido ás ordens do Senhor Rei D. José».² E' manifesta a paixão de tal commentário. Na carta régia, a rainha não podia ser mais lisonjeira com o bispo de Coimbra, sem ir remexer as cinzas de seu pai; e de

¹ «*Non ho mancato più di assicurare i sovrani per terza persona e lo ripeterò io stesso in persona nella prima uaienza del sommo piacere, che avrebbe provato sua santità in sentire resa la libertà all'innocente e si può dire santo vescovo di Coimbra*». Carta do núncio para o cardeal Palaviccini, em 4 de março de 1777. «*Quanto più io veggio questo prelato, tanto maggiormente lo truovo è lo riconosco per uomo vero di Dio*». Despacho official do núncio na mesma data.

² Carta do marquês de Pombal ao conde de Rio Maior, seu genro, em 4 de janeiro de 1778, publicada por ZEPHYRINO BRANDÃO, *O marquês de Pombal*, pág. 71.

¹ Despacho do núncio, arcebispo de Petra, para o cardeal Palaviccini, secretário de estado em Roma, em 4 de maio de 1777.

modo nenhum deu por justo o procedimento havido com D. Miguel da Anunciação.

No dia 10 do referido mês foi expedido ao cabido de Coimbra um aviso régio, assignado pelo Visconde de Villa Nova da Cerveira, novo secretário de estado, ordenando-lhe que dos seus livros riscasse os decretos e ordens que se tinham expedido contra D. Miguel da Anunciação.

Foi no dia 12 de agosto de 1777 que o bispo de Coimbra se retirou de Lisboa para a sua diocese. Saiu com os seus familiares de casa do Conde de Povolide, seu sobrinho, em quatro carruagens, e dirigiu-se a Mafra, para se despedir do secretário de estado Aires de Sá e Mello, que estava na quinta do conde de Pombeiro. No dia 13 saiu de Mafra para a quinta das Lapas, onde o receberam com extraordinárias honras o marquês de Penalva e toda a sua família e os condes de Tarouca. No dia 14 continuou a jornada até ás Caldas, onde pernoitou em casa do conde de Resende. No dia 15, depois de ouvir missa, partiu para a Nasareth; alli visitou o santuário da Senhora, onde foi recebido com toda a solemnidade. No dia 16 seguiu para Leiria. A meia légua da cidade era esperado pelo bispo D. Fr. Miguel de Bulhões e Sousa e pelas dignidades da sé. Nos dias 16 e 17, em que esteve hospedado no paço episcopal de Leiria, houve repiques de sinos e á noite luminárias na cidade. No dia 17 foi recebido na sé de Leiria com toda a solemnidade. No dia 18 continuou a jornada até ao Lourical. Foi acompanhado pelo bispo de Leiria até á linha divisória das duas dioceses, onde D. Miguel da Anunciação era esperado por muitas pessoas do Lourical, que o aclamaram. Na villa do Lourical foi recebido com honras militares e grandes festejos. No dia 21 de agosto saiu do Lourical para Coimbra; porém a fim de dar logar aos preparativos que em Coimbra se faziam para uma recepção

solemne, fez uma digressão por Pereira, onde foi recebido na igreja das ursulinas. De todos os lados, durante o tracto, corria o povo a ver o seu prelado, a quem a corôa do martyrio augmentara o prestígio. Em Pereira hospedou-se em casa de D. Nuno António Álvares Botelho; e de lá seguiu para a quinta episcopal de S. Martinho. Em Taveiro era esperado por cônegos e outras pessoas ecclesiásticas e seculares da cidade de Coimbra; e no dia seguinte foi visitado por muitas outras pessoas da cidade.

Pelas três horas da tarde d'esse mesmo dia, que era 22 de agosto, começaram a chegar as pessoas que haviam de acompanhar o prelado até á sé cathedral, e entre as quaes se contavam cônegos, lentes da universidade, collegiaes, prelados das ordens e muitas outras pessoas distinctas. Formou-se a comitiva com cincoenta e oito carruagens e muitos cavalleiros. O bispo ia numa berlinda tirada a três parelhas, que para o effeito lhe tinham enviado os infantes D. António e D. José, então assistentes no mosteiro de Santa Cruz. Antes de entrar na ponte foi aclamado por grande multidão de creanças, que o esperavam; na ponte prestaram-lhe honras militares as companhias de ordenanças. A câmara tinha ordenado que se fizessem diversas demonstrações de regosijo; que se aformoseassem as ruas e se pusessem luminárias em três dias successivos, «tudo pouco para se lhe restituir (ao bispo) o jugo e obediência que lhe devem uns tão fieis vassallos de Sua Majestade».

D. Miguel da Anunciação atravessou as ruas engalanadas da cidade e entrou na sé, onde foi cantado solemne *Te Deum* em acção de graças. De alli recolheu-se ao paço, onde o esperavam os infantes D. António e D. José. Pouco depois dirigiu-se tambem ao paço, em procissão e de cruz alçada, o cabido e todo o corpo ecclesiástico da sé, cantando o *Benedictus*; demonstração que

muito commoveu o prelado e quantos a presencearam.¹

Pio VI, recebida a notícia do fallecimento de El-Rei D. José e do livramento do bispo de Coímbra, não tardou em communicá-la aos cardeaes reunidos em consistório, referindo-se ao facto nos termos seguintes:

«*Collatisque cum piissima conjugue consiliis, voluit (Rex) ut e custodia dimitterentur qui diuturna oblivione inclusi detinebantur; inter quos egregius ille Hierarcha, quem per vim jam pridem constrictum, et tandiu ab ejus Ecclesia sponsa desideratum, Rex ab amaro exemit jugo, atque sacro Pastorum ordini sic aliquo satisfecit honore, ut Bernardus nunc forsitan repeteret (Epist. CXXXVI): Tristitia nostra versa est in gaudium. Sacerdotem Domini, in quem ausi sunt mittere manum, cum honore remittunt.*»

Tambem o papa recommendou ao núncio apostólico em Lisboa, que em seu nome desse ao bispo de Coímbra os parabens da sua restituição; e escreveu á rainha uma carta em forma de breve, louvando-a muito pela sua piedade e agradecendo-lhe a carta que enviara ao bispo como documento da sua innocência.

D. Miguel da Annuniação escreveu ao pontífice, logo que se viu em liberdade, e d'elle obteve a seguinte resposta:

«*PIUS P.P. SEXTUS*»

«*Venerabilis Frater, salutem. Et si jam pridem certiores facti eramus litteris Nuncii, fama denique ipsa, de iis, quae in tanta rerum vestrarum perturbatione, et extremi jam periculi metu, Divinae Misericordiae ope laeta ac prospera contigerant; tamen eadem illae laetiora fecerunt nobis tuae litterae; non solum, quia grati animi erga Nos, officii, ac pietatis plenissimae erant; sed etiam, quia magis videbamur tibi gratulari, cum de te ex te ipso audiebamus. Complexi igitur sumus cogitatione te absentem; et sancto gaudio exultantes filium, quasi ex tenebris, et mortis faucibus ereptum paterna charitate sumus exosculati. Accessit laetitiae magnus cumulus, quod istic religioni suam asseri dignitatem,*

cedere virtutibus vitia, rationi furorem, vim aequitati; et quod optare quidem, sed sperare vix posse videbamur, ecclesiasticam auctoritatem in pristinum splendorem fuisse restitutam intelligebamus. Caeterum qui amor erga te noster fuerit, existimari facile potest; cum ex ea oratione, quam ad sacrum cardinalium collegium habuimus, et quae ubique gentium pervagatur; tum etiam ex posterioribus litteris nostris in forma Brevis ad charissimam in Christo filiam Reginam fidelissimam datis, statim ac optatissimus tuae libertatis nuncius huc allatus fuit; quibus illius religionem, justitiam, humanitatem, summis laudibus exornavimus; eique mirificas gratias egimus de officiis omnibus, quae erga fraternitatem tuam praestitit, et de suavissima illa epistola, quam ad te misit et pietatis quidem suae, et tuae innocentiae monumentum gloriosum ac sempiternum. Jam vero pastorem illam epistolam, cujus exemplum tuis litteris adjunctum accepimus, semel atque iterum perlegimus; neque tam affecti sumus doctrinae catholicae puritate, quam recordatione tuae animi fortitudinis, qua mansisti in episcopali officio et fide; proscriptis atque damnatis pestilentissimis libris, qui eo perniciosiores deprehenduntur, quo occultius et venustioris orationis fucio illorum virum erroris mentibus imperitorum obtrudunt; quos libros sancta haec sedes jam pridem damnaverat, et ab omnium catholicorum oculis penitus removendos decreverat. Haec causa fuit tuarum calamitatum, id tibi crimini datum, quasi criminisum esse possit amantissimo sui gregis pastori vigilare, ne mortifero cibo pascatur. Quod tam tibi in gloriam cessisse vidimus, teque ipsum salvum, atque incolumem ad pulcherrimum triumphum reservatum fuisse laetati sumus. Et nos quidem cum eam ob causam te multis vexatum contumeliis, multisque jactatum injuriis intelligeremus, pro necessitudine illa, qua membrum caput adhaeret, magnopere dolebamus; sed in illo ipso dolore hoc solatii capiebamus renovata esse in te exempla sanctissimorum illorum antistitum, qui Ecclesiae doctrinam magno animi robore, et suo etiam sanguine comprobarunt. Sed haec haecenus.

«*Quod postremo loco a Nobis postulas, ut tuae dignitati, tuisque juribus consuleremus, ex turbato coadjutore illo, quem tibi, per injuriam et fraudem traditum affirmas sic habeto; Nos eam causam diligentissime discutiendam examinandamque suscepisse. Sed hoc tibi persuadeas necesse est F. M. Praedecessorem nostrum Clementem XIV apostolica providentia, et ea solitudine, quae apud Pontificem Romanum monet omnium ecclesiarum impulsu fuisse, ut destinaret, qui tuas absentis partes et officia impleret: idque non odio tui, sed necessitate cedentem tempori fecisse, ne grex ille sine custode, sine pabulo erraret miser, praesertim quum quintus jam fluxisset annus, ex quo ab eo avulsus carcere detenebaris. Interim tamen non negligemus ea investigare, quae ad eandem cau-*

¹ Manuskriptos de D. Pedro da Encarnação, t. v (n.º 360 da bibliotheca do Porto), fls. 331 e seg.

sam pertinent, et quae praesto esse possunt, ut tuis postulatis, quoad licebit, prolixè assentiamur: non enim dubitare debes de paterna illa charitate, qua te diligimus majorem in modum; et cujus certissimum pignus habes in apostolica benedictione, quam tibi, Venerabilis Frater...¹ impertimus. Datum Romae apud Sanctam Mariam Majorem III nonas Septembris MDCCLXXVII. Pontificatus nostri anno III.»

« *Philippus Bonamicus ab epistolis latinis Sanctitatis Suae.* »

Esta carta de Pio VI coroou dignamente a reparação dada ao bispo de Coímbra.

Apenas chegou a Coímbra, D. Miguel da Annuniação immediatamente assumiu o governo da diocese, ficando suspenso D. Francisco de Lemos. Ainda de Lisboa, expedira a 31 de maio uma pastoral sobre a nova festividade do Coração de Jesus, com instruções ao clero e fieis da diocese.

Pelos fins de 1777, andando D. Miguel da Annuniação em visita á sua diocese, deu-se um facto que foi então muito commentado e que a tradição depois foi revestindo de circunstâncias phantasiosas. Referimo-nos a um encontro do bispo com o marquês de Pombal. Disse-se mais tarde, que, ao regressar D. Miguel a Coímbra, e passando em Pombal, alli se encontrou com o decaído ministro, dando-se uma commovente scena em que o marquês mostrara o seu arrependimento. Um escriptor referia o caso, no meado do século passado, nestes termos:

« São dignos de louvor, posto que a algumas pessoas se tornem suspeitosos, por desusados, os actos que praticou em Pombal o ministro decaído com o santo prelado de Coímbra no regresso á sua Igreja: logo que elle chegou á villa e se hospedou no mosteiro dos religiosos capuchos, o ministro mandou o seu ou-

vidor pedir-lhe licença para o visitar, e, dada essa com a bondade de anjo, appareceu o ministro, prostrou-se por terra gritando: « *Meu prelado, meu prelado, benção!* » e, por mais que o santo confessor de Christo instasse para se levantar, não o quis fazer, até que lhe disse que se levantasse ou elle se lançaria a seus joelhos: santa humildade de um bispo cathólico! Fez o prelado ahi a visita, e indo depois despedir-se do ministro, o deixou com os olhos arrasados de lágrimas, e talvez arrependido, porque tão grande emoção, causada pela caridade de um pastor evangélico, nunca elle experimentara. »¹

Ora o encontro deu-se, mas em circunstancias diferentes; e por occasião de uma visita pastoral, não quando D. Miguel regressava a Coímbra; pois já vimos, segundo minuciosa relação contemporânea, que, ao regressar de Lisboa, o bispo de Coímbra não passou em Pombal. E' o próprio marquês quem narra os factos, em carta escripta a seu filho em 3 de janeiro de 1778.²

Começa por declarar-se christão e respeitador dos prelados diocesanos. Além d'isso fôra muito obrigado ao conde de Povolide, pai do bispo, e a seu irmão, o cardeal Nuno da Cunha. Tivera a maior amizade com o conde Luís da Cunha, irmão do bispo de Coímbra; e considerara sempre este prelado « um sincerissimo e bonissimo pastor ». Tudo isto lhe fizera « sentir muito amargamente, que o precipitassem no absurdo público da pastoral, que toda a Mesa censória, toda a Mesa do desembargo do paço, e todo o Conselho de Estado, julgaram que o tinha feito reu do crime de lesa-majestade. De resto á secretaria do Estado que elle marquês então dirigia « só coube a expedição

¹ No manuscripto d'onde copiámos o documento ha neste lugar uma palavra que pela terminação se reconhece ser um advérbio, mas que não conseguimos ler.

¹ JOSÉ BARBOSA CANAES DE FIGUEIREDO CASTELLO BRANCO, *Estudos biográficos*, pág. 312-313.

² Publicada na íntegra por ZEPHYRINO BRANDÃO, *O marquês de Pombal*, pág. 100 e seg.

das ordens régias, que El-Rei determinou ultimamente no mesmo conselho de Estado com assisténcia de todos os conselheiros, entrando nelles os dois cardeaes patriarcha e da Cunha». Recommendará-se ao desembargador Luís Botelho, «que lhe assistisse com tudo o necessário para a sua decéncia e commodidade». Logo que El-Rei declarara que perdoava ao bispo de Coímbra, «fui eu o que gostosa e promptamente lhe expediu as ordens de soltura»... «Nestas circunstâncias, logo que soube que o mesmo bispo tinha chegado ao convento dos religiosos capuchos, em acto de visita d'esta diocese, mandei o ouvidor d'esta villa pôr-se ás suas ordens, e logo depois d'elle fui tomar-lhe em público a benção com as demonstrações do maior respeito. E que finalmente, vindo a esta casa pagar-me a visita, lhe tomou tua mãe a mesma benção de prelado, e eu o acompanhei por toda a escada abaixo até á praça, até á portinhola da liteira, e até o ver partir, não obstante ser a referida escada descoberta, e estar chovendo muito.»

Queixa-se o marquês de que os factos fossem deturpados logo depois, accrescentando: «Isto é o que passou na verdade. Nem o contrario se podia dizer sem uma notória impostura.» Não sa-

bemos em que termos a noticia chegou aos ouvidos do filho; este pediu logo informações ao pai, que lh'as enviou *para o socegar*.

A carta do marquês tem neste caso grande valor histórico e presta-se a muitas considerações. Nella transparece um remorso irreprimivel, e tão grande que se quer fazer passar como simples expedidor das ordens de El-Rei. D'este modo enjeita, para as lançar sobre D. José, todas as responsabilidades que lhe cabem na perseguição do bispo de Coímbra, a quem considerara sempre «um sinceríssimo e boníssimo pastor». Finalmente, referindo-se ás culpas do bispo de Coímbra, apenas fala da pastoral: as accusações gravíssimas sobre o sigillismo foram omittidas, como indignas e calumniosas trapaças de occasião.

Estando D. Miguel da Annuniação de visita ao convento de religiosas de Semide, alli adoeceu gravemente e falleceu a 29 de agosto de 1779. O cadáver, embalsamado e transportado para Coímbra, foi sepultado na igreja de Santa Cruz, defronte do local onde ha poucos annos se erigiu o altar de Nossa Senhora da Conceição.

FORTUNATO DE ALMEIDA.

O DUQUE DE LAFÕES

NOVOS ELEMENTOS PARA A SUA BIOGRAPHIA

Dois documentos de que encontrei cópia numa collecção de manuscriptos dos fins do século XVIII¹ lançam alguma luz na biographia de D. João Carlos de Bragança, duque de Lafões.

José da Silva Mendes Leal, no *Elogio histórico* impresso na collecção de *História e Memórias da Academia*², diz que o duque, descontente pela frieza que lhe mostrara D. José, recusando conceder-lhe a successão no ducado de Lafões, vago por morte de seu irmão mais velho, tomada a vénia de El-Rei, deliberou-se a deixar a pátria. O mesmo affirma o referido auctor na biographia que publicou no *Archivo pittoresco*.³

O sr. Joaquim de Vasconcellos, numa biographia publicada no *Plutarcho português*⁴, opina que o duque se exilou voluntariamente; que «nem levou a mal que El-Rei D. José, seu parente, lhe negasse a successão na casa de Lafões,

que lhe pertencia de direito.» E accrescenta: «O fidalgo saiu da pátria sem rancor, nem ódio ao conde de Oeiras, porque nunca o veremos mais tarde entre os seus detractores; ficou silencioso perante a desfeita que lhe fez El-Rei, e talvez achasse razão ao severo ministro, que devia ver com maus olhos a popularidade do príncipe em torno do qual se agrupava, naturalmente, o grande partido dos descontentes.»¹

Tudo isto são hypótheses que ao sr. Joaquim de Vasconcellos se afiguraram plausíveis, na falta de documentos ou de outra informação segura.

Quanto á última formulada, do agrupamento dos descontentes em volta do prestígio que ao duque de Lafões dava o sangue real, nenhum facto conhecido a confirma.

O que é certo é que D. João Carlos de Bragança não se retirou de Portugal voluntariamente, mas porque a isso o forçaram, como claramente se vê do primeiro dos documentos que adiante reproduzimos. Foi El-Rei D. José que o mandou para Vienna; e o facto de procurar mitigar-lhe as agruras do exílio, com uma carta de recommendação para a imperatriz, auctoriza-nos a sup-

¹ N.º 360 da Bibliotheca do Porto. São as duas cartas adiante reproduzidas, e que no referido ms. se encontram em português, taes como as damos ao leitor.

² Nova série, t. II, p. II.

³ Vol. IX, pág. 145 e seg.

⁴ Pág. 49 e seg. Já anteriormente o sr. Joaquim de Vasconcellos publicara uma biographia do duque de Lafões na *Arte musical*, n.ºs 35 e 36, de agosto de 1874.

¹ *Plutarcho português*, pág. 52, col. II.

pôr que ao duque não eram atribuídas culpas que á perseguição dessem a natureza de castigo.

Qual foi, então, o motivo ou o pretexto que levou o duque de Lafões ao exílio? Communicou-me o sr. José Pereira de Sampaio (Bruno), que nas Memórias de um estrangeiro, viajante em Portugal no século XVIII, se attribue a perseguição ao facto de haver o duque desapprovado os excessivos rigores da alçada do Porto em 1757. Ignoro o fundamento da informação do viajante, e nem o auctor d'ella posso citar, porque o sr. Sampaio, embora com a certeza de a haver lido, se esqueceu do nome do viajante; mas a hypóthese, se assim quiserem chamar-lhe, é pelo menos verosimil e tem a seu favor a concordância chronológica.

A má vontade do marquês de Pombal para com o duque de Lafões é manifesta; e tão grande que nunca respondeu ás perguntas que instantemente lhe dirigiu o duque sobre o que a seu respeito determinava El-Rei. O próprio regresso de D. João Carlos de Bragança pouco depois da queda do marquês de Pombal de algum modo indica que lhe fôra applicada a pena de desterro sem processo.

De uma informação do abbade Correia da Serra inferira o sr. Joaquim de Vasconcellos que o duque de Lafões se retirara de Portugal em 1757, data que é confirmada pelo primeiro documento adeante publicado. Quanto á data do regresso, que o sr. Joaquim de Vasconcellos, seguindo o mesmo Correia da Serra, attribuia ao anno de 1779, poder-se-ha offerecer alguma dúvida. Na falta de informação mais segura, é lícito concluir do doc. I, que D. João Carlos de Bragança regressou a Portugal nos fins de 1777 ou principios de 1778.

I

Cópia da carta que o principe Kaunitz Reitberg, chanceller mór do império, escreveu ao cavalleiro de Sebzeltern, ministro plenipotenciário de Suas Majestades Imperiaes, residente actual junto de Suas Majestades Fidelíssimas.

Senhor, verá V. Ex.^a apparecer novamente em Lisboa o senhor duque de Lafões, que, depois de vinte annos de ausência, será menos conhecido nessa cõrte do que nesta, onde os passou quasi todos. Este motivo nos obriga a instruir e auctorizar a V. Ex.^a pela presente, para que pelo canal competente faça chegar ao conhecimento de Suas Majestades Fidelíssimas tudo o que é justo e ainda necessário que saibam a respeito d'este senhor. Chegou elle a esta cõrte no anno de 1757, com carta de recommendação de El-Rei defuncto para S. M. a imperatriz rainha; foi por virtude d'ella recebido favoravelmente de S. M. e de toda a família imperial; com o seu beneplácito assistiu e fez todas as campanhas da última guerra, militando em differentes corpos dos nossos exércitos com o mais distincto valor e rara intelligência. Feita a paz assentou que devia procurar saber, por meio do marquês de Pombal, o que S. M. ordenava elle fizesse de ahí em deante, e que entretanto permanecia no lugar para onde fôra mandado pelo seu soberano, até que este se dignasse fazer-lhe conhecer quaes eram as suas intenções a seu respeito. Nunca foi possível conseguir resposta do marquês de Pombal, apesar das reiteradas instâncias, que mediata e immediatamente lhe fez: o que determinou o duque a continuar a sua assistência nesta cõrte. Para augmentar os seus conhecimentos, fez todas as viagens úteis e possíveis, tanto em Europa, como na Ásia; porém sempre se recolhia a Vienna, que reputava como seu domicílio, enquanto não recebia ordem contrária. A nobreza do seu pensar e obrar, a excellência de todas as suas virtudes moraes, o seu espirito, os seus conhecimentos, a sua prudência, a pureza dos seus costumes, a regularidade da sua conducta, enfim o compêndio de todas as suas gratas e respeitáveis qualidades o faziam geralmente estimar e amar por todos os que tiveram a ventura de o conhecer. Quanto a mim, que o tratei com toda a particularidade, affirmo que sou decisivamente seu amigo *usque ad aras* e a sua separação me deixa magoadíssimo. Contudo o que elle leva mais precioso d'este país são os recommendáveis sentimentos com que o honraram SS. MM. e toda a família imperial. O imperador principalmente assim o praticou sempre em todas as occasiões públicas e particulares, com as

mais distinctas demonstrações, capazes na verdade de lisonjear uma alma nobre e sensível como a sua. Teve além d'isso determinado, como V. Ex.^a se deve lembrar, dar-lhe uma prova mais manifesta, offerecendo-lhe um posto conveniente nos seus exércitos, no mesmo tempo em que o obstinado silêncio do marquês de Pombal fazia crer, que não queriam elle jamais tornasse á sua pátria. Permittiu-se-lhe então pedir o consentimento da sua côrte, para passar ao serviço da casa de Austria. Ha muito tempo que nelle estaria effectivamente, se esta diligência não fosse igualmente inutil, ficando, como as outras, sem resposta do marquês de Pombal. Tudo o que acabo de ponderar a V. Ex.^a não tem outro fim mais do que fazer conhecer ao Senhor Duque como elle é. E porque os soberanos são mais interessados que ninguem em conhecer perfeitamente os seus vassallos; encarrego a V. Ex.^a que informe o Senhor Visconde de Villa Nova da Cerveira do conteúdo nesta, rogando-lhe em meu nome queira efficazmente pôr tudo na presença de Suas Majestades Fidelíssimas.

Tenho abundantes provas da sua muita exactidão, para me lembrar de que V. Ex.^a haja de omittir cousa alguma do que lhe recomendo na execução d'esta commissão.

Sou etc.

Luxemburgo, 22 de setembro de 1777.

P.^{ce} Kaunitz Reitberg.

II

Cópia de uma carta do imperador para o duque de Lafões.

Meu amado duque, na véspera da minha partida para o exército recebi a vossa carta,

que me dá a agradável certeza, de que, não obstante um silêncio de tantos annos, vós conserváveis ainda a lembrança de mim, como eu repetidas vezes me lembro de vós. Eu vos faço o mais sincero cumprimento sobre a vossa alliança, de que me dais parte. Sêde pois tão feliz como mereceis.

Por esta occasião se renovam em mim os sentimentos de vos ter tão longe d'aquí. Os vossos talentos militares, o vosso valor, o vosso espirito e a vossa amizade me eram seguros fiadores de que vós quisésseis acompanhar-me no exército; e que eu tirasse grande partido, tanto para o conselho, como para a execução.

Espero a louça, que vós me dizeis, e com tanto mais desejo, porque nella se contém o retrato de uma rainha tão amavel como virtuosa, a quem me interesso por tantos títulos. Eu vos peço, que vos aproveiteis da primeira occasião, para serdes intérprete dos meus sentimentos a seu respeito.

Adeus, meu amado duque. Tende saúde; e fazei-me o gosto de me dardes algumas vezes notícias vossas, nas quaes tomo todo o interesse, que me inspira a amizade, e a perfeita consideração, com que sou pela vida, meu amado duque, muito vosso apaixonado.¹

Vienna, 28 de fevereiro de 1788.

Joseph.

FORTUNATO DE ALMEIDA.

¹ Este documento tem á margem, na cópia d'onde o transcrevemos, a seguinte observação: — « Parece ser traduzido do francês, idioma que perfeitamente falava e escrevia o imperador. » Effectivamente deve ser traducção do francês, e péssima traducção.

Explorações archivísticas

I

A inquisição de Gôa contra o Vice-Rei Mello de Castro

Do primeiro numero desta *Revista* publiquei um breve artigo sobre Bombaim e o vice-rei Antonio de Mello de Castro, sem que pensasse em voltar a tratar deste alto funcionario, mas não decorria muito tempo que se me não deparasse um processo na Inquisição de Lisboa em que elle era fortemente acusado de inimigo e perseguidor do Santo Officio, além de indiciado em outras manifestações escandalosas sobre materia ecclesiastica.

Isto confirma até certo ponto o testemunho de seus contemporaneos que lhe chamavam *vario* ou *leviano*.

Em 4 de dezembro de 1664, sendo elle ainda Vice-Rei, apresentou o promotor do Santo Officio da Inquisição de Gôa um requerimento aos Inquisidores devidamente fundamentado para que se instaurasse o processo a Mello de Castro (doc. 1). As denuncias tinham sido feitas em 13 e 28 de maio de 1664 por Fr. Manuel de Jesus, capucho, natural de Viseu, e Manuel Furtado de Mendonça, fidalgo. A estas denuncias seguiram-se outras nas inquirições de testemunhas em fevereiro e março de 1665 feitas pelo thesoureiro do Estado Ma-

nuel Mexia Pixem, Simão Falcão, provedor-mór dos contos, Manuel Côrte Real de Sampaio, fidalgo, e familiar da Inquisição, e Fr. João de S. Diogo, natural de Lisboa. Depois de um pequeno intervalo, vem depôr em outubro o P.^o Pero da Costa, da Companhia de Jesus, natural de Pedrogão; em novembro José de Bragança, brahmane; em dezembro o gentio Guedará, da casta dos ourives. Em março de 1666 é inquirido Fr. Manuel do Espirito Santo, ex-provincial da ordem de Santo Agostinho; em maio cabe a vez ao provincial da mesma ordem o santareno Fr. Luiz da Graça. Em janeiro de 1667 são chamados o ouvidor P.^o Luis Paes, natural de Cochim, cura da Sé de Gôa, e o P.^o Rodrigo de Oliveira, brahmane, natural de Bardez, cura de S. Pedro.

Um outro grupo de testemunhas que começou a ser inquirido em abril de 1666 e de que faziam parte o provedor Simão Falcão, o Chanceler Sebastião Alvares Migos, Duarte de Figueiredo de Mello, fidalgo, Diogo de Pinho Teixeira, fidalgo, Ramogi, brahmane, Antonio Gil Preto, fez acusações variadas ao Vice-Rei. De uma dellas eis as palavras textuaes: «e entre praticas que ti-

verão falando o V. Rey Antonio de Mello de Castro nos Padres da Companhia, com que não corre bem segundo mostra disse, que os Padres da Companhia de JESUS de Castella, e Portugal forão Padres da Companhia de Jhesus, mas que os Padres da Companhia da India erão Padres da Companhia de Olanda, ou dos olandeses, e que não tratavão mais que de seus particulares, nem tratavão da verdade, nem do Pulpito a dizião, do que elle denunciante se escandalizara muito. »

Além destas testemunhas ainda foram ouvidas outras mais de que só relévo o nome do P.^o D. Carlos Ferrarini, superior dos teatinos, natural do ducado de Modena.

As acusações assacadas ao Vice-Rei não são de grande importancia ecclesiastica, mas denotam que elle bem pudera aplicar-se a cousas de maior utilidade para o Estado, do que a infringir os numerosos privilegios e costumes que usufruiam os religiosos na India. Uma dessas cartas vai transcrita ainda (doc. II), porque prova quanto os estudos linguisticos eram estimados em 1656.

O processo veio ao Conselho Geral do Santo Officio como se vê nas seguintes palavras: « Os inquisidores de Lisboa veção estes papeis tocantes a Antonio de Mello de Castro, e tomando nelles Assento informarão ao Conselho com seu parecer. Lisboa 12 de Outubro de 1668 — *Com tres rubricas.* »

A inquisição de Lisboa parece que não se incommodou com as queixas indianas, pois o processo não contém mais peças.

PEDRO DE AZEVEDO.

Documentos

I

Muito Illustres Senhores.— O Promotor do Sancto Officio desta Inquisição de Goa faz a saber a Vossas Mercês, em como Antonio de

Mello de Castro auctualmente V. Rey da India tem commetido muitos casos tocantes ao Sancto Officio, e alguns delles dos que se conthem no Edital da Fée, e está incorrido nas Censuras impostas nos Breves Apostolicos contra os que impedem e perturbão o ministerio do Sancto Officio em odio delle, e os casos são os seguintes :

Primeiramente vindo embarcado há dous annos em hũa nao inglesa pera este Estado da India no discurso da viagem por muitas ueses diffamou do Santo Officio, e dos Senhores Inquisidores do Conselho Geral sobre o procedimento, que tiuerão em Portugal, com os Padres Theatinos da Divina Providencia, e Edital que mandarão passar em que lhes prohibirão certas ladainhas, e imagens, que tinhão em publico e lhes dauão a ueneração como a Santos canonizados de certas pessoas de uertude da sua Religião, e outras cousas mais, que se conthem no dito Edital, defendendo o dito V. Rey aos Theatinos, dizendo outras muitas cousas em desprezo do Sancto Officio, e dos Senhores Inquisidores, como dirão as testemunhas, do que ouve grande escandalo. Testemunhas Manuel de Saldanha, Luis Mendes de Vasconcellos, veedor da fazenda, o P.^e Antonio Diaz de Siqueira.

2. Neste Estado da India se tem mostrado inimigo descoberto do Santo Officio, diffamando delle, e de seus ministros, principalmente do Senhor Inquisidor Paulo Castellino de Freitas contra o qual escreueu a Portugal a El Rey nosso Senhor, e seus Ministros, muitas falsidades em grande descredito do dito Senhor Inquisidor, e isto por lhe não differir a algũas petições iniustas, que lhe fez, e pediu a Domingos da Silva de Mendocça secretario de Estado, que lhe passasse hũa certidão falsa contra o dito Senhor Inquisidor, que lhe não quis passar. Testemunhas o secretario, e as mais pessoas assima.

3. Tanto que chegou a esta cidade, dahy a alguns meses procurou com todas suas forças impedir que o Santo Officio não procedesse contra as pessoas, que occultão os orfãos, pera que não recebam a agoa do Baptismo, contra os quaes o Santo Officio procede há mais de uinte annos, como impedientes da christandade a olhos, e face dos Viso Reys, e dos mais Ministros de S. Mag.^{de} despachando os taes em actos publicos, por ser este hum dos casos dos que se conthem no Edital da Fée, com grande fruto das almas, e serviço de Deos, e pera o dito effeito escreueo ao Santo Officio, pedindo as ordens, com que procedião no dito caso, as quaes se enviarão com muita claresa, e com ellas se não deu por satisfeito, procurando por todas as uias impedir, que o Santo Officio não procedesse nesta materia, em grande damno e periuiço da christandade.

4. Em tanto hé verdade o sobredito, que falecendo há seis meses o Fundidor da artilharia de S. Mag.^{de} que moraua na Ribeira, gentio, e ficando-lhe tres orfãos filhos seus todos menores de dose annos, e tendo disso noticia o P.^e Pero da Costa foi com seus officiaes em busca dos ditos orfãos a casa do dito gentio, aonde hum seu filho o mais ue-lho ia adulto, com grande atrevimento, e ousadia disse, que não hauia de entregar os ditos orfãos seus irmãos e se uestio com muita preça pera se ir queixar ao dito V. Rey ameaçando o com elle, o que uendo o dito Pay dos christãos foi na sua companhia a falar com o V. Rey, e dandolhe conta da materia, ordenou ao dito Pay dos christãos, que dissimulasse com os ditos orfãos, e os não procurasse pera serem baptisados como sempre se fez, e ao que obedeceo o dito Pay dos Christãos, suspendendo o procedimento nesta materia com o medo que tomou do dito V. Rey. Testemunhas o dito Pay dos Christãos, e os officiaes Luis Mendes de Vasconcellos veador da fazenda e os officiaes da Ribeira.

5. Estando sentenciado por este Santo Officio, e despachado no auto, que se celebrou na Séé desta cidade em os uinte e seis de Março do anno de 1662 Mangugy Sinay por passar a outra banda tres orfãos seus nettos, em seis annos de degredo pera os Rios de Cuaina estando preso no tronco desta Cidade pera dahy se embarcar pera ir cumprir o seu degredo por promeças, que lhe fez o dito gentio, e dadiuas de dinheiro, que lhe deu por via de Ramugi Sinay, o dito Viso Rey mandou chamar o Senhor Inquisidor Paulo Castellino de Freitas e lhe pediu muy afincadamente quisesse perdoar ao dito gentio os annos de degredo, e por o dito Senhor o não querer fazer ficou mal com elle; e logo no Conselho da fazenda propôs por uarias uestes, tão bem na Rellação de S. Mag.^{de} que mandassem soltar o dito gentio do tronco, em que estava dizendo, que o caso por que fora sentenciado não pertencia ao Santo Officio, no que alguns Desembargadores não quizerão vir. Testemunha Domingos da Sylva de Mendoça.

6. E uendosse elle frustrado deste intento passou hũa portaria ao Tronqueiro de sua letra, e sinal, em que lhe ordenaua, que não deixasse sahir o dito Mangugy Sinay do tronco, em que estaua por mandado de nenhũ Tribunal, e neste presente anno no mez de Janeiro mandando a Mesa ao Merinho Simão Rodriguez ao Tronco a buscar o dito Mangugy Sinay pera se embarcar pera Monssambique o dito Merinho o não trouxe, e ueo a Mesa o Tronqueiro a mostrar a portaria, que tinha pera o não entregar, e mandando a mesa, que se fosse ratificar com o dito V. Rey sobre se entregaria o dito preso, lhe Respondeo, que o não entregasse, e por se conciderar na Mesa,

que se não poderia conseguir a embarcação do dito gentio, impedindo o o dito V. Rey, e seria por em maiores empenhos o Santo Officio, e por outras resões, que se conciderarão parece, que se conuinha dissimular nesta materia, como se fez, ficando o dito gentio, como ficou no tronco, aonde depois morreo sem se dar comprimento a sentença do Santo Officio, ficando o dito Antonio de Mello de Castro polla dita maneira impediente, e perturbador do ministerio do Santo Officio, e seus mandados, o que tudo foi muito publico, e de que ouve grande escandalo nesta cidade, por o Santo Officio ser mui respeitado na India.

7. E não contente com isso detreminou de mandar soltar ao dito Mangugy Sinay da prisão, em que estaua, e pera isso mandou aos Desembargadores cada hum desse seu voto por escrito, e por mais delles resistirem dizendo, que o não podião fazer, disistio do intento. He tão grande o odio, que tem ao Santo Officio, que até o acouge que S. Mag.^{de} concede lhe procurou tirar no inuerno passado, pera que os presos não tiuessem que comer, nem seus ministros, e sobre isto escreueo cartas muy discompostas, e cheias de mentiras ao Tribunal que aqui se guardão.

8. E depois pera desacreditar o Tribunal, e aos Senhores Inquisidores fingio, que o secretario do Estado Domingos da Silua de Mendoça entregara hũa das cartas que o Tribunal lhe havia escrito sobre esta materia ao Senhor Inquisidor Paulo Castellino de Freitas, depois da morte do Senhor Inquisidor Fr. Lucas da Crux, e que o dito Senhor Inquisidor Paulo Castellino de Freitas fizera outra carta mais aliuiada e se posera nella o sinal falso do dito Senhor Inquisidor Fr. Lucas da Crus, e que esta carta falsa em lugar da primeira tornara a por na secretaria, e que a primeira carta que lhe tirara, e começaua sempre V. Senhoria faz Reo ao Tribunal do Santo Officio, e por esta causa prendeo no mez de Janeiro passado ao mesmo Secretario Domingos da Silua de Mendoça no tronco desta cidade, priuando athe se partirem as naos pera o reino de toda a comunicação humana; e ahy o teue preso quatro meses, thé que ueo a morrer sem lhe dar outra culpa, mais que a dita falsidade, com grande escandalo deste Pouuo, e passou a tanto sua cegueira, que mandou em iuiso examinar a dita falsidade, pello Desembargador Luis Monteiro da Costa, o qual mandou chamar quatro escriuães e examinarão a letra da dita carta, e o sinal do dito Senhor Inquisidor ia defunto, do que se fizerão autos no Cartorio escriuão Antonio Gil Pretto, com grande escandalo de toda esta cidade por o dito V. Rey querer arguir aos Senhores Inquisidores de falsarlos, dizendo, e affirmando diante de maiores pessoas da India, que a dita Carta era mudada, supposta e

falsa, e o sinal do dito Senhor Inquisidor Frey Lucas da Crus, que nella está era falso, e com ameaças procurou certidões sobre esta materia dos officiaes de Secretaria, e de fidalgos, ministros e religiosos com promeças, as quaes lhe passarão contra a verdade pera o comprarem pela dependencia que delle tem, como foi o Desembargador Luis Monteiro da Costa, o P.^e Andre Gomez da Companhia de IESUS, e outras muitas, que remetteo a Sua Mag.^{de}, procurando desacreditar o Tribunal, e seus ministros. Testemunhas Luis Mendes de Vasconcellos veedor da fazenda, Manoel de Saldanha, Domingos da Silua de Mendocça, Deputado Fernão de Queirós, Bertholameu Lobo, Official maior da Secretaria, Sebastião Alvarez Migos, Chanceler do Estado, O Doutor Francisco de Figueiredo Cardoso, o Doutor Manoel Martins Madeira, Francisco de Xexas Cabreira, e outras muitas pesscas, e os escrivões que fizeram o exame.

9. Estando em posse emmemorial esta Igreja da India de não consentir gentilidades nestas Ilhas de Goa, Salsete, e Bardez, e o Santo Officio de castigar as pessoas que as fazem, principalmente os casamentos dos gentios, os quaes se não podem fazer sem assistencia de Bottos ou Zossis, que trasem de outra banda, e outras gentilidades mais que concorrem nos ditos casamentos, o dito V. Rey Antonio de Mello de Castro em odio do Santo Officio e Christandade, pegandosse em hũa prouisão antiga de Sua Magestade, que não foi recebida procurou meter estas gentilidades nestas Ilhas de Goa, e com effeito de seu moto proprio sem requerimento de pessoa algũa, obrigou a hum gentio fundidor de sua Magestade da Ribeira, que se fosse a casar a hũa Ilha que esta iunto desta Cidade dos Padres da Companhia, que foi de André Salema e pera este effeito mandou passar hũa prouisão do que tendo noticia o P.^e Gonçalo Martinz, que assiste na dita ilha deu conta á Mesa, que lhe respondeo, que se havia de proceder contra os gentios, e contra quem consentisse, por quanto se havia feito nunca nestes arrebaldes, e sem embargo desta repostas, instou o V. Rey em se fazer o dito casamento, empenhando-se muito nesta materia, thé que o gentio com medo de ser castigado por esta mesa, se desculpou com o dito V. Rey, disendo, que não achava este anno dia pera se poder casar. Testemunhas o P.^e Gonçalo Martinz, O Naique Vicente Affonso.

10. O dito V. Rey Antonio de Mello de Castro por muitas veses e ante muitas pessoas disse de dous meses a esta parte, que o mesmo era ser frade capucho, que ser hereje, e que as suas cinzas se devião botar no mar. Testemunhas o Doutor Sebastião Alvarez Migos, Chanceler do Estado, Luis Mendes de Vasconcellos, Veedor da fazenda, Ignacio

Sarmiento de Carvalho, Antonio de Sousa Coutinho, Manoel de Saldanha, e os mais testemunhas que estão referidas na denunciação que se deu nesta materia.

O dito Antonio de Mello de Castro está incurso em muitas excumunhões, e ensurdecido nellas por haver presos muitos clérigos, que estão no tronco, sem licença do ordinario. Tambem prendeu a dous capuchos que hiam pera o Norte, mandando pera esse effeito hũa almadia chea de soldados, que os trouxerão de dous dias de caminho a presença do dito V. Rey, o qual dez que chegou a este Estado, que vai a dous annos, se não confessou nunca, tem passado duas 4mas (quaresmas) sem se desobrigar nellas, nem em hũa doença que teue, avendo incurso nas Excommunhões impostas por constituições deste arcebispado, de que não faz caso, com grande escandalo deste pouvo christão. Testemunhas o P.^e Guardiã da Madre de Deos, Luiz Mendes de Vasconcellos, veedor da fazenda, o P.^e D. Carlos Theatino.

Pello que requeiro a V. Mrs perguntem as Testemunhas apontadas na forma do estilo do Santo Officio, e resultando culpa se faça o cumprimento da Justiça.

De mandado dos Senhores Inquisidores fiz este requerimento concluso pera se diffirir. Goa no Santo Officio aos 2 de dezembro de 664. D.^{os} de Saa Aiudante do Santo Officio o escreui. Concluso Preguntem-se as testemunhas quando for tempo. Goa em Meza 4 de Dezembro de 1664. Paulo Castellino de Freitas.

O qual requerimento trasladei bem e fielmente do proprio que fica no secreto desta Inquisição a que me reporto, e vai consertado com o Notario comigo abaixo assinado. Goa no Santo Officio aos quatro de fevereiro de 667. Domingos de Goa. Concertado comigo João Correia. ¹

II

Treslado da carta que S. Mg.^{de} escreveo ao V. Rey deste Estado sobre a approvação dos Religiosos de S. Francisco e sobre o 3.^o Inquisidor.

Conde V. Rey amigo eu El-Rey vos envio muito saudar como áquelle que amo. A hũa carta que em sinco de Dezembro de 1652 mandei escrever ao Conde de Obidos vosso antecessor sobre agradecer de minha parte a Fr. Hieronimo Ferrás Provincial da Ordem de S. Francisco o zello com que me avisou que elle e seus subditos accudião as missões que lhe estavam encarregadas, e serem favorecidos nos pagamentos de suas ordinarias.

¹ Inquisição de Lisboa, n.^o 16889.

Respondeo Dom Brás de Castro em 4 de Janeiro de 1654, que comonicando o negocio com os Inquisidores Apostolicos se assentara que não convinha dar se lhe o dito aggradecimento antes se lhe devia estranhar o descuido com que procedião, assy em não tratar muito do augmento das christandades que tem a sua conta, como em faltarem em dar o pasto spiritual e a instrucção necessaria das cousas da fé aos novamente christãos, e vigiarem sobre elles como bons Pastores com cuia falta se achava a christandade de Bardês mui chea de Idolatria, de que era a maior causa por verem se aquellas Igrejas em sogetos graves, os quaes pela maior parte não aprendem, nem sabem a lingoa da terra como praecisamente hé necessario, e havendo mandado vir a dita carta de Dom Brás, e as razões que d'ella vereis (que está nessa secretaria, me pareceo encõmendaruos muito e mandaruos (como por esta o faço, com o encarecimento que a materia pede) que fazendo reconhecer todas as ordens que nos annos passados forão a esse Estado sobre o Exame, e approvação dos Parochos de todas as Igrejas delle, deis as ordens necessarias pera que se guardem, e observem sem duvida algũa, acrescentando que o exame dos ditos Religiosos ou a approvação delles seja em presença dos Inquesidores Apostolicos, os quaes não approvarão em nenhum caso Religioso algum pera as ditas Igrejas que não saibão bem a lingoa de seus Freguezes, e que pera aprenderem, e saberem bem ordeneis

que no Collegio dos Reis, ou no Convento dessa cidade de Goa haia um mestre da lingoa que tenha de contino vinte Discipulos, e outro semelhante mestre em Cochim que ensine a a lingoa Thamul pera a christandade do reino de Iafanapatão, em Colunbo outro que ensine a de Chinguela pera com isso se evitarem as grandes queixas que ha do descuido com que os ditos Religiosos se hão em negocio de tanta consideração em grande dano do serviço de Deus, e meu, e bem das almas dos novamente convertidos, e tambem ordenareis (pera se prevenir tudo) que a nenhum Parochos se pague ordinaria sem constar primeiro por certidão do secretario do Santo officio desse dito Estado como forão examinados ou approvados por Inquisidores delle, aos quaes o ordenareis assy de minha parte, e que não admittão a exame, nem approvem quem lhes não mostrar certidão do secretario do mesmo Estado, do Geral de Ceilão, ou capitão de Cochim cada hum de seu districto de que conste que aprenderão a lingoa nos ditos collegios pera com isso se remediarem os danos de que Dom Brás avisou; e no que toca a haver hy tres Inquisidores como elle tambem apontou fico considerando na materia, e da resolução se vos avisará. Escrita em Lisboa a 2 de Março de 656. Rey. Pello Conde V. Rey da India primeira via Joseph Pinto Pereira. Salvador Correa de Sá Benevides. ¹

¹ Inquisição de Lisboa, n.º 16889.

II

Emprestimo de 1631 destinado á recuperação de Pernambuco

A historia do capitalismo português apenas conta, segundo julgo, com um trabalho do sr. Bento Carqueja que tem por titulo *O Capitalismo Moderno e suas origens em Portugal*, obra que, como se vê pelo titulo, não ataca o problema em todas as épocas da historia do país. Mesmo entre nós, apesar das grandes empresas maritimas, o capitalismo nunca tomou as proporções grandiosas que encontramos na Allemanha e na Italia e por isso elle não é merecedor de investigações especiaes. Os capitalistas

que se elevam acima da média ou são estrangeiros, ou descendentes de estrangeiros na maior parte, e é a estes que o Estado português tem sempre recorrido nos seus apuros.

A causa desta deficiencia na vida social portuguesa tanto antiga como contemporanea não tem sido procurada, nem mesmo sequer tem sido formulada a necessidade de a conhecer. Talvez que a influencia de ideias elementarmente radicaes, como no periodo antigo as doutrinas de S. Francisco de Assis e no

período do extinto liberalismo as de Rousseau, tenha exercido no trabalho nacional uma acção deletéria, tanto no campo ideal, como no real.

O vulgo define o capitalista como um individuo possuidor de avultados bens, significação mesquinha e que pouco mais além vai da etimologica, e em que se não considera que uma personalidade nessas condições tem na sua mão a faculdade de promover uma ilimitada serie de progressos tanto no campo espirital, como no da conquista da natureza. Todo o progresso que caracteriza o seculo findo foi obra do capitalismo ou directamente como na Inglaterra e nos Estados Unidos, ou indirectamente como em Portugal por meio de empréstimos levantados no estrangeiro.

O Estado português jámais soube avaliar e incitar o capitalismo, e pelo contrario acariciou uma instituição, como a do Santo Officio, que nunca se fatigou de devastar as fileiras dos abastados cristãos-novos que constituíam a unica burguesia portuguesa. O mais humilde membro da sociedade portuguesa julgava-se então superior ao mais abastado e mais instruido cristão-novo, do qual dependia a liberdade deste. O cristão-velho, alcançados alguns meios de fortuna, tratava logo de se nobilitar, abandonando a profissão aviltante de mercador, caminho em que tambem lhe não ficavam atrás muitos cristãos-novos, apesar dos obstaculos que impediam a sua marcha.

Ao passo que o capitalismo português definhava, sem ter chegado a desenvolver-se, o capitalismo estrangeiro vibrava, e continú vibrando, golpes successivos sobre as colonias dos leitores dos *Lusiadas*, na India e no Brasil, por meio de marinheiros e soldados pagos pelas companhias holandesas, de que tambem eram acionistas os portugueses cristãos-novos. Nos nossos dias vimos tambem o capitalismo estrangeiro arrancar a Portugal a bacia do Congo e o interior de Africa.

Se o capitalismo é o feudalismo moderno, não admira que aquelle não tenha frutificado em Portugal, pois que este país tambem não foi terreno fértil para o antigo feudalismo.

As reservas financeiras de que dispunham os antigos soberanos consistiam na alteração do valor da moeda, nas contribuições forçadas sobre os judeus, na prata das igrejas, e pouco mais. No seculo XVI já encontramos o uso dos padrões de juro e quasi ao mesmo tempo o emprego dos chamados empréstimos voluntarios.

E' a um destes que devemos uma lista dos capitalistas portugueses em 1631.

Em 1629 haviam-se apoderado os holandeses de Pernambuco, onde se demoraram até 1654, sem que os lusos e hispanos lhes dessem um momento de descanso.

As remessas de navios e homens não se faziam sem dinheiro, o qual as exgotadas arcas do thesouro não podiam fornecer.

Em 26 de agosto de 1631 a Junta de Fazenda em resposta a uma carta régia que ordenava o lançamento de um empréstimo entre os homens de cabedal e fazenda, remeteu listas das pessoas de negocio que havia na cidade que deviam contribuir com 21:138\$000 reis, observando que os que possuíam cabe-daes grossos haviam emigrado; dos que tinham foros de cavaleiro da Casa Real; e finalmente dos homens de negocio cristãos-velhos não importunados nos empréstimos passados.

A Junta foi de opinião que se não devia exigir da nobreza sacrificios pecuniarios em razão de que nella raras se encontravam que pudessem dispôr de qualquer quantia ainda que fosse limitada, a que acrescia que era aquelle genero de gente o que mais derramava o seu sangue em conservar aquillo que os seus antepassados tinham ganho.

Espero ter ainda occasião de tratar deste assunto com novos elementos.

Este empréstimo é pois notavel, porque nos deixa antevêr o estado economico da povo portuguez, nas suas classes de responsabilidade, durante a época hespanhola, como se verifica pela leitura do documento que se segue.

PEDRO D'AZEVEDO.

Por carta de Vossa Magestade de 2 do prezente mez de Agosto e de outra para os governadores cuja copia remeterão a esta junta em vinte e dois do mesmo, manda Vossa Magestade se pessa hum empréstimo aos homens de Cabedal e fazenda e que d'ella e do Conselho da fazenda se consultem e nomeem as pessoas com a quantidade que cada hum ha de dar.

Em razão da dita ordem se ordenarão logo as listas que serão com esta das pessoas a quem Vossa Magestade he servido se pessa o empréstimo de que se trata e se repartirão na forma seguinte

Na primeira lista que he a mayor se meterão os homens de negocio que ha nesta cidade, e são poucos os que tem cabedaes grossos porque os que avia se sahirão deste Reino e os que ficarão nelle, estão em estado com as contribuições tão proximas, que tem feito de trezentos mil cruzados para a compra dos juros da Coroa de Castella, e duzentos e tres mil e quinhentos do donativo que fizerão para o soccorro de Pernambuco entrando nelles o pagamento do Reste que se achou estavam devendo do perdão geral e com as grandes perdas que se lhe tem continuado de tantos anos a esta parte que he certo que para se haver delles qualquer coisa posto que muy limitada seja hade ser com clamores pella pouca substancia com que todos se achão e claramente se vê que a não tem pello que passa no trato da praça, commercio, e carregações que este ano faltarão assi nas naos da India, como no Consulado e mais direitos Reaes,

A outra lista he das mesmas pessoas que tem foro na casa de Vossa Magestade os quaes tambem acudirão na occasião da compra dos juros e tem feito outros serviços a Vossa Magestade de poucos anos a esta parte em particular o Correo mor que servio a V. Mag. com oito mil cruzados de donativo na Compra dos juros da Coroa de Castella e na passada do soccorro de Pernambuco servio com hum conto de reis havendo tambem servido nas occasiões antecedentes a estas com quantias muito consideraveis e por razão de seu officio e de ser casado

com hũa molher muy principal aparentada com a nobreza deste Reino que são Respeitos que não concorrem en nenhuma outra pessoa das declaradas nesta lista devia Vossa Magestade ser servido que o que se lhe ouvesse de pedir fosse por hũa Carta de Vossa Magestade como já nas occasiões passadas se fez, significando-lhe Vossa Magestade por ella como são presentes a Vossa Magestade seus serviços porque deste modo se fica tendo com elle a conta que he razão e que a mesma se tenha com os mais que tem foro de fidalgo pedindo-se-lhes este empréstimo, como a fidalgos Christãos Velhos porque com isto virão mais facilmente nelle de mais que o Correo mór tem hũa provisão muy larga porque Vossa Magestade o liberta de semelhantes pedidos e empréstimos que por ser comprada com fazenda consideravel e ter clausulas muito particulares não dá lugar a com elle se proceder noutra fôrma. Vae tambem Francisco Diaz Mendez de Brito, o qual do mesmo modo tem feito alguns serviços a Vossa Magestade assy de donativos como de empréstimos, que a fazenda de Vossa Magestade lhe está ainda devendo, de mais de haver empregado onze mil e tantos cruzados em juro da Coroa de Castella e lhe estar a Companhia de prezente devendo vinte mil cruzados sem os quais senão poderão aprestar as naos do ano de seiscentos e vinte e nove e servio a Vossa Magestade em agasalhar nesta çidade o embaixador de Ingalaterra com muita ostentação em que gastou seis ou sete mil cruzados e por ser administrador da Companhia esta hoie preso no Castello por ordem do Duque de Maqueda pela divida das vinte e quatro peças de artelheria que Vossa Magestade mandou emprestar a companhia pela Coroa de Castella sem elle ser obrigado ao pagamento della e tambem será Rasão que no modo em que se lhe ouver de fazer este pedido se tenha a tudo isto consideração e com se lhe dar algũa satisfação a Respeito, da dita prisão. Outra lista vay tambem dos homens de negocio christãos velhos pellos quaes teriamos por acertado que se começasse este pedido e tambem por outros christãos velhos que posto que não seião homens de trato, tem enriquecido, e emgroçado de fazenda em officios de Vossa Magestade e em outros da cidade e estes são os que hoje com mais facilidade e melhor podem servir a Vossa Magestade por não averem contribuido para nenhuma das occasiões passadas.

Ha tambem nesta cidade muitos mercatores estrangeiros os quaes se podem reputar por naturaes, assy por serem casados nella como tambem por estarem afazendados de bens de Raiz, e do mesmo modo seria muy justo que estes contribuisssem nesta occasião sem embargo de seus privilegios, pois parece

que não tem lugar pello referido e por tanto e mais vão elles intereçados na restauração de Pernambuco.

Com a nobreza do Reino se considerou que podia o serviço de Vossa Magestade tomar outro caminho por ser este genero de gente com o que elle se sustenta servindo a Vossa Magestade derramando seu sangue por conservar aquillo que com o de seus passados se ganhou e ajuntou esta monarchia de mais de que sempre a nobreza he a que mais depende no serviço de Vossa Magestade por ser cousa ordinaria que para hum fidalgo, (ainda que seja dos ordinarios) se embarcar na armada o hade fazer com outras pessoas mais á sua custa e se se tratasse dellas em occasião em que se trata de homens de negocio, seria isto causa de hũa grande e geral desconsolação ao que se acrescenta que ha poucos na nobreza de quem se possa esperar ainda hũa quantia muy limitada por quão atrazados e empenhados se achão todos com os serviços que em muitas occasiões tem feito a Vossa Magestade. E muito mais se ficaria conseguindo no serviço de V. Mag. se V. Mag. lhes mandar declarar que os que se empenharem em servir a V. Mag. nesta occasião com suas pessoas, com dinheiro e soldados terá V. Mag. Respeito a isso em suas pretenções para lhes fazer a mercê que ouver lugar nos bens da Corôa e ordens que possuirem nos titulos, casas, e mais cousas que tiverem porque deste modo não faltarão em servir a Vossa Magestade nesta occasião.

E o que toca ao que se hade haver pelas comarcas do Reino se deve deixar as juntas que em cada hũa dellas se hade fazer porque assy se ficará procedendo com a noticia que nesta não pode haver e lembra esta junta a Vossa Magestade que convem se faça logo este pedido porque está sem dinheiro para poder continuar com este apresto. em Lisboa vinte e sels de Agosto de seiscentos e trinta e hum.

Anrique Lobo, ourives do ouro, 80 U—Antonio Dias Ximenes, 80 U—Alvaro Fernandes Paçarinho, 100 U—Anrique Gil da Veiga e sua may, 60 U—Antonio da Costa Nunes, 50 U—Anrique Rodriguez Alvarez, 40 U—Antonio Dinis, confeiteiro, 60 U—Antonio Rodrigues e seu irmão, a portagem, 60 U—Antonio Dias de Lisboa, 40 U—Antonio Rodrigues Covilham, 30 U—Antonio Lopez Soarez, 60 U—Affonso Vaz de Souza e seu filho, 400 U—Antonio Rodriguez da Veiga o moço, 50 U—Antonio Fernandez d'Aguillar, 300 U—Antonio Pinto Ribeiro, 30 U—André da Silva, filho do Gramaxo, 30 U—Alvaro de Azevedo e sua sogra, 200 U—Affonso Rodrigues e Gaspar Rodrigues Paçarinhos, 200 U—Antonio Velasques Altamirano, 100 U—Antonio Gomes d'Elvas ao Rocio

—Antonio Lopez de Torres, 80 U—Alvaro Rodriguez, filho do Licenceado Manoel Rodrigues, 30 U—Ana Borges, viuva de Francisco de Brito, por sy e seu filho Marcos de Brito, 80 U—Alvaro Peres, 50 U—Antonio Dias Ribeiro, 80 U—2:330 U.

Bastião Nunes, 20 U—Belchior Vaz Mendes, 100 U—Bertolameu Leitão, 200 U—Bastião Ayres e seu filho, 100 U—Bras Gomes, ourives, 40 U—Balthesar Coelho, e por seu pae, 30 U—Bento da Mesquita, 40 U—530 U.

Christovão Mendes de Sousa, 100 U—Cosmo Fernandes, cortidor, 200 U—Ciprião Duarte, 200 U—500 U.

Duarte Dias Franco, 80 U—Diogo Fernandez Vilharão e seu filho, 200 U—Diogo Gomes da Costa, 200 U—Duarte Dias, ao calçado velho, 40 U—Diogo Lopez Caminha, 200 U—Diogo Cardozo, 100 U—Diogo Rodrigues Chaves, o cego, 40 U—Domingos Rodriguez Alvarez, 40 U—Diogo Fernandes Portalegre, 100 U—Diogo Rodrigues de Estremos, 60 U—Diogo Fernandes e sua cunhada, 60 U—Diogo Fernandes da Rocha, 300 U—Diogo da Silva Gramacho, 80 U—Duarte Dias de Olivares, 50 U—Duarte da Silva, 130 U—Diogo Mendes de Crasto, 800 U—Diogo Fernandes de Sequeira, 30 U—O licenceado Diogo Manuel dorta, U—Duarte da Silveira, 40 U—Diogo Fernandes d'Elvas, 200 U—Diogo Lopez da Rocha, 200 U—Diogo Rodrigues de Lisboa, U—Diogo da Veiga U—Diogo Fernandes d'Aguiar, 40 U—2:990 U.

Estevão Fernandes de Leão e seu cunhado, 100 U—Estevão Afonso Silveira, 40 U—Elena Peres, á cruz de Pao, 200 U—340 U.

Francisco Gomez Anriques, 30 U—Fernão Lopez a São Niculao, 300 U—Fernão Soarez Ribeiro, 80 U—Fernão Lopez, ourives, 60 U—Francisco Lopes Luis e seu irmão, 60 U—Francisco Fernandes Soliz, 60 U—Fernão Rodrigues Valencim, 80 U—Francisco Vaz Sampaio, 100 U—Fernão Rodrigues Enriquez, 50 U—Francisco Mendes Chaves, 50 U—Fernão Manoel Anriques, 80 U—Francisco Rodrigues Anriques, 40 U—Fernão Gomes, logeas de sedas, 100 U—Francisco Dias Villa Viçozza, 130 U—Francisco Dias Leão, 300 U—Francisco Botelho e seu cunhado, 60 U—Francisco Mendes Correa e irmãos, 200 U—Francisco Dias Portalegre e seu sobrinho, 50 U—Francisco Duarte, 200 U—Francisco de Barros U—O licenceado Francisco Lopez Brandão, U—Francisco Rodrigues d'Elvas, 80 U—O licenceado Francisco Marques, medico, 50 U—Fernão Manoel dorta, 40 U—Francisco Rodrigues Valencim, 40 U—2:180 U.

Gonçalo Rodrigues d'Elvas e seu irmão, U—Garcia Mendes Victoria, 50 U—O licenceado Gonçalo Nunes d'Avila, U—Garcia Manoel, viuva de Pero Gomez, 50 U—Gaspar Rodrigues Paçarinho e seu irmão, 200 U—

Gaspar Freire, 80 U—Gabriel Gomes Homem, 100 U—Gomes Neto de Montes, 100 U—Gaspar da Costa, 80 U—Gomes Dias Guterres, 60 U—Garcia Fernandes Pinto, 30 U—Gaspar da Costa da Palma, 140 U—Gaspar Dias de Olivares, 40 U—930 U.

João da Silva e sua sogra, 80 U—Jorge Dias de Crasto, 50 U—João Gomes de Abrantes, 80 U—Jorge Serrão Pimentel e seu filho, 60 U—Jeronymo Serrão Pimentel, 40 U—João Manoel da Cunha, 40 U—Jorge Leitã, 40 U—João Rodrigues d'Elvas, confeiteiro, 40 U—Jorge Rodrigues da Costa o surdo, 100 U—João Alvares d'Elvas e seu sogro, 60 U—Jeronymo Fernandes, que vende ferro, 50 U—Joanna Ribeira, viuva de João Manoel, 80 U—Jorge da Pax da Silveira, 800 U—Inigo Lopez Pinto, 300 U—Jorge Fernandes de Oliveira, 200 U—João Rodrigues Manuel, 30 U—João da Costa da Palma, 40 U—João Gonçalves da Fonseca, 30 U—Jeronymo Nunes Peres, 30 U—Isabel da Costa, veuva de Alvaro Rodrigues de Elvas, 80 U—Ilena Rodrigues, veuva de Antonio Fernandes d'Elvas e seu filho, U—Jeronymo de Oliveira Angel, 200 U—2:430 U.

Luiz Dias Franco, 100 U—Lopo Sanches de Lisboa, 100 U—Lopo Sanches Portalegre, 60 U—Lourenço Pestana, 200 U—Luiz de Chaves e Diogo Rodrigues, seu irmão, 60 U—Luiz Fernandes de Lisboa, 60 U—Leonor da Costa, veuva de Manoel Moreno de Chaves, 200 U—Luis Gomes d'Elvas, 80 U—Luis Fernandes Villa Real, 50 U—Luis Nunes de Souza, 50 U—Luis Rodriguez d'Elvas, 80 U—o licenciado Lourenço Brandão com o licenciado Manoel Rodrigues Pinto seu yrmã, U—o licenciado Luis Coelho, surgião, U—Luis Vaz Tinoco, 100 U—Luis Fernandes Castello Branco, 50 U—1:190 U.

Manoel Alvares de Crasto, 300 U—Martim Alonço da Palma, 200 U—Manoel Rodrigues e sobrinhos, 200 U—Manoel Fernandes Tinoco e sua caza, 500 U—Manoel Rodrigues d'Elvas, U—o licenciado Manoel Soares de Sampayo e nettos—Manoel Rodrigues Chaves e seu filho, 100 U—Migel Pinto da Fonseca e irmãos, 60 U—Manoel Godinez, 300 U—Manoel Dias da Silva e seu irmão, 400 U—Manoel Gomes da Costa que veo da India, 400 U—Martim Alonso de Oliveira, 200 U—Manoel Fernandes Madrid, 500 U—Manoel Moreno de Chaves, 50 U—Manoel Garcia de uiuar, 60 U—Manoel Perez Ribeiro, 30 U—Manoel Pereira da

Loginha, 40 U—Manoel Fernandes Lobo, ourives, 30 U—Manoel de Souza, ourives, 30 U—Manoel Vaz as fangas, 20 U—Manoel Mendez Peres e yrmãos, 60 U—Miguel Lopez a mata porcos, 50 U—Manoel Mendez Palma, 40 U—Mathias Velozo Pedreneira, 50 U—Manoel Mendes de Faro, 40 U—3:210 U.

Nuno Monteiro, 100 U—Nuno Alvarez, Marceiro, 200 U—300 U.

Pedro Rodrigues Bueno o velho, 100 U—Pedro Frances Bernardez, 50 U—Paschoal de Lisboa, 30 U—Pedro Lopez Machado e Marcos da Silva, 50 U—Pedro Fernandes Villa Nova, 200 U—Pedro Ramires Pereira e Duarte da Silveira, 200 U—Pedro Mendes de Lisboa, 300 U—Paschoal Rodrigues Thomas, 80 U—Pantaleão Rodrigues e Gaspar Rodrigues, 60 U—820 U.

Rodrigo Alvares Pinto, 100 U—Rodrigo Serram e yrmãos, 200 U—Ruy Lopez Manhos, 130 U—Ruy Dias Sereno, 30 U—460 U.

Simão Rodriguez Soliz, 200 U—Simão de Souza a moeda, 1800 U—Sebastiana de Paz, 500 U—Simão Vaz de Alter, 60 U—Simão Mendes Chacão, 60 U—Simão Rodrigues Bueno a vitoria, 40 U—Simão Anriques, 30 U—Simão Jorge a fancaria, 40 U—2:730 U.

Thomas Lopez, logea de Panos, 120 U—Thomaz de Leão, 40 U—160 U.


Violante Ribeira, 300 U. Importe deste Rol, Vinte e um contos, cento, trinta e oito mil reaes.

O Correo mor e seu yrmão—Luis Nunes, coronel e sua yrmã, 1:600 U—Francisco Diaz Mendes de Brito e a caza de seu pay U—Pedro de Baeça, 1:200 U—Antonio Gomez d'Elvas ao carmo, 1:600 U—Alvaro Fernandes da Costa, 1:000 U—Catherina da Veiga e seu filho, 1:800 U—Belchior da Veiga, 100 U (Não tem foro) — Thomaz Ximenes e sua caza, 10:000 U—Jeronymo Ximenes, 1:000 U—Antonio Gomes d'Elvas ao Rocio (não tem foro) 1:300 U—Diogo da Veiga (não tem foro) 2:000 U—Gonçalo Rodrigues d'Elvas e seu yrmão, 1:000 U (não tem foro)—Diogo Rodrigues de Lisboa, U (não tem foro)—Manoel Rodrigues d'Elvas, (não tem foro)—Elena Rodrigues, veuva de Antonio Fernandes d'Elvas com seu filho, 1:400 U (não tem foro).¹

¹ *Corpo Chronologico*, Parte 1, maço 118, doc. 105.

SUBSIDIOS PARA O ESTUDO DO PALEOLITICO PORTUGUÊS

ESTAÇÃO PALEOLITICA DO CASAL DA SERRA

s arredores da A da Maia são fertilissimos em estações paleotiticas como já o frizámos noutro logar.¹

Outra estação temos de ajuntar a essa lista: é a do Casal da Serra descoberta a 29 de Dezembro de 1911.

Fica esta estação entre o monte Moinho da Atalaya e um casal com aquelle nome á beira da estrada de Ajuda a Queluz. Circumdada pelas estradas Militar, de Amadora-Queluz e d'Ajuda-Queluz, está situada numa planicie.

Com abundancia de material e d'agua produziu logo na primeira excursão 50 silices e quartzites lascados.

O periodo paleolitico divide-se, como se sabe, em quaternario ou paleolitico inferior, quaternario médio e quaternario superior.

Vamos tratar só d'esta ultima divisão, pois é a ella que pertencem todos os instrumentos da estação do Casal da Serra.²

O quaternario superior, epocha da renna ou periodo gliptico, como lhe chamou Piette, por causa do apparecimento da arte de esculptura e gravura em materias duras, subdivide-se em: phase *Aurignacienne*, phase *Solutréenne* e epocha *Magdalénienne*.¹

A phase *Aurignacienne*, (da celebre gruta d'Aurignac) que já G. de Mortillet theoreticamente tinha collocado entre a phase de *Solutré* e a epocha *Magdalénienne*² é a base do quaternario superior.

Foi o P.^o Breuill quem, no Congresso de Perigneux,³ elucidou este problema chronologico dispondo o *Aurignacien* a que elle chamava *Présolutréen* (como o seu nome indica) antes do *Solutré*. No Congresso de Monaco⁴ este mesmo archeologo ventilou a questão com a sua memoria *Les gisements Présolutréens du type d'Aurignac, coup d'œil sur le plus ancien âge du Renne*. O sr. Cartailhac e

¹ *Estações paleotiticas dos arredores da A da Maia* — J. Fontes — *Revista Archeologo Português*, vol. XVI.

² Encontrámos aqui metade d'um *coup-de-poing*, mas como é o unico instrumento differente do typo geral e está partido, não fallamos nelle.

¹ *Manuel d'Archéologie préhistorique celtique et gallo-romaine* — J. Déchelette vol. I, pag. 111.

² *Ibidem*, pag. 117.

³ *Congrès Préhistorique de France — Session de Perigneux (1905) — Essai de stratigraphie des dépôts de l'âge du renne*, pag. 75.

⁴ *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie préhistorique — Monaco, Session XIII (1906) vol. I, pag. 323.*

P.^o Breuill propuzeram então que se mudasse o nome de *Présolutréen* pelo de *Aurignacien*.¹

O tipo de todos os instrumentos d'esta estação, que são de bella patina, é o *Aurignacien*. E' de notar este facto que achamos de capital importancia, pois apesar de se começarem ha pouco tempo a desvendar as trevas que envolvem o paleolítico português, apparecem no entanto já diferenças entre as poucas estações até agora conhecidas.

Esta é importantissima, visto ter instrumentos típicos, e todos da mesma phase da industria litica.

Póde-se portanto considerar, pelo menos provisoriamente, a estação do Casal da Serra como estação típica.

Passamos á descripção dos instrumentos aqui encontrados.

Sendo o *Aurignacien* uma phase de transição do *Mousterien* para o *Solutré*, comprehende-se que appareçam nos seus andares inferiores tipos ainda *Mosteriens* e nos superiores *Solutréens*.

O Sr. Rutot, na sua memoria *Qu'est ce que l'Aurignacien*, apresentada ao Congresso de Tours,² estuda esta phase litica, que divide em três assentadas diferentes: *Aurignacien* inferior, médio e superior.³

Diz o citado auctor, referindo-se ao primeiro: a um lance d'olhos «l'industrie présente un facies; mais, examinée en détail, on y reconnaît des différences notables que l'abbé Breuill nos fait connaître. Le matériel recueilli à l'abri Audi comprend: A, des *coups-de-poing* assez nombreux, mais de travail peu délicat, de type inconstant, disparate, généralement de petite taille... B, des *disques* de formes diverses, plus ou moins travaillés... C, des *racloirs*, de formes lâchées, simples eclats à arête

utilisée pour le raclage, et plus ou moins retouchées... D, des *pointes incurvées*, nombreuses, qui, en réalité, sont de véritables couteaux à dos abattu. L'abatage des dos, fait systématiquement à petits coups, n'est qu'une «retouche d'accommodation» permettant une bonne préhension... Parmi ces instruments à dos abattu, il en est qui ne sont pas des couteaux, mais des *racloirs*... E, des *perçoirs*. Ces outils sont rares et rudimentaires; ils consistent en pointes naturelles, retouchés et amincies... F, des *grattoirs*... sur lame large, ou ceux de type épais, ovale ou sub-circulaire... G, des *buris* très rares, de type indécis...»¹

E' curioso notar a analogia, iamos a dizer identidade, que existe entre os tipos dos instrumentos descriptos por este auctor e os do Casal da Serra.

Aqui foram colhidos discos, *racloirs*, *grattoirs*,² pontas encurvadas ou facas de dorso abatido (*couteaux à dos abattu*), furadores e buris.

Disco — Na fig. 1 está representado um disco. Comparando-o com os discos portugueses tidos como *mousteriens* vê-se neste um aperfeiçoamento. E' do mesmo typo do figurado no *Bulletin de la Société Préhistorique Française*,³ mas neste os bordos não são retocados, o que não acontece naquella em que o retoque é muito cuidado.

Pontas encurvadas — A identidade de forma do instrumento da fig. 2 com a representada a pag. 132 (fig. 1 e 2) da memoria do Sr. Rutot⁴ é flagrante. O mesmo cuidado retoque, a mesma convexidade do bordo retocado, o não trabalhado em linha recta e a parte supe-

¹ *Qu'est ce que l'Aurig. Cong. Tours*, pag. 131, 132 e 133.

² Os termos *racloir* e *grattoir* significam ambos em português raspador e por isso não os traduzimos visto serem instrumentos diferentes. No *racloir* o retoque é nos bordos lateraes, no *grattoir* o retoque é terminal.

³ Tomo IX, n.º 3, Março 1912.

⁴ *Qu'est ce que l'Aurig. Cong. Tours*.

¹ Ibidem, pag. 347.

² *Congrès Préhistorique de France* — Session de Tours (1905), pag. 129.

³ Ibidem, pag. 131.

rior pontaguda se observam nestes instrumentos.



Fig. 1

§ *Racloirs* — Os instrumentos d'este tipo do Casal da Serra são analogos a alguns dos mais aperfeiçoados do Casal do Monte.

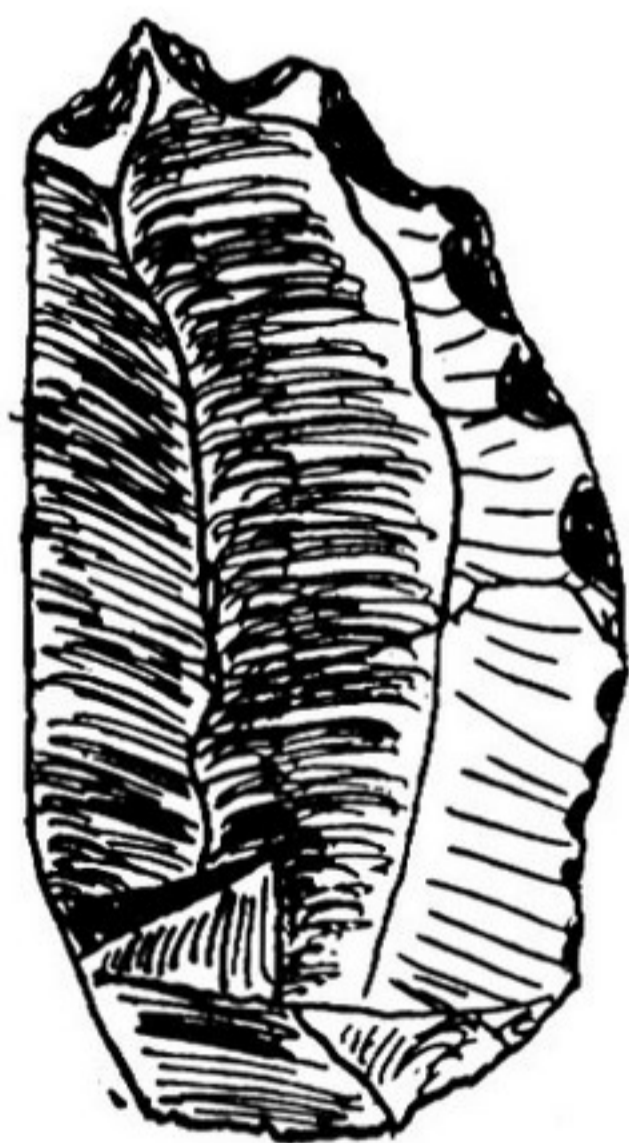


Fig. 2

Grattoirs — É curiosa a serie d'estes instrumentos.

O da fig. 3 é uma pequena peça de silex amarelado. Com os bordos muito retocados, é ao mesmo tempo *racloir* e *grattoir*. Trifacetado numa das faces, na outra, que é lisa, apresenta o bolbo de percurção e a base é o plano.

Na fig. 4 está representado um *grattoir* de tipo até agora desconhecido no paleolitico português. O bordo superior, que é muito retocado, apresenta-se com a forma de leque. O pedunculo tem tambem retoques.

Na citada memoria do Sr. Rutot¹ está figurada a pag. 139 um *grattoir simple ovale* pertencente ao *aurignacien moyen*.

Bifacetado numa das faces, o mesmo bordo retocado se nota em ambas as peças. No estudo do P.^o Breuill veem figurados instrumentos analogos.²

Um tipo constante no *Aurignacien* é o *grattoir caréné*.

O Sr. Dichelette³ diz ao descrever estes instrumentos: «les bords en sont creusés de cannelures qui les rapprochent des nucléus. Ce grattoir est epais, surtout au talon, court et suréleve. Sous sa forme typique, il parait être à peu près exclusivement aurignacien.»

Esta descripção applica-se integralmente aos instrumentos d'este tipo do Casal da Serra.



Fig. 4

Buris — O buril que «ne réapparaît pas avec la forme caractéristique Solutrénien et le Magdalénien, c'est-à-dire à biseau obtenu en deux coups secs, formant le bec. Dans l'Aurignacien moyen, le burin est obtenu assez maladroitment, par tâtonnement, par une «taille» à petits coups secs du bec de l'instrument; et c'est pour cette raison que l'abbé de Breuill leur a donné le nom Burin à retouche terminale.»⁴

O buril que, como se sabe, é o ins-

¹ *Qu'est ce que l'Aurig.* Cong. Tours.

² *Les gisements Présolutréens du type d'Aurignac* — Cong. Monaco. Vol. I, pag. 338, fig. 108.

³ *Manuel d'arch. preh.* ... Vol. I, pag. 120.

⁴ *Qu'est ce que l'Aurig* — Cong. Tours. Rutot, pag. 138.



Fig. 3

trumento da gravura, abunda no Casal da Serra.

Aqui figuramos quatro.

Buris lateraes ou *burins d'angle* são «des burins fabriqués sur l'angle des lames, dont l'extrémité tronquée porte des retouches.»¹

O *bec-de-perroquet*, ainda que identico na fôrma a esta peça, tem a ponta menos espessa e aguçada.²

Buris de fracas dimensões são conhecidos.³

A' medida que o paleolitico se torna mais tardio, os instrumentos vão sendo successivamente mais leves, menos espessos e melhor trabalhados.

As lascas do *Mousterien* são longas e espessas, mas no *Aurignacien*, *Solutré* e *Magdalénien* vão-se tornando mais finas e leves.

¹ *Manuel d'Arch. Préh....* — Dechelette, pag. 125, vol. I.

² *Revista L'homme Préhistorique — L'abri-sous-roche du Joucy* — Tarel, pag. 139, n.º 5 — 10.º anno — 1912.

³ *L'homme Préhistorique — L'abri-sous-roche du Joucy* — Tarel, pag. 138, n.º 5 — 10.º anno — 1912.

Na estação do Casal da Serra apparecem algumas laminas bastante perfectas.

Raspador de bordo concavo foi encontrado um unico specimen.

Conclusões — A estação do Casal da Serra é importantissima, pois todos os seus instrumentos pertencem á mesma phase de industria litica, que é muito analoga á *Aurignacienne*.

Não pensamos no entanto que haja em Portugal esta phase com todos os seus caracteristicos, mas notam-se muitas analogias.

O apparecimento de buris faz presupôr em Portugal a existencia da arte da gravura, embora numa estação ao ar livre como esta fosse impossivel ou pelo menos muito difficil encontrarem-se objectos gravados que teriam rapidamente sido destruidos.

Frizamos a pequenez dos instrumentos, o que é caracteristico do novo paleolitico até agora conhecido.

Lisboa, 1912.

JOAQUIM FONTES.

Nota da Redacção — Apenas se publicam quatro das gravuras que acompanhavam o texto do artigo acima, por motivos imperiosos.

A INQUISIÇÃO NO BRAZIL

EXTRACTOS D'ALGUNS LIVROS DE DENUNCIAS

Primeiro Livro das Ratificações da Primeira Visitação do Brazil

No dia 4 de setembro de 1591, na cidade do Salvador de Bahia foi ratificada Custodia de Faria; no dia 9, Diogo Martins Cão; no dia 18, Thomé Dias Paris, natural de Vianna, mestre do navio *Ascenção*; no dia 28, Gonçalo Eannes, mestre do navio *Nossa Senhora do Burgo*, natural de Vianna; em 26 de fevereiro de 1592 Alonso de la Paz; no dia 26, P.^o Balthazar Lopes, vigario de Cergipe; em 13 de março, Meçia Barbosa; em 13 de março, Maria Barbosa; em 7 de abril, Domingos Nunes, sapateiro; em 17 de abril, Pero Gonçalves; em 17 de abril, Belchior da Costa; em 17 de abril, Balthazar Camello; em 17 de abril, Heitor de Barros; em 21 de abril, Isabel Antunes; em 21 de abril, Dona Leonor, mulher de Henrique Moniz; em 21 de abril, Beatriz Antunes, irmã da precedente; em 22 de abril, D. Phelippa de Faria; em 22 de abril, Anna Rodrigues, natural da Covilhã; a 22 de abril, D. Custodia; a 22 de abril, Anna Alcoforado; a 22 de abril, D. Beatriz Telles; a 23 de abril, Balthazar André; a 25 de abril, Luiza Fernandes; a 27 de abril, Antonio de Oliveira; a 30 de abril, Simão Dias Mamaluco; no dia 1

de junho, Luiza Mendes Mamaluca; a 2 de junho, Jorge Machado; a 2 de junho, Palos Dias Mamaluco; a 17 de junho, Pero Carneiro; a 30 de junho, João Luiz; a 3 de julho, o P.^o Miguel Martins, vigario de Paripe; a 30 de julho, Balthazar Fernandes; a 18 de agosto, Isabel Biliaga; a 18 de agosto, João Gomes; a 18 de agosto, Antonio Gonçalves; a 19 de agosto, Alvaro Gonçalves Barros; a 19 de agosto, João Alvares Pereira; a 19 de agosto, Francisco Gonçalves; a 29 de agosto, Fr. Damião da Fonseca; a 31 de agosto, João Velho Galvão; a 1 de setembro, Antonio Maciel, natural de Vianna; a 15 de setembro, Guiomar Pinheiro; a 17 de setembro, Manoel da Costa; a 17 de setembro, Manoel Branco; a 22 de setembro, o P.^o João Vicente, jesuita; no dia 2 de outubro, Maria Alcoforado; a 2 de outubro, Catharina Negra Brassilla; a 2 de outubro, Maria de Lemos; a 2 de outubro, Anna d'Alveloa; a 6 de outubro, Balthazar Pires; a 6 de outubro, Antonio Fagundes, natural de Vianna; a 6 de outubro, Maria Nunes; a 8 de outubro, Domingos Gomes Pimentel; a 8 de outubro, Esperança Tourinha de Lemos; a 8 de outubro, Thomaz

Ferreira Mamaluco; a 22 de outubro, Margarida d'Araujo; a 23 de outubro, Jeronymo da Costa; a 23 de outubro, Antonio Fogaça; a 27 de outubro, Christovão da Costa; a 27 de outubro, Gaspar Gomes; a 30 de outubro, Pedro de Moura; a 30 de outubro, Anna d'Alveola; a 5 de novembro, Bernardo Velho; a 5 de novembro, Maria Pinheiro; a 5 de novembro, Guiomar Piçarra; a 7 de novembro, Affonso Rodrigues, pedreiro; a 7 de novembro, o jesuita, P.^o Antonio da Rocha; a 12 de novembro, Manoel Fernandes; a 13 de novembro, Diogo Monteiro; a 13 de novembro, Gaspar Fernandes; a 16 de novembro, Gabriel Gonçalves; a 16 de novembro, Paulo Serrão; a 17 de novembro, João da Costa Tição; a 4 de dezembro, Christovão de Bulhões; a 4 de dezembro, Balthazar Affonso d'Araujo; a 4 de dezembro, o P.^o João Fernandes; a 7 de dezembro, Beatriz d'Oliveira Mamaluco; a 11 de dezembro, Simão Rodrigues Mamaluco; a 11 de dezembro, João Antão; a 11 de dezembro, Sebastião Pires; a 11, Simão Rodrigues Mamaluco; a 23 de dezembro, Antonio Fernandes; a 23 de dezembro, Antonio Gomes; a 11 de janeiro de 1593, o P.^o Bartholomeu Gonçalves; a 8 de fevereiro, Maria Gonçalves, mulher de Domingos d'Almeida; a 8, Maria da Costa; a 8 de fevereiro, Margarida Pacheco; a 8 de fevereiro, Francisca da Costa Mamaluco; a 8 de fevereiro, o L.^{do} Diogo Fernandes, mestre em Artes; a 8 de fevereiro, o P.^o Pedro Madeira, da Companhia de Jesus; a 8 de fevereiro, Henrique Moniz Telles; a 8 de fevereiro, André da Gama; a 10 de fevereiro, Maria Pinheiro; a 10 de fevereiro, Valentim de Faria; a 10 de fevereiro, Antonio da Fonseca; a 17 de fevereiro, o barbeiro Antonio Fernandes; a 16 de fevereiro, Anna Vaz; a 18 de fevereiro, Francisco Dias do Souto; a 20 de fevereiro, Antonio da Fonseca; a 20 de fevereiro, Alvaro de Villas Boas, natural de Barcellos; a 5 de março, João Luiz;

a 5 de março, Tristão Rodrigues; a 8 de março, Ignez Rodrigues; a 8 de março, Braz Pires Meira; a 9 de março, Gracia de Sequeira, mulher de Antonio Borges; a 9 de março, Isabel da Villa Mamaluca; a 15 de março, Clara, escrava; a 15 de março, Ayres Correia; a 16 de março, Beatriz de Sampayo, mulher de Jorge de Magalhães; a 16 de março, Maria Antunes, mulher de Antonio Fernandes Coelho; a 17 de março, Lazaro da Cunha; a 18, Nicoláu Faleiro de Vasconcellos; a 18, Lucas de Escobar; a 3 de abril, Fernão Garcia; a 3 de abril, Maria Gonçalves; a 3, Balthazar Affonso de Araujo; a 8, Isabel Serrão; a 8, Domingos Dias; a 8 de maio, Francisco Ribeiro; a 19, Garcia, mulher preta; a 19, Fructuoso João; a 19, Francisco do Couto; a 11 de junho, Jorge de Magalhães; a 11 de junho, Jorge d'Oliveira; a 11 de junho, Simão de Sousa; a 11 de junho, Manoel Gomes Calvo; a 11 de junho, João Baptista; a 12 de junho, Maria d'Eça, natural de Lisboa, mulher de Gaspar de Goes; a 12 de junho, Felippa de Freitas; a 12 de junho, Felicia Loba; a 12 de junho, Margarida Pinto da Fonseca, mulher de Antonio Rodrigues Pereira; a 12 de junho, Anna da Fonseca; a 12 de junho, Martha Quaresma; a 12 de junho, Isabel Ramos; a 14 de junho, Francisco de Azevedo; a 14 de junho, Diogo Affonso; a 14 de junho, Manoel Brandão; a 14 de junho, João Francisco; a 14 de junho, Jeronymo de Parada; a 15 de junho, Isabel Romeira; a 15 de junho, Leonor Romeira; a 15 de junho, Guiomar d'Oliveira; a 16 de junho, Francisco Fernandes; a 16 de junho, Antonio Guedes; a 16 de junho, Francisco Ferreira; a 16 de junho, Antonio de Barros; a 19 de junho, Paula Antunes; a 19 de junho, Maria d'Almeida; a 19 de junho, Pero Rodrigues; a 19 de junho, Paula de Sequeira; a 19 de junho, Violante Barbosa; a 19 de junho, Luiz Gonçalves; a 21 de junho, Diogo Moniz Telles; a 21 de ju-

nho, Antonio Correia; a 25 de junho, Paula de Barros; a 25 de junho, Isabel Luiz; a 25 de junho, Domingas Pereira; a 25 de junho, Pero Vaz Chaves; a 25 de junho, Jeronymo de Barros; a 30 de junho, Christovão de Aguiar; a 30 de junho, Salvador Fernandes, carpinteiro; a 3 de julho, Catharina Fernandes; a 3 de julho, André Fernandes Margalho; a 12 de julho, Balthazar Nogueira; a 12 de julho, Ignacio de Barcellos; a 16 de julho, Sebastião de Aguiar; a 29 de julho, Belchior Lopes; a 30 de julho, Marcos Barroso; a 3 de agosto, Antonio de Aguiar; a 12 de agosto, Diogo Cardoso; a 12 de agosto, João de Faria; a 12 de agosto, Pero Madeira; a 12 de agosto, Marcos Tavares Mamaluco; a 12 de agosto, João Baptista.

Em 2 de setembro de 1593 partio o visitador da capitania da Bahia de Todos os Santos para a capitania de Pernambuco, na não S. Miguel, de que era mestre Balthazar Fernandes.

A 22 de fevereiro de 1594, na villa de Olinda foi ratificado Antonio Francisco; a 22 de fevereiro, João da Guarda; a 22 de fevereiro, Adrião de Goes, pedreiro; a 22 de fevereiro, Pedro Alvares Mamaluco; a 4 de março, Diogo de Fontes, confeiteiro; a 19 de março, Antonio da Rocha; a 22 de março, Sebastião Pires da Abriquet; a 22 de março, Miguel Pires Landim Mamaluco; a 22 de março, Duarte de Sá; a 23 de março, Antonio João; a 23 de março, Belchior da Rosa; a 23 de março, Matheus de Freitas d'Azevedo, alcaide-mór; a 31 de março, João da Rocha; a 31 de março, Lopo Soares; a 31 de março, Maria de Heredo; a 31 de março, Luiz Gomes, oleiro; a 2 de abril, Pedro Cabral, clérigo; a 2 de abril, André Caldeira; a 2 de abril, André Tavares; a 2 de abril, Paulo Ferreira; a 19 de abril, Maria de Paiva; a 19 de abril, Agostinho de Hollanda; a 20 de abril, Alvaro Velho Barreto; a 20 de abril, Gaspar Rodrigues; a 22 de abril, Mar-

tim Moreira; a 25 de abril, João Rodrigues de Mendoça; a 25 de abril, Antonio do Souto; a 26 de abril, Magdalena de Calvos; a 26 de abril, Luiz Gomes; a 26 de abril, Bernardo Fernandes; a 7 de maio, Francisca Fernandes; a 7 de maio, Francisco Barbosa da Silva; a 7 de maio, Francisco Dias Soares; a 7 de maio, André Pedro, flamengo; a 7 de maio, Antonio do Couto; a 9 de maio, Affonso Alves; a 11 de maio, Cosme d'Araujo; a 11 de maio, Antonio Correia; a 11 de maio, Amaro Gonçalves; a 11 de maio, Brigida Lopes; a 20 de novembro, Pero Bravo; a 12 de maio, Rodrigo de Sequeira; a 12 de maio, Luiz Antunes; a 13 de maio, Agostinho de Seixas; a 13 de maio, Ignacio do Rego Cogominho; a 13 de maio, Antonio Rodrigues; a 13 de maio, Domingos Pires; a 14 de maio, Maria de Escovar; a 14 de maio, Anna Lino Mamaluca; a 14 de maio, Diogo Rodrigues; a 16 de maio, Gracia Nunes; a 16 de maio, Joanna Fernandes; a 16 de maio, Beatriz Luiz; a 18 de maio, Jorge Fernandes, clérigo; a 18 de maio, Paulo Bezerra; a 18 de maio, Sebastião de Moraes; a 18 de maio, Bernardo Gil; a 21 de maio, Christovão do Bom Jesus; a 21 de maio, Francisco Ferraz; a 21 de maio, o P.^e Antonio André, vigário de Santo Amaro; a 21 de maio, Pero Gonçalves; a 21 de maio, Marcos da Rocha; a 24 de maio, Isabel Fração; a 24 de maio, Fabião Lopes; a 24 de maio, Pedro Bastardo Mamaluco; a 24 de maio, Fructuoso de Moura; a 24 de maio, Jorge Barbosa Coutinho, marido de D. Isabel Rebello; a 25 de maio, Maria Matheus; a 25 de maio, Francisca Rodrigues; a 28 de maio, João da Rocha Paris; a 1 de junho, Manoel Soares; a 1 de junho, Domingos Bezerra; a 1 de junho, João Baptista; a 2 de junho, Felipe Cavalgante; a 2 de junho, Vicente Mendes; a 2 de junho, Francisco de Oliveira; a 10 de junho, o capellão Jeronymo Braz; a 10 de junho, Domingos Bezerra; a 20

de junho, Diogo Gonçalves; a 21 de junho, Antonio Batalha; a 27 de junho, Pero Lucas; a 27 de junho, Lourenço Teixeira; a 27 de junho, Gaspar da Fonseca; a 27 de junho, Gomes Rodrigues Milão; a 4 de julho, Antonio Lopes; a 4 de julho, Pero Marinho de Lobera; a 4 de julho, o L.^{do} Diogo do Couto, vigario da igreja matriz de Olinda; a 6 de julho, Domingos Lopes; a 6 de julho, Antonio Neto; a 6 de julho, Thomaz Lopes; a 8 de julho, Francisco Pires; a 8 de julho, Gaspar Manoel, alfaiate; a 9 de julho, Gonçalo Fernandes; a 23 de julho, Bento Teixeira; a 23 de julho, Manoel Alvares; a 27 de julho, Simão Fernandes; a 27 de julho, Domingos Fernandes; a 23 de agosto, Jorge Thomaz; a 31 de agosto, P.^o João Gonçalves de Campos; a 2 de setembro, Maria Alvares Mamaluca; a 5 de setembro, Maria Lopes; a 9 de setembro, Barbara, mulher de Felippe de Aguiar; a 9 de setembro, Antonio da Costa; a 9 de setembro, Fernão d'Al-

vares; a 16 de setembro, Braz da Mata; a 16 de setembro, João Fernandes Mamaluco; a 20 de setembro, João Picardo, francês; a 24 de setembro, o L.^{do} André Magro de Oliveira, preso na cadeia por causa de uma morte; a 24 de setembro, Francisca Fernandes da Silva, presa na cadeia publica por causa de uma morte; a 11 de outubro, Domingos Lopes; a 15 de outubro, o mercador Antão Martinez; a 15 de outubro, Lopo Rodrigues Martinez; a 25 de outubro, o P.^o Manoel Correia da Companhia de Jesus; a 3 de novembro, Gaspar Fernandes; a 3 de novembro, Domingos de Sequeira; a 3 de novembro, José Luiz; a 3 de novembro, Rodrigo Fidalgo; a 6 de novembro, Pedro de Moraes Sampayo; a 11 de novembro, Francisco Mendes; a 17 de novembro, Gomes d'Abreu; a 17 de novembro, Christovão Luiz; a 17 de novembro, Gonçalo Netto, torneiro; a 17 de novembro, Diogo Gonçalves; a 17 de novembro, Gaspar de Amorim.

Segundo Livro das Ratificações da Primeira Visitação do Brazil

No dia 23 de novembro de 1594, em Olinda, o visitador Heitor Furtado mandou chamar Domingos Luiz Matosinhos para ratificar a sua denuncia contra: Antonio Secas; Rodrigo de Vargas; F. Preste; Manoel Fernandes, piloto; Manoel Gonçalo; João Affonso, piloto; Balthazar André; Gaspar; Francisco de Oliveira; Gomes d'Abreu; Bartholomeu Bause; Gaspar Coqueiro; Christovão Luiz; Sebastião de Lima; João Filgueira.

No mesmo dia foram chamados Matheus Ribeiro; Balthazar André; João Affonso, piloto; todos para ratificarem as denuncias feitas.

No dia 26 de novembro foram chamados: Gaspar Rodrigues Carthagena; P.^o Domingos Madeira, para ratificarem os seus depoimentos.

No dia 29 foram chamados, o marinho Sebastião Dias e o sapateiro Pero Gomes para ratificarem os seus depoimentos.

Com equal fim foram chamados: em 16 de dezembro de 1594, Catharina da Mota; em 19, Isabel de Paiva, mulher do capitão Pero Lopes Lobo; em 19, Maria Gonçalves Mamaluca; em 19, Meicia Vaz; em 19, Paula Soares; em 19, Branca Ramires; em 19, Domingos Fernandes; em 19, Guiomar Soeiro; em 19, Maria da Fonseca; em 19, Julião de Freitas Mamaluco; em 20, Maria Fernandes, a fiandeira d'alcunha; em 20, Fernão Rodrigues, mestre de moços; em 20, o christão novo, Francisco Soares; em 20, Balthazar da Fonseca, pedreiro; em 20, Vasco Rodrigues Baccellar; em 20, Joanna Mendes, christã

nova; em 20, Diogo Carneiro; em 20, Cosme Fernandes; em 20, Thomé de Gouveia; em 20, Luzia Lourenço.—Na Parahiba foram ratificadas as testemunhas seguintes: em 18 de janeiro de 1595, Antonio Thomaz; em 18, o marinho Antonio Gomes; em 18, Joanna Affonso; em 21, João Fernandes, sapateiro; em 21, Marçal Vaz; em 21, Francisco Barbosa Mamaluco; em 21, Balthazar de Macedo; em 21, Maria Salvador; em 21, Isabel Fernandes; em 21, Manoel d'Albuquerque; em 21, Anna Ferreira; em 21, Fulgencio Cardoso; em 23, o franciscano, Fr. Simão d'Assumpção; em 23, Maria Simões; em 23, Antonio da Costa d'Almeida; em 24, o vigario João Vaz Salem; em 24, Domingos Ferreira.

Em Pernambuco foram ratificados: a 4 de março de 1594, Antonio José Pereira; em 4, Gaspar Duarte, christão novo; em 18 de março, Arnal de Hollanda; em 18, Maria de Faria; em 18, Luiz Monteiro; em 18, Bartholomeu Banha; em 20, Antonio Gonçalves; em 20, Gaspar Rodrigues; em 20, Monica Brasila; em 20, Jorge Leitão d'Albu-

querque; em 22, Antonio da Rosa; em 22, Manoel d'Aguiar; em 26, Matheus Pereira da Cunha; em 26, Miguel Dias da Paz; em 29, Antonio Bezerra; em 29, Manoel Vaz Guantes; em 29, Rodrigo de Deus; em 7 de junho, Salvador Jorge; em 7, Pedro Luiz; em 7, Manoel Pinto; em 7, Manoel d'Araujo, feitor de Pero Lopes Camello; em 7, Thomé Dias; em 7, Angela Antonia; em 7, Iria Alvares Brasila; em 15, Diogo Barreiros; em 15, Balthazar Peixoto; em 15, Braz Correa Dantes; em 15, Isabel de Lamas; em 15, Domingos da Costa Mamaluco; em 17, Diogo Fernandes do Outeiro; em 17, Antonio de Aguiar; em 17, Pantaleão Jorge; em 17, Gonçalo Dias; em 17, Lourenço Rodrigues; em 1 de julho, Catharina de Lemos; em 18, o P.^o Fr. Damião da Fonseca; em 18, Domingos Fernandes; em 18, o P.^o Fr. Honorio; em 17, Cibaldo Lins, allemão, casado com D. Beatriz d'Albuquerque; em 28 d'agosto, Manoel Ferreira; em 28, o L.^{do} Diogo de Bahia; em 28, Francisco Domingues; em 13, o P.^o Pero Leitão.¹

Terceiro Livro das Denunciações da Primeira Visitação

(FORAM NOVE OS LIVROS DE DENUNCIÇÕES DA VISITAÇÃO QUE FEZ O L.^{DO} HEITOR FURTADO DE MENDONÇA)

Em 25 de agosto de 1591, na cidade do Salvador, compareceu Manoel Fernandes, natural d'Arrifana de Sousa, para denunciar o christão novo João de Sousa, mercador que foi para Lisboa, por ter dito deante do ourives de prata Nuno Franco, que mais lhe custara certo facto que a paixão de Christo.

No dia 11 de setembro compareceu Manoel Fernandes Granada, christão novo, natural de Elvas, commerciante, e denunciou Pero Fernandes de Fraude, porque, ao jogo, blasphemou.

No dia 14 de setembro compareceu Guilherme Martins Pompeio, que foi

meirinho do ecclesiastico, natural de Lisboa, filho do flamengo Martim de Bruges Pompeio, e denunciou Pedro Homem, que veio fugido á inquisição do Porto, que prendera sua irmã, casada com o christão novo Gonçalo Mendes Pinto, irmão do mercador Daniel Mendes, mercador na cidade do Salva-

¹ Não extractei mais pormenorizadamente estes depoimentos porque nos livros de denunciações respectivos devem vir mais por extenso.

dor, ao qual elle viera dirigido. A inquisição tambem prendeu no Porto a mãe do referido Pedro Homem.¹

Em 18 de setembro compareceu Thomé Dias Paris, mestre do navio *Ascensão* e denunciou o marinheiro Belchior Pires, como bigamo.

No dia 5 de outubro compareceu Manoel Chorro Diniz, natural do Sardoal, que está cumprindo um degredo por morte e denunciou Bento Teixeira, christão novo, como blasphemo. A blasphemia foi ouvida por Tristão Barbosa, advogado na villa de Olinda, e d'elle foi levantado um auto por Manoel de Sá, escrivão do publico e ecclesiastico em Garafu, o qual auto foi enviado ao ouvidor Jorge Camello. Denunciou varias outras pessoas e, entre ellas, Diogo Meirelles, condemnado pela Inquisição de Evora a degredo e a trazer sempre o sambenito, o que não faz.

No dia 7 de outubro compareceu Christovão de Figueiredo, barbeiro, e disse que indo na urca flamenga *Abraão*, com Gabriel Soares, e estando ella em perigo, um José Coelho, capitão, não deixou implorar o auxilio da Virgem.

No dia 7 de outubro compareceu Pedro Fernandes, christão novo do Porto, e denunciou um primo de sua mulher, Alvaro Pacheco, que o aconselhou á pratica de jejuns judaicos.

No dia 8 de outubro compareceu o P.^o Francisco Pinto d'Outel, vigario da igreja de S. Lourenço, no limite de Camaragipe, capitania de Pernambuco, natural de Bragança, fidalgo, filho de Antonio Pinto, abbade de Zenigio, no bispado de Miranda, e denunciou: Pero Cardoso, christão novo, por ter immunda uma taboa onde estava pintado o crucifixo e praticar outros actos hereticos; o christão novo Simão Franco, por troçar de um escravo negro que, ao

metterem-no no tronco, chamou por Nossa Senhora; Salvador Romeiro, como sodomita; Luiz do Rego, christão velho, senhor de um engenho, por nunca se confessar; João Nunes, preso pelo vigario da vara Diogo do Couto;¹ Simão Vaz, Francisco de Athaide, Francisco Vaz Soares, Duarte Dias Henriques, Pero de Galhegos, Ambrosio Fernandes Brandão e Nuno Alvares, christãos novos, costumam blasphemar; o L.^{do} Diogo do Couto porque num sermão disse que *ha pessas (?) de Deus*; o mesmo L.^{do} porque, quando o bispo D. Antonio Barreiros mandou publicar que embarcassem para o reino todos os casados em Portugal, Diogo do Couto não lhe obedeceu, abrindo uma excepção para João Rodrigues de Mattos, christão velho, do qual é voz publica que recebeu presentes; Jorge Dias do Caia, christão novo, calceteiro, já fallecido, o qual era o rabi e sacerdote dos judeus na capitania de Pernambuco; Duarte Mendes, etc. Ao costume disse não estar corrente com Diogo do Couto.

No dia 12 de outubro compareceu Catharina Vasques, natural de Valladolid, moradora em Pernambuco, para denunciar o christão novo, João Nunes, que tinha um crucifixo no chão em lugar improprio; um tal Ribeiro, como sodomita; uma mulher de appellido Borges, como feiticeira; o tanoeiro Diogo Gonçalves Machado, natural do Algarve, como bigamo; etc.

No dia 14 de outubro compareceu Catharina d'Almeida, natural do Porto, filha bastarda de um fidalgo chamado D. Paulo, e denunciou o seu genro como pouco temente a Deus.

No dia 18 de outubro compareceu Jorge d'Almeida, filho de Diogo Jorge, escrivão do publico e judicial em Baldija, comarca de Lamego, para denunciar o christão novo João Nunes, do qual lhe disseram mal Belchior Mendes

¹ Não se encontra nem o processo de Pedro Homem nem o de Gonçalo Mendes Pinto.

¹ Não é o escriptor.

de Azevedo e Bernardo Velho Barreto. Também denunciou Gomes Lopes, onzeneiro, natural do Porto.

No dia 18 de outubro compareceu Antonio André, vigario de S.^{to} Amaro, para denunciar o L.^{do} Diogo do Couto, por ter dito num sermão: *o pesar de Deos, o pesar de Deos*. Também denunciou João Nunes que tinha um crucifixo dentro d'um servidor.

No dia 19 de outubro compareceu Antonio Botelho, filho do escrivão dos orphãos, Christovão Antunes, e denunciou João Luiz por ter chamado á Inquisição *diaboa*.

No dia 22 de outubro compareceu Ignez de Barros para denunciar Heitor Antunes, christão novo, possuidor d'uma casa onde faziam synagoga e se reuniam os seguintes christãos novos: Diniz d'Andrade, phisico; Gomes Fernandes e outros. Também denunciou seu cunhado Manoel de Paredes por não acreditar na virgindade de N. Senhora.

No dia 23 de outubro compareceu Isabel de Saudades, natural de S. João da Talha, filha de Lucas Alvares Netto e de Maria de Andrade, casada com Duarte de Goes de Mendonça, e denunciou Anna Rodrigues, christã nova, da qual ouvio dizer que não queria ver o crucifixo.

No dia 26 de outubro compareceu Magdalena Pimentel, natural de Pernambuco, para denunciar Mestre Affonso e sua mulher, que comiam carne á sexta-feira, assim como a filha d'elles Branca de Leão.

No dia 29 de outubro compareceu Helena da Fonseca, natural de Leiria, filha de Vasco da Fonseca e de Francisca Vaz d'Almeida, que veio a Pernambuco acompanhando seu marido, degradado, e disse que D. Maria de Vasco goncellos, mulher de Balthazar Pereira, lhe contara que, em casa de Francisco Rodrigues Castilho, mercador, disse alguém: *por noso mal neo qua esta Inquisição*; accusou Ruy Tei-

xeira por ter dito acreditar mais no seu negro que no evangelho.

No dia 30 de outubro compareceu Catharina Fernandes e disse que, em sua casa, estando seu marido a contar que tinham vindo noticias de Portugal da freira da Annunciada, chamada a freira sancta, a qual estando em oração vira crescer o menino Jesus e, ao ouvir isto, o christão novo Francisco Antunes disse: *como cresceu o velhaco*.

No dia 30 de outubro compareceu Joanna de Sá *Batancos*, natural de Lisboa, filha de Francisco Alvares Ferreira e de sua mulher Isabel Correia d'Almeida, moradora no seu engenho em Matoim, e denunciou o seu captivo Francisco por dizer que Deus era feito de barro.

No mesmo dia compareceu Isabel Ribeiro e confessou-se e denunciou Leonor da Rosa, christã nova.

No dia 30 de outubro compareceu Maria de Oliveira e denunciou Branca de Leão, filha de Mestre Affonso, já atraz denunciada.

No dia 30 de outubro compareceu Ignez Rodrigues e denunciou o christão novo Alvaro Lopes por ter ameaçado um crucifixo.

No dia 30 de outubro compareceu Maria Carvalho, que foi criada de Fernão Cabral de Athaide, preso no carcere da Inquisição, e denunciou uma negra, Petronilha, por dizer que a Senhora pintada num retabulo não prestava porque era de tabua.

No dia 2 de novembro compareceu Francisco Machado de Faria, natural do concelho de Lanhoso, criado de Mathias de Freitas, alcaide-mór de Pernambuco, e denunciou Amaro da Cruz.

No dia 4 de novembro compareceu Isabel d'Avila e denunciou Mecia Rodrigues como judaisante.

No dia 27 de novembro compareceu, sendo chamada, Catharina Quaresma, filha do juiz dos orphãos Diogo Gonçalves Laplo, por causa de um caso de feiticaria.

No dia 20 de dezembro compareceu Christovão Paes d'Altero, natural de Vianna da foz do Lima, filho do Dr. Gomes Paes d'Altero, e de sua mulher Violante Pires, christã nova, marido de Anna de Paiva Cabral, senhor do engenho da invocação de Santo Antonio na Varzea de Capibaribe. Denunciou: João Nunes, já atraz denunciado; a christã nova Branca Nunes, que açoutava um Christo; Ignez Dias, christã nova, por praticas judaicas; a christã nova Isabel Mendes, que raras vezes vae á missa.

No dia 8 de fevereiro de 1592 compareceu Bernardo Pimentel d'Almeida e accusou o seu criado Antonio Mendes porque, sendo chamado á Inquisição, declarou falsamente que não era christão novo.

No dia 26 de agosto foi chamada Francisca da Costa Mamaluca e denunciou D. Leonor, christã nova, esposa de Henrique Moniz, a qual, com suas irmãs, fazia praticas judaicas.

No dia 26 de setembro foi chamado Balthazar Pires e accusou uma Isabel Ramos, por ter proferido certas juras heréticas.

No dia 20 de outubro foi chamado Gonçalo Gonçalves e denunciou o carpinteiro Gregorio Gonçalves, morador na fazenda de Gaspar Nunes Barreto, como judaisante.

No dia 22 de outubro foi chamada Domingas Alegre e denunciou o marido e cunhado de Philippa Adorno por a não deixarem ir á Inquisição.

No dia 30 de outubro compareceu Pero de Moura, ágora residente em casa de D. Isabel Soares, mulher de Vicente Rangel, e denunciou seu meio irmão Vicente de Moura por práticas idolátras.

No dia 4 de novembro compareceu Bernardo Velho e accusou o meio christão novo, Duarte de Sá, senhor de um engenho em Pernambuco, por dizer mal da Inquisição.

No dia 17 de novembro compareceu

Luiza Fernandes para accusar dois *indios brasil*, sodomitas.

No dia 23 de novembro foi chamado o marinheiro Thomé Pires e disse não saber se um tal João Fernandes era bigamo ou não.

No dia 6 de agosto de 1593 foi chamado Jeronymo Barbosa, cidadão dos da governança da cidade, e disse de nada se lembrar.¹

No dia 8 de julho de 1594, na villa d'Olinda, foi chamado João Paes, dos da governança, e perguntado pelo credito que lhe merecem as pessoas seguintes: Belchior da Rosa; Cosme d'Araujo; Lopo Soares; Duarte de Sá; Alvaro Velho Barreto; Antonio Lopes e Christovão Vaz.

No dia 9 de agosto foi chamado o Rev.^{do} P.^o Rodrigo Soares, coadjutor da matriz, para dizer do credito das seguintes pessoas: clerigo Pedro Cabral; o alcaide-mór Matheus de Freitas; sua mulher, Maria de Heredo; João da Rosa; Antonio Batalha; Luiz Gomes, oleiro; Antonio do Souto; L.^{do} Diogo do Couto; além das pessoas precedentemente nomeadas.

No mesmo dia foi chamado o Rev.^{do} P.^o Ambrosio Guardes, vigario da igreja da Varzea, assim como: o L.^{do} Simão Rodrigues Cardoso que já foi capitão e ouvidor e Francisco Alvares Viegas, escrivão dos orphãos.

No dia 12 de agosto foram chamados: Cosme Colaço, tabellião; Bento Luiz e Fernão Martins, para serem interrogados como os anteriores sobre o credito das testemunhas.

Sobre a visitação de Tamaraca foram inquiridos: Pero Lopes Lobo, capitão; Cosme Fernandes, juiz; Francisco Alvares, dos da governança da capitania, e Manoel Vaz, idem.

¹ Até aqui foi a visitação da capitania da Bahia de Todos os Santos; em 2 de setembro de 1593 na náó S. Miguel partiu o visitador para Pernambuco e essa é a visitação que agora se segue.

Sobre o credito das testemunhas da visitação de Parahiba foram inquiridas em 25 de janeiro de 1595 as testemunhas seguintes: Feliciano Coelho de Carvalho, do Conselho d'El-Rei, seu capitão e governador da capitania da Parahiba; rev.^{do} vigario da matriz, João Vaz Salem; Antonio Rodrigues Leitão, cavalleiro fidalgo da casa d'El-Rei; João Affonso, thesoureiro dos defuntos e ausentes; Domingos Ortega, castelhano, e Manoel Barbosa de Mattos, escrivão dos defuntos e ausentes.

A 2 de setembro de 1595, na villa de Olinda, capitania de Pernambuco, foi chamado o rev.^{do} Padre Simão de Proença e foi interrogado sobre o credito de Eibaldo Lins, flamengo, e do francês João Picardo. Outras pessoas interrogadas pelo mesmo motivo foram Antonio de Barros Pimentel, da governança; Christovão d'Alpoim, tambem da governança, de 34 annos e que ha 8 annos reside nesta capitania. No dia 28 de setembro, pelo mesmo motivo foram interrogados: Bartholomeu Lins, allemão; João Paes, capitão e alcaide-mór

da barra; Bento Luiz, dos da governança; Pero d'Albuquerque, juiz ordinario; o P.^o Rodrigo Soares, coadjutor da matriz; o P.^o Ambrosio Guardes, vigario da igreja de N. Senhora da Varzea; Antonio Lopes, escrivão do ecclesiastico; Gregorio da Rocha, dos da governança.

Em 11 de julho de 1594, em Olinda, escolheu o visitador Heitor Furtado de Mendonça para seus assessores e consultores os P.^{es} Henrique Gomes, reitor do Collegio da Companhia de Jesus; Vicente Gonçalves, prefeito do estudo do dito collegio; Fr. Bartholomeu de Evora, vigario do mosteiro de N. Senhora do Carmo; Fr. Damião da Fonseca, presidente do mosteiro de S. Bento.

Em 27 de agosto de 1594 o sobredito visitador encarregou de Promotor fiscal e Contador o L.^{do} P.^o Diogo Bahia e no mesmo dia nomeou Procurador dos reus no auditorio do Santo Officio o L.^{do} Jorge Barbosa Coutinho.

ANTONIO BAIÃO.

FACTOS E NOTAS



VIDA SOCIAL — Terminou em julho passado o anno social da Sociedade Portuguesa de Estudos Historicos, que foi ainda um anno de formação. Apesar de não se ter ainda cumprido integralmente o estatuto, quanto aos fins da Sociedade e aos meios a empregar para a sua realisação, bastante se conseguiu, sendo de esperar que o proximo anno de 1912-1913 seja o pleno cumprimento do nosso programma.

Durante o findo anno de 1911-1912, a Sociedade realisou as dez sessões ordinarias, correspondentes aos dez meses do anno social, e duas extraordinarias. Nessas sessões foram apresentadas quinze communicações scientificas, a saber:

Dr. Silva Telles — « O Primeiro Congresso Internacional das Raças de Londres ».

Dr. Leite de Vasconcellos — « Sobre uma inscrição tumular da Beira »; « Sobre dois nomes de deuses lusitanos ».

Pedro de Azevedo — « Um capitão português em Florença no seculo xvi »; « Destruição de livros »; « O porto franco da villa de Caminha no seculo xiv »; « O navegador português Pero Fernandes Queiroz »; « Braz Baião no extremo oriente em 1540 »; « Noticia dum alchimista português em 1562 ».

Joaquim Fontes — « A estação paleo-

lithica do Casal da Serra »; « Um novo typo de instrumento da época paleolithica ».

Fidelino de Figueiredo — « Uma polemica camoneana no seculo xvii »; « Uma classificação de generos litterarios »; « Sobre terminologia de critica litteraria »; « A critica litteraria como sciencia ».

No decurso do mesmo anno social a Sociedade apresentou ao ministro da justiça, então o sr. Antonio Macieira, um projecto de medidas a adoptar para se conservarem as bibliothecas e archivos das corporações attingidas pela lei da separação do Estado das Igrejas. No mesmo projecto se indicavam nomes de eruditos e de sociedades locais que auxiliariam as auctoridades. Como o ministro não providenciasse, a Sociedade publicou o manifesto, que foi reproduzido no 1.º numero da *Revista*. Do projecto e manifesto foi relator o sr. Pedro de Azevedo, auctor da proposta inicial. Embora nunca se lograsse uma solução official para o assumpto, pode dizer-se que á iniciativa da Sociedade se deve quanto se fez, pois que a Inspeção das Bibliothecas eruditas e archivos adoptou medidas que inteiramente coincidem com as alvitadas no projecto.

Por proposta do sr. Fidelino de Figueiredo, a Sociedade deliberou promo-

ver a tradução das seguintes obras philosophicas de Francisco Sanches e Antonio Gouvêa, do seculo XVI, para o que se offereceram os professores srs. Dr. Teixeira Guedes e Basilio de Vasconcellos, do lyceu de João de Deus: «De multum nobili et prima universali scientia — quod nihil scitur», 1581; «Antonii Goveani pro Aristotele responsio adversus Patri Rami calumnias», 1543. Ambas ellas apresentam pontos de vista novos; a de Sanches fórmula a necessidade de uma nova construcção synthetica, visto que a explicação theologica não comportava nos seus fixos limites as recentes conclusões das sciencias; a de Gouvêa é a defeza de Aristoteles, até então julgado só pelas suas versões medievas. Uma e outra, de grande interesse para a historia do pensamento philosophico, deviam ser traduzidas para facilitar o estudo critico e a sua divulgação. Além disso, são documentos de valor para a historia do humanismo em Portugal, pois que avultam duma maneira particular na bibliographia portugueza, escripta em latim. Começou-se o trabalho pelo primeiro. Havendo difficuldade de exemplares, o secretario começou a copiar o texto do exemplar que se guarda na Bibliotheca Publica do Porto, unico de que alcançou noticia nas bibliothecas. Soube depois que o director da mesma bibliotheca, sr. Pereira de Sampaio, possuia outro, que lh'o franqueava gentilmente. Mas acompanhando a copia do texto de mais algumas investigações, apurou que o referido Sanches fôra gallego e não portuguez, natural da diocese de Braga, mas de territorio espanhol, Tuy. Numa obra de 1905, «Essai sur la méthode de F. Sanchez, professeur de philosophie et médecine à l'Université de Toulouse (Thèse), edição de Giardet Brière, o sr. E. Sanchet manifesta o mesmo pensar. Tanto bastava para suspender os trabalhos, o que effectivamente se resolveu em sessão de 24 de julho, a ultima do anno.

Actualmente envidam-se diligencias para conseguir a tradução de Gouvêa.

Durante o findo anno encetou-se a publicação da «Revista de Historia», que teve um benevolo e animador acolhimento e que proporcionou relações de permuta com as seguintes sociedades e escolas nacionaes e estrangeiras:

Academia das Sciencias de Lisboa;
Academia de la Historia de Madrid (Real);

Archivo Nacional da Torre do Tombo;
Associação dos Archeologos Portugueses;

Associação dos Regentes Agricolas;
Bibliotheca Publica Municipal do Porto;

Bibliotheca Nacional de Lisboa;
Bibliotheca da Universidade de Coimbra («Archivo Bibliog.»);

Camara Municipal de Lisboa;
Faculdade de Sciencias da Universidade do Porto;

Faculdade de Letras da Universidade de Bordeus;

Grupo *Studium* da Figueira da Foz;
Historical Society of Pensylvania, Philadelphia;

Instituto Historico do Rio de Janeiro;

Instituto Historico do Ceará;
Instituto Historico da Parahyba;
Sociedade de Estudos Pedagogicos, Lisboa;

Sociedade de Geographia de Lisboa;
Sociedade Martins Sarmiento, Guimarães;

Universidade de Coimbra («Revista»);

Universidade Livre, Lisboa;
Universidade de Manchester.

Foram sollicitadas á Sociedade duas consultas technicas, a que se respondeu immediatamente: do sr. Patrocínio Ribeiro pedindo informações sobre as fomes e epidemias occorridas em Portugal entre os annos de 1482 e 1528; dos herdeiros do sr. Antonio Maria Judice da Costa pedindo parecer sobre o manuscrito inedito do «Diccionario his-

torico, geographico, biographico, etc., do Algarve».

Na bibliotheca da Sociedade receberam-se, por offerecimento, 226 volumes, alguns dos quaes foram noticiados na secção de bibliographia da *Revista*.

Os recursos de trabalho da Sociedade augmentaram consideravelmente com a entrada de 21 socios novos, todos bem conhecidos pelos seus trabalhos de especialidade. — *F. F.*

ABBADE DE TAGILDE — Não obstante os seis milhões de habitantes que Portugal deve hoje conter, o numero de individuos que se consagra a trabalhos puramente intellectuaes é muito reduzido, defeito que não é só de hoje, pois que já o encontramos em épocas mais antigas. Nesta apreciação não nos devemos seduzir pelo numero elevado de medicos, professores, jornalistas, advogados, ecclesiasticos e outros profissionaes que as estatisticas nos dão. Um verdadeiro intellectual é só o que tem a faculdade de arrancar á natureza ou ao espirito os seus segredos, o que não se consegue sem o trabalho autonomo da razão.

O vulgo, como não pode comprehender materias que estão superiores á sua intelligencia, materializa essas figuras e procura-as aproveitar. Foi assim que se procurou lançar na politica a Gama Barros, o nosso mais capaz historiador do Direito, e Teofilo Braga, Braamcamp Freire e outros foram convertidos em joguetes nas mãos de facções ferozes, com perda dos estudos nacionaes e menoscabo da sua consideração no presente e no futuro. Elles que deveriam e poderiam ser juizes, convertidos em reus sem defensores perante individualidades pequenas em todo o sentido!

E' porisso duplamente difficil em Portugal haver individuos de iniciativa scientifica, porque além de terem de vencer a propria natureza, são obrigados a arrostar com o meio que busca mudar-lhes o rumo.

Ha mesmo em Portugal estudos que estão completamente extintos como os filosoficos e religiosos, justamente aquelles que mais poderosamente contribuem para a formação do caracter e para a autonomia do pensamento.

Os estudos historicos levam uma vida precaria, o que ainda assim é preferivel a serem deturpados na sua genuidade por interesses sectarios.

Pelo país encontramos ainda alguns raros cultores de historia local, que nos merecem todo o nosso reconhecimento.

Um desses benemeritos, o abbade de Tagilde, J. G. d'Oliveira Guimarães, baqueou ha poucos meses, surpreendido pela morte no labor de sua obra valiosa não só para o concelho de Guimarães, como para a historia geral da nação. Até o seculo xv, antes da extrema centralização a que chegámos, a vida da provincia influa consideravelmente na marcha dos negocios publicos, e porisso a publicação dos monumentos para a historia do concelho de Guimarães, onde se contem muitos documentos ineditos, é apreciada mesmo fóra daquelle centro industrial.

Esta obra com que o abbade de Tagilde fechou a sua actividade literaria e a sua vida foi o notavel complemento de outros trabalhos. A publicação dos documentos medievaes do mosteiro de Souto onde o extinto revelou os seus não vulgares conhecimentos paleograficos; e o inventario dos pergaminhos que ainda se conservam na collegiada de Guimarães já tinham consagrado o extinto como um erudito de qualidades notaveis.

É-me impossivel dar notas biograficas do sympathico abbade, a quem por duas vezes encontrei no Arquivo Nacional; mas certamente a Sociedade Moraes Sarmiento, de Guimarães, de que elle era um dos mais notaveis ornamentos, os não deixará de dar como sentido preito do seu desaparecimento. — PEDRO D'AZEVEDO.

MONUMENTO A CAMÕES EM PARIS. — Em Paris, na capital do pensamento latino, ergueu-se ha pouco tempo um modesto monumento a um dos mais legitimos representantes do genio latino e dum povo, que na civilização latina teve um logar primacial. A iniciativa perseverante do sr. Xavier de Carvalho encontrou o mais lisongeiro appoio e tornou-o crédor dos mais cordeaes emboras de todos os portuguezes.

Todavia, outra commemoração exige o seu nome, commemoração nacional ainda por realisar, e essa é o estudo critico da sua obra, feito duma maneira integral e exhaustiva, e num ponto de vista historico-litterario. Em torno da sua vida e da reconstituição do seu texto toda uma bibliotheca se tem formado, biographos, commentadores e philologos todos carretearam a sua contribuição, mas a vida e restituição textual devem tornar-se subsidios para a obra critica, que, aparte algumas observações dispersas, algumas pequenas monographias sobre aspectos restrictos, está por explicar litterariamente e analysar estheticamente.

Verificar o que já ha feito e dar balanço critico á obra de Camões é o monumento mais perduravel que á sua memoria a sciencia portuguesa póde erguer.

HERCULANO NO BRASIL — O insigne historiador soffreu ultimamente uma minuciosa analyse ao seu estylo, ainda no Brasil. E' o estudo, que o sr. José de Oiticiba vem publicando na *Revista Americana*, do Rio de Janeiro, no qual após cotejos de transcrições de Herculano com o que o critico suppõe um estylo modelar, conclue pela inferioridade de Herculano nesse campo.

Já anteriormente, o sr. Tobias Barreto fizera uma parcialissima analyse á obra do historiador, nos seus « Ensaio de critica e philosophia », a que replicou o sr. Pereira de Sampaio no seu « Brasil Mental ». Não replicaremos ao

artigo do sr. Oiticiba ; o proprio methodo de analyse constitue já sufficiente réplica.

GARCIA DA ORTA. — Em 1911, o nosso consocio, sir Clements Markham, concluiu a sua versão para inglês da obra de Garcia da Orta, « Colloquios dos Simplices e Drogas. » A sua impressão vae ser feita a expensas do governo da India, á qual se referem os observações do naturalista portuguez.

A Sociedade congratula-se pela divulgação feita por um dos seus membros ingleses e por intermedio do estado, que assim custeando a edição, dá á obra uma consagração official.

DESCOBERTA DUM MANUSCRITO INÉDITO. — Numa das viagens de Francis Drake, do seculo xvi, governou um dos navios um piloto portuguez, que foi redigindo em diario a narração da viagem. Recentemente foi descoberto esse diario original, em portuguez, e está de posse d'elle uma senhora inglesa, de elevada cultura. Sabendo avaliar a importancia do documento, essa senhora deliberou promover a sua traducção para inglês, junta com outros documentos importantes, relativos ao mesmo piloto, nos quaes se vê que foi preso pela Inquisição do Mexico por ter assistido ás pregações protestantes no navio de Drake. A traducção apparecerá em 1913.

Assim respeitada a prioridade, a Sociedade Portuguesa de Estudos Historicos, conta alcançar a devida permissão para reproduzir na sua « Revista de Historia » o texto portuguez do diario de bordo, que vem mostrar que ainda na viagem de circumnavegação de Drake, teve um portuguez valiosa interferencia.

INEDITOS DE SOUSA VITERBO. — Amavelmente cedidos pela familia do illustre extincto, publicamos no presente numero dois ineditos sobre Gil Vicente e sobre interpretes de linguas orientaes, apontamentos antigos que offerecem

interesse não só pela pessoa que os subscreve, mas também pelas observações nelles consignadas.

Agradecemos a deferencia dos herdeiros para com a «Revista de Historia» e esperamos que tenham a benevolencia de a repetir.

GIL VICENTE E O CONGRESSO EUCHARISTICO DE VIENNA.—Ao XXIII Congresso Eucharistico Internacional, que se reúne em Vienna, a Espanha, cuja representação é presidida pelo bispo de Madrid, apresenta a defeza de dez temas, um

dos quaes tem para Portugal particular interesse, porque enuncia a analyse dos autos sacramentaes de Gil Vicente. E' o Thema IV, cujo summario é o seguinte:

• Litteratura eucharistica espanhola. — Os autos sacramentaes, sua origem e sua historia. — Gil Vicente e Lope de Vega. — D. Pedro Calderon de la Barca. — A festa dos carros. — Cancioneiro eucharistico. — A Eucharistia nos grandes lyricos espanhoes.

Esperamos poder dar uma resenha critica dessa these, de grande alcance para a historia litteraria.

BIBLIOGRAPHIA

I—LIVROS

Lições da Universidade Livre.

A Universidade Livre, bella iniciativa particular que vem sollicitando os nossos professores e especialistas a exercerem a extensão universitaria, vem realisando o seu programma, com uma tenacidade e uma efficacidade que consolam. Os prelectores têm já hoje umas centenas ou um milhar de ouvintes fixos e attentos, que acodem a qualquer parte em que se annuncie nova lição. Estas lições são publicadas e largamente distribuidas, tendo-nos já sido enviadas as seguintes, pela ordem indicada:

1.^a — Utilidade da Astronomia. Grandeza e Magnificencia do Universo. Idéa geral da distribuição dos mundos. — Mello e Simas.

2.^a — As transformações e a evolução da superficie terrestre. — Silva Telles.

3.^a — Aparecimento da vida sobre a Terra. — Thomaz da Fonseca.

4.^a — O Homem antes da civilisação. — Agostinho Fortes.

5.^a — O Homem como ser animal. — Telles Palhinba.

6.^a — As sociedades: o homem como factor social. — Agostinho Fortes.

7.^a — As sociedades: o homem como factor social (conclusão). — Agostinho Fortes.

8.^a — Dos eclipses do sol e da lua. — Mello e Simas.

9.^a — A sciencia em geral. Sua divisão. Sua importancia. — Carlos de Mello.

10.^a — O que é e para que serve a Physica. — Almeida Lima.

11.^a — O que é e para que serve a Mathematica. — Santos Andréa.

12.^a — Sobre a natureza do raciocinio mathematico. — Pedro José da Cunha.

13.^a — O que é a Chimica. — Charles Lepierre.

Obédecem a um plano, partindo das questões mais abstractas e geraes e vindo talvez convergir para as questões sociaes. Para um publico pouco affeito ainda a attender durante longo tempo, talvez a marcha inversa fosse preferivel, considerando mais uma orientação pedagogica ou educativa do que o nexo logico dos assumptos. Mas o que se tem de reconhecer é que as lições, embora falando de themas muito afastados das preoccupações quotidianas do publico, constituindo revelações, ganharam em interesse tambem. Bom será que os prelectores se disvelem não só na escolha do assumpto e na sua rigida verdade, mas tambem na exposição oral. E' que hoje a lição publica, sendo o meio mais divulgado de instrucção popular, tem já uma theoria sua, um conjuncto de re-

gras e artificios, que a experiencia, as indicações da psychologia popular e um pouco os antigos preceitos da oratoria têm aconselhado como sendo condições indispensaveis para o bom exito da conferencia. A França e a Inglaterra têm realisado progressos notaveis na educação popular, conseguindo alguns dos seus mais distinctos intellectuaes a popularidade de oradores, de divulgadores.

A Universidade deve quanto antes chegar ás questões sociaes, á historia contemporanea e grandes serviços pode prestar, principalmente o de contribuir para se destruir o empirismo com que se solucionam os problemas nacionaes, e o de tornar a opinião mais exigente para com o jornalismo e para com todo o trabalho mental. Bom é tambem que a sua acção se estenda além da capital, o que facil se torna, pois basta repetir pela leitura as lições, como faz em França a « Société Nationale des Conférences », que realisa annualmente, no continente, na Argelia e nas colonias, dezenas de milhares de conferencias.

A *Sociedade Portuguesa do Estudos Historicos* congratula-se com a iniciativa da Universidade Livre e offerece-lhe todo o seu apoio.

O Estudo do Francês, pelo methodo directo, na Instrucção Secundaria. A. do Prado Coelho. Porto. 1912, 78 pag.

Este trabalho dum nosso distincto consocio, á primeira vista tão distante dos intuitos da nossa *Sociedade*, merece todavia particular referencia porque contém um capitulo — *A cultura litteraria* — onde o auctor, a par de um grande senso pedagogico, patenteia estar a par de todas as questões da moderna critica litteraria francesa, conhecendo a sua vasta bibliographia. Nas notas, principalmente, ao caracterisar cada auctor, como texto mais ou menos idoneo para o ensino, revela uma perspicacia critica muito aguda, e como ella

se exerce sobre uma litteratura estrangeira, o auctor por esse conhecimento simultaneo de duas litteraturas — o da francesa deve-o á sua profissão, o da portuguesa á sua educação no unico centro de estudos historicos nacionaes — o auctor encontra-se em circumstancias particularmente favoraveis para proceder a estudos de litteratura comparada. Salientamos de preferencia este merito da obra porque é a que mais se coaduna com a indole da *Revista*.

Datas e Notas para a historia da Parahyba, Irineu Ferreira Pinto. Parahyba do Norte, 1908, 365 pag., vol. 1.º

A historia local no Brasil tem sido muito cultivada e essa intensidade deve-se á influencia fecunda dos Institutos Historicos, que em cada cidade se tornam centros de estudos locais. Temos presente o 1.º volume das *Datas e Notas...*, do sr. Ferreira Pinto, fundador do Instituto Historico Parahybano, que é um bello attestado do nosso asserto. Nelle compendiou o auctor tudo que apurou sobre a historia de Parahyba desde 1501, anno em que os primeiros portugueses aportaram á bahia de Azeitubiró, onde padeceram traição da parte dos indios, até 1820. O que se refere ao espaço de 1820 para aquém é objecto do 2.º volume, já no prélo, que começa dois annos antes da independencia. O livro é composto sob a fórma de ephemerides, em que se apontam os factos por datas e se abonam com documentos.

O rio Parahyba foi, durante algum tempo, conhecido sob o nome de rio de S. Domingos, e assim denominado é que se encontra designado na cartographia; só nas vespersas da conquista da capitania é que foi designado pelo nome indigena de Parahyba, que conservou. O primeiro mappa, em que apparece indicação do territorio parahybano é o conhecido por *Çantino*, que foi organizado em Lisboa, sob as indicações da expe-

dição de reconhecimento, em 1501. De 1574 a 1584 os índios, estimulados pelos franceses, encontram-se em permanente estado de revolta, animados também pelos insucessos das armas portuguesas, sempre com grande inferioridade numerica. Só o governador, Manoel Telles Barreto, empreendeu, em 1584, a conquista definitiva da Parahyba e sua guarnição militar, mas não foi mais feliz, porque em breve a pequena colonia, que tinha conseguido estabelecer-se, foi cercada pelos franceses e índios, que os ameaçavam de destruição e morte. Em 1585, por alliança com o chefe indio Piragibe, concluíram-se pazes e nesse mesmo anno chega uma numerosa colonia de Olinda, com alguns jesuitas, para fundarem uma cidade, sob a inspecção de Martim Leitão, que procedeu á escolha do local e sua fortificação. No principio do seculo xvi existiam já os necessarios edificios publicos, arruamentos regulares. Duarte Gomes da Silveira, rico lavrador, offerencia a cada edificador de casas terreas de pedra e cal a quantia de dez mil reis, e de sobrado vinte mil reis. Entretanto Martim Leitão organisava uma expedição, com a qual desalojou e expulsou os franceses, destruindo-lhes a lavoura e as fortificações, alcançando assim a definitiva pacificação da região. Em 1590, ainda os francêses tentam nova investida, sem resultado. Foi a cidade progredindo, encontrando-se já em grande florescimento no fim do seculo xviii, como se vê da exposição que o governador da capitania Fernando de Castilho, faz ao rei sobre o estado da cidade, que então se denominava de Nossa Senhora das Neves, nome adoptado em acção de graças das pazes com os índios. O sr. Irineu Ferreira Pinto transcreve integralmente este importante documento. Em 1811 a cidade tinha 1150 casas, que pagavam 608\$358 reis de decima urbana e segundo um recenseamento do mesmo anno a população da capitania era de 122:407 pessoas. Em 1816 o Es-

tado cobrava do algodão exportado a importancia de 45:655\$000 reis. Expõe também o auctor as providencias tomadas por occasião da revolta de Pernambuco, em 1870, as suas repercussões na Parahyba, transcrevendo documentos do maior interesse. A revolução chegou a triumphar, instituindo-se um governo provisorio. Durou esse triumpho desde 13 de Março a 6 de Maio. O governo revolucionario legislou sobre varios assumptos, começando por abolir alguns impostos, as insignias reaes, reduzindo a metade os direitos alfandegarios, estabelecendo igualdade entre nacionaes e estrangeiros e estabelecendo tratamentos, etc. Suffocada a rebelião, os revolucionarios assignaram em 6 de Maio, no convento de S. Bento, uma capitulação de generosas condições, que vem reproduzida. Logo no dia seguinte foi reestabelecido o governo de D. João vi; em 13 de Maio todas as classes sociaes acorrem ao Palacio do Governo a prestar a vassalagem ao rei; esse termo de fidelidade é largamente assignado. Em breve começa a perseguição aos revolucionarios, sendo ordenado o sequestro dos seus bens. Segue-se uma lista dos revolucionarios, com os apontamentos biographicos, que foi possivel apurar, pelos quaes se vê pertencerem ás classes preponderantes.

A obra do sr. Ferreira Pinto é uma notação minuciosa e documentada da historia da sua patria e para nós, portugueses, é portadora de noticias que nos desvanecem, por vermos a perseverança de esforços dos nossos antepassados, colonisadores e exploradores exemplares.

Dois Versos dos Lusíadas — Tentativa de reconstituição do texto primitivo — Dr. José Maria Rodrigues, Lisboa, 1911, 43 pag.

No decurso dos seus estudos camo-
neanos, cuja parte principal é a investigação das fontes dos Lusíadas, o sr. Dr. José Maria Rodrigues vae encontrando

questões de pormenor a resolver, que constituem trabalhos independentes, como « Camões e a Infanta D. Maria » e este que hoje noticiamos.

Ha na estancia LXV do canto III dos *Lusiadas* um verso litigioso, o 5.º, que corre assim reproduzido nas edições modernas:

Sentio-o a villa e vio-o o senhor d'ella,

Nas seis primeiras edições apparece a forma seguinte:

Sentio-o a villa e vio-o a serra d'ella.

Foi na edição de Manuel Corrêa, em 1613, que appareceu a substituição. Ha neste verso dois problemas a resolver: 1.º qual o texto verdadeiro? 2.º qual a *villa*, de que nelle se fala? O sr. Dr. José Maria Rodrigues, soccorrendo-se duma pagina de Duarte Nunes de Leão, como fonte provavel, e comparando esta passagem com outras, em que tambem alguns accidentes geographicos eram personificados, attribuindo-se-lhes sentidos e sentimentos, opina pela forma seguinte, sendo Cezimbra a *villa* do verso 5.º:

Com estas subjugada foi Palmella
E a piscosa Cizimbra, e juntamente,
Sendo ajudado mais de sua estrella,
Desbarata um exercito potente
(Sentio-o Palmella e vio-o a serra d'ella)
Que a soccorre-la vinha, diligente,
Pela fralda da serra, descuidado
Do temeroso encontro inopinado.

Outro verso litigioso, o 6.º, existe na estancia 21.ª do canto IX, estancia que frequentemente apparece assim reproduzida:

Isto bem resolvido, determina
De ter-lhe apparelhado lá no meio
Das aguas alguma insula divina,
Ornada d'esfaltado e verde arreio;
Que muitas tem no reino, que confina
Da mãe primeira co' o terreno seio,
Afóra as que possue soberanas
Para dentro das portas Herculanias.

Feita a historia do texto, através dos varios editores e commentadores, o sr. Dr. José Maria Rodrigues faz a interpretação, estudando-o minuciosamente, e concluindo por adoptar a forma seguinte:

Isto bem resolvido, determina
De ter-lhe apparelhado lá no meio
Das aguas algũa insula divina,
Ornada de esfaltado e verde arreio,
Que muitas tem no reino que confina
D' Africa e d' Asia co terreno seio,
Afóra as que possue soberanas
Pera dentro das portas Herculanias.

Expomos as lições alvitradas pelo auctor, embora na sua adopção haja sempre grandes reservas, porque o ideal da critica de texto, reconstituir o texto tal como elle saiu das mãos do escriptor, é inatingivel, e alguma vez que isso se consiga falta a prova real por carencia de termo de comparação. A analyse textual e a interpretação são conduzidas com o superior criterio e a vasta erudição que o auctor tem usado nos seus profundos estudos camoneanos e que fazem d'elle um dos nossos mais distinctos criticos de fontes.

Our Lady of the Pillar by Eça de Queiroz done into english by Edgar Prestage... Londres, 1906, 88 pag.

O lindo conto de Eça de Queiroz, « O Defuncto », foi com o titulo acima traduzido para inglês pelo sr. Edgar Prestage, que é não só um critico perspicaz, mas tambem um traductor probo, que consegue a reproducção fiel do estylo tão individual de Eça. Num pequeno prefácio, o sr. Prestage apresenta alguns esclarecimentos ao leitor inglês, sendo o principal a opinião que o proprio Eça tinha de ser o « Defuncto » o melhor dos seus contos, como referiu ao director da « Gazeta de Noticias », do Rio de Janeiro, para a qual a escrevêra expressamente.

O livro numa formosa edição é acompanhado duma perfeita reproducção da estatua do escriptor.

O Misticismo moderno. — Francisco Grierson, versão do inglês de M. Macedo. Lisboa, 1912, 245 pag., 600 reis.

E' uma compilação de ensaios criticos sobre os mais dispares assumptos, como são: o misticismo moderno, a beleza e a moral na natureza, a tragedia de Macbeth, a melancholia moderna, Tolstoi, imitação e originalidade, coragem physica e covardia moral, parsifalite, auctoridade e individualismo, a nova critica, Amiel, cultura, a faculdade artistica em litteratura, profissão de fé, o temperamento celta, estylo e personalidade, a inspiração hebraica, pessimismo pratico, Omar e a immortalidade, Emerson e o unitarismo, auditorios theatraes, o espirito da music-hall, retratos e impressões, conservação da energia, acção psychica do genio e reflexões. E', como se vê, um mundo immenso de assumptos, mas o auctor mal os abeira em breves paginas, expõe o seu pensar pessoal, muito pessoal, e tanto ás vezes que bem podemos dizer estar em frente de simples impressões subjectivas e por isso mesmo muito discutiveis. O livro é a affirmação dum modo de ser do auctor, que é sem duvida interessante, mas que na epoca de crescente objectividade, em que pelo menos a objectividade deve ser o desideratum de todo o pensador, que não queira ser artista, se torna um anachronico.

Subordinados ao titulo geral de « Misticismo moderno », estes ensaios alguma sequencia deviam ter, podiam pelo menos ser o estudo de modalidades diferentes desse misticismo, mas não alcançamos essa sequencia ou identidade sob aspectos diversos. E' o auctor quem confessa que a critica moderna é essencialmente feita de scepticismo; que ha nisso de misticismo? Que concepção tem o auctor de misticismo? Professando alguma pessoal, não no-la expõe; accetando a corrente, colloca-se tacitamente sob a alçada das diatribes de

Nordau, na « Dégénérescence », diatribes que sempre é bom recordar, em nome da saude moral. Grande é o entusiasmo deste auctor por Maeterlink; é logico, porque, litterariamente, aquelle é considerado como o patriarcha do misticismo.

Mas algumas observações argutas e subtis e com verdade. que fazem pensar, ao menos, se contêm no livro e nós lembramos os capitulos sobre a tragedia de Macbeth, sobre o papel do gesto, como expressão da melancholia moderna, sobre a coragem physica e a coragem moral. Permitta-se-nos uma adjectivação de dilletante, e nós classificaremos o sr. Francis Grierson como um espirito um pouco paradoxal, mas muito interessante.

Historia da Igreja em Portugal — Fortunato de Almeida, 1.º vol., 788 pag., 2\$500 reis; 2.º vol., 812 pag., 2\$500 reis — Coimbra, 1910 e 1911.

O alcance da obra é inutil encarecê-lo. Intimas foram sempre as relações com a Santa Sé num paiz que se constituiria em nacionalidade independente sob a egide de Roma; que viu um dos seus reis por ella deposto; que teve de sustentar uma persistente lucta contra o clero, promulgando uma legislação especial, como a amortização, as inquirições e o beneplacito, para consolidar o poder real; que realisou a maior parte das suas empresas maritimas por intermedio duma ordem monastico-militar, a ordem de Christo, que solicitou o apoio e frequente intervenção de Roma nas contendas com Castella, rival nas mesmas empresas. Tempestuosas foram essas relações a quando do estabelecimento da Inquisição, da expulsão e depois extincção dos jesuitas, da sua reexpulsão no seculo XIX e da extincção das ordens religiosas, para não nos referirmos ao actual momento. De sorte que a obra do sr. Fortunato de Almeida versa um assumpto sobremaneira importante, mas tambem particularmente

delicado, melindroso digamos mesmo, porque discute assumptos sobre que ha as opiniões mais extremas e tambem mais sectarias.

Num prefacio muito elucidativo, o auctor conta como a ideia lhe foi suggerida pelo professor Dr. Lopes Praça e aponta outros trabalhos anteriores sobre o mesmo assumpto, como são os da Academia Real da Historia, cujo fito principal era escrever a historia ecclesiastica de Portugal, os de D. Thomaz da Encarnação e ainda alguns alvitres de João Pedro Ribeiro e o valioso capitulo sobre o clero medieval do sr. Gama Barros. A compilação e a consulta de toda a documentação enorme sobre tal assumpto seria obra tão demorada e tão difficil que impediria o auctor de alguma vez encetar a construcção da historia; por todo o paiz ha repositórios valiosissimos, nem sempre facilmente accessiveis, o que exigia deslocções e despezas, que raro póde o particular, desprotegido de auxilios do estado, levar a effeito. Mas ha já grande abundancia de documentos publicados, como «Portugaliae Monumenta Historica», o «Quadro Elementar das relações politicas e diplomaticas de Portugal», o «Corpo Diplomatico Português», as Memorias da Academia Real da Historia e da Academia das Sciencias de Lisboa, etc. E' justamente sobre a já abundante documentação publicada que o sr. Fortunato de Almeida fez a sua obra, sem deixar de procurar mais documentação inedita ou desconhecida para a soluçção de alguns pontos mais controversos. «A consulta dos archivos está no meu plano limitada a determinadas épocas e assumptos. Entendi que o mais util e o mais pratico seria organizar um corpo de trabalho com os materiaes que existem dispersos em centenas de volumes, respigando e joeirando, para se dar á construcção a maior solidez possivel. (I, pag. VIII)». Sem esta decisão sensata, o auctor ainda não teria sequer principiado a construcção.

Nos quatro capitulos, que constituem a Introduçção, o sr. F. A. trata respectivamente, do christianismo na peninsula desde a sua prégação até á paz de Constantino; desde a paz de Constantino até á invasão dos barbaros; dos barbaros até á monarchia visigothica; e do christianismo durante a dominação arabe. Tudo que nessas épocas ha importante, conversões, martyrios, concilios e definições de doutrina e disciplina, heresias, organização da igreja, monachismo, privilegios e rendimentos do clero, arte e litteratura religiosa, e depois que com o rei visigodo Ricardo o christianismo se tornou religião official, a historia individualisada das dioceses do territorio de Portugal e noticia de alguns bispos illustres, tudo é exposto com a necessaria pormenorisação e larga copia de fontes. Esta é necessariamente a parte menos original da obra e tambem a menos desenvolvida, visto que é ainda anterior ao assumpto principal. Já sobre a historia da igreja em Portugal, o primeiro volume alcança desde a fundação da monarchia até ao fim do reinado de D. Diniz, em 1325. E' esta materia dividida em dezasete capitulos. O primeiro versa sobre vassalagem e o censo de Portugal á Santa Sé, em que se friza que o censo era uma formula de direito feudal, que era igualmente praticada por todos os principes, que reconheciam a suzerania de Roma, então principio de direito publico, como foram os reis de Aragão. No segundo, sobre as dioceses do reino, vemos que a divisão episcopal sofreu muitas alteraçções; extinguiram-se outras dioceses e crearam-se outras ou simplesmente se deslocaram; ficando existindo as de Braga, Coimbra, Evora, Guarda, Lamego, Lisboa, Porto, Vizeu, e Silves, de cada uma das quaes se faz menção especial, bem como de terras portuguezas sob a jurisdicção de bispos hespanhoes.

No terceiro expõe-se a organização dos beneficios ecclesiasticos e seu pro-

vimento, que pouco a pouco de electivo passa a ser feito por nomeação do papa e das auctoridades superiores da Igreja, reservando-se a eleição para a escolha dos papas pelo collegio dos cardeaes. O auctor falla-nos com individuação da nomeação dos bispos, dos cabidos, das collegiadas, das quaes foi muito notavel a de Guimarães, e do clero parochial. No quarto, enumeram-se os bens e rendimentos da Igreja, a principio só constituidos pelas oblatas, a que depois se vêm juntar as grandes doações reaes e particulares, tantas que a amortização do fisco obrigou os reis a promulgarem uma legislação especial, nem sempre efficaz; os dizimos, primeiramente voluntarios, depois obrigatorios, e muitos outros rendimentos especiaes, como do *afolares* e os *bens da alma, multas e fintas* para obras, *luctuosas*, etc., etc. No capitulo quinto historia o estabelecimento e vida das ordens monasticas, e das ordens militares no sexto. A proposito da ordem de Christo o auctor, conta-nos como D. Diniz transferiu os bens da Ordem dos Templarios, extinctos por Clemente v, a instancias de Philippe o Belo, para a nova ordem por elle instituida, mas só no 2.º volume nos diz que attitude tomou Portugal no scisma.

A historia do scisma estava fóra do proposito da obra, como muito bem diz em nota, na pag. 334, mas as suas consequencias para Portugal não estão.

No capitulo oitavo narram-se minuciosamente as relações da corôa com o clero e suas frequentes contendas pela primeira vez restituídas ás suas verdadeiras proporções por Herculano. O sr. F. A. lembra as palavras dum historiadore, que os reis, além de reis eram christãos e portanto também sujeitos á auctoridade do chefe da Igreja e a incorrerem nas suas penas, quando delinquissem. A consideração deste simples facto e auctoridade temporal dos papas, consagrada pela prática e pelo reconhecimento geral, explicam até certo ponto

as repetidas intrusões da curia romana nos negocios internos dos paizes.

O capitulo nono diz qual a situação politica e social dos judeus e muçulmanos; o decimo diz o que foi, durante esses primeiros três seculos da nacionalidade, a educação e illustração do clero, enumera alguns discipulos illustres de universidades estrangeiras. A referencia a Pedro Hispano, papa português sob o nome de João XXI, é muito breve em relação ao nosso interesse por alguma coisa saber desse illustre português. Sobre Pedro Hispano, philosopho, já ha varios estudos, mas sobre a sua acção como chefe da christandade é que ignoramos tudo. A causa desta deficiencia será ou confinar-se o auctor strictamente nos limites impostos pelo titulo da obra, ou não ter podido consultar a documentação respectiva que existirá, principalmente, no archivo do Vaticano.

O capitulo decimo primeiro estuda a arte e a litteratura ecclesiastica; no decimo segundo descrevem-se os costumes do clero, por vezes bem dissolutos; no immediato salienta-se a missão do clero, em que destaca a fundação da Universidade, creada a instancias suas; no decimo quarto individuem-se os differentes concilios em Portugal e papel de alguns portugueses nesses concilios e nos de Castella e geraes; no decimo quinto trata-se de liturgia e culto. No decimo sexto apontam-se alguns ecclesiasticos illustres e santos portugueses; entre os primeiros avulta João XXI; entre os ultimos Santo Antonio, S. Frei Gil e Santa Izabel.

O capitulo dezasete, ultimo do 1.º volume, é um catalogo dos bispos das varias dioceses dos quaes merece especial menção Mauricio Burdino, contemporaneo de D. Thereza, que desempenhou um papel importante na querella das investiduras com Henrique v, porque sendo nomeado pelo papa Paschoal II como intermediario, bandeou-se com aquelle, que o elegera, para successor de Paschoal II. Tres annos exerceu

o pontificado o anti-papa português, assim classificado porque só uma parte da christandade o reconheceu, até que foi vencido pelas tropas do papa Calisto II e encerrado numa prisão.

O 2.º volume alcança desde o principio do reinado de Affonso IV ao fim do reinado de D. João II, de 1325 a 1495. O seu plano é igual ao do 1.º, apenas com as alterações determinadas pelas transformações da vida nacional. Assim no capitulo sobre a divisão diocesana já se incluem as dioceses do ultramar, historiando a sua formação. As primeiras foram Ceuta e Tanger. No capitulo sobre as ordens militares, poucas são as linhas consagradas á Ordem de Christo, que no seculo XV grande importancia attingiu, quando o grão-mestrado passou para a familia real e, investido o infante D. Henrique, se tornou a organisadora das empresas maritimas. Ha um capitulo novo, sobre a expansão religiosa no ultramar, em que se evidencia o espirito religioso nas empresas maritimas e se descreve o serviço das missões.

Na parte que trata das relações com a Santa Sé é que vem exposta a attitude de Portugal perante o scisma do occidente, coetaneo de D. Fernando, a quem os cardeaes eleitores se dirigiram. O auctor refuta a versão de que D. Fernando se pronunciára por Clemente VII, renegando-o voluvelmente algum tempo depois, e em presença de alguns factos e do testemunho do annalista Reinaldo é de opinião que Portugal teria permanecido fiel ao papa Urbano VI. Dos bispos só foi scismatico o de Lisboa, D. Martinho, assassinado em 1383, por occasião dos tumultos.

No capitulo sobre os santos estão, incluídos Nun'Alvares, o infante D. Fernando e a princesa D. Joanna; no que enumera os bispos, aponta tambem as dioceses ultramarinas. Ambos os volumes são seguidos de appendices, indices por capitulos e alfabeticos. Affigura-se-nos que seria conveniente acom-

panhar os volumes de mappas que representassem a divisão eclesiastica.

Alongámos esta noticia, porque quieramos dar uma descripção da obra que permittisse aos leitores da *Revista de Historia* julgar do alcance, das proporções da empresa, e tambem da composição adoptada pelo auctor. Uma pequena particularidade póde fazer suppôr que em tal materia, por vezes tão controversa e actualmente tão melindrosa, houvesse da parte do auctor parcialidade, é o affirmar-se na capa que a obra tem a approvação do bispo-conde de Coimbra. Devemos esclarecer que nos volumes presentes, não encontramos vestigios de parcialismo, pelo que felicitamos o auctor.

Origens da nacionalidade portuguesa. — Conferencia. — 54 pag. Ricardo Severo, Lisboa, 1912, 200 reis.

O sr. Ricardo Severo, illustre fundador e director da *Portugalia*, realisou ha um anno uma conferencia em S. Paulo em que, doutamente expôs quanto ha de assente sobre as origens da nacionalidade portuguesa. Effectivamente é feita de conclusões esta breve sumula; contestavel apenas ha a hypothese dos ligures, sobre a qual muitas divergencias ainda dividem as opiniões. O auctor versa os seguintes assumptos: o territorio, as civilisações pre-historicas, os typos anthropologicos, quadro dos povos primitivos, a lusitania e as origens prehistoricas da nacionalidade. Num dos capitulos presta-se justa homenagem á memoria do sabio archeologo, Alberto Sampaio. Grande, foi o serviço prestado pelo sr. Ricardo Severo á propaganda da sua patria, ao serviço da qual pôs o seu vasto saber.

«Sousa Viterbo», elogio lido na Associação dos Archeologos portugueses por Alfredo Cunha, Lisboa 25 pag. com retrato do homenageado.

Este opusculo é o preito prestado em sessão solemne á memoria do illustre investigador, de que no presente numero

se publica algum original. O auctor analysou a individualidade pelos tres aspectos principaes, o poeta, o erudito e pensador, mostrando os traços predomi-

minantes. Na sua tarefa de analyse, o sr. dr. Alfredo da Cunha pôs a ternura saudosa do cumprimento dum dever de amizade e de justiça.

II—REVISTAS

Figueira — Serie III — n.ºs 1 e 2 — Janeiro e Fevereiro de 1912.

Prosegue a sua publicação, um tempo paralyzada, esta prestante revista, dirigida pelo nosso consocio, sr. Pedro Fernandes Thomaz e pelo sr. Eloy do Amaral. Insere alguns artigos de interesse historico, como são: «Uma polemica camoneana no seculo xvii», Fidelino de Figueiredo; «Bocage» (fragmentos dum estudo auto-biographico), Eloy do Amaral; «Papeis Velhos — O Padre José Agostinho de Macedo», Amilcar; «Onomastico popular figueirense», Pedro Fernandes Thomaz; «Defeza do Castello de Buarcos», documentos; «Elevação do logar da Figueira a villa», José Jardim; «Um soneto de Rodrigo da Fonseca», s/n.; «Folk-lore beirão», Pedro Fernandes Thomaz.

Folgamos com o exito crescente desta nossa valiosa revista local.

Revista de Guimarães — n.ºs 1 e 2 — Janeiro a Abril de 1912.

Orgão da prestimosa Sociedade Martins Sarmento, a «Revista de Guimarães», vem publicando os documentos do Archivo da Collegiada de Guimarães, até ha pouco sob a direcção do Abbade de Fagilde, recentemente fallecido. Os publicados nestes dois numeros contêm as datas extremas de 1412 e 1462. Contem tambem a continuação da historia do Convento da Costa, manuscrito inedito de Fr. Christovam da Cruz e propriedade do sr. João Martins de Freitas, director da «Revista de Guimarães».

Revista Trimensal do Instituto do Ceará — 1.º, 2.º, 3.º e 4.º trimestre de 1911.

Neste grosso volume de 382 paginas, publicado sob a direcção do presidente do Instituto, contêm-se alguns artigos historicos e muitos documentos de importancia para a historia do estado do Ceará. Citamos de preferencia: «Lenda do Ouro», Teschaner; «Relação dos documentos e notas sobre a historia do Ceará colligidos pelo Conselheiro Tristão de Alencar Junior...»; «Memoria sobre a Revolução do Ceará em 1821», Braz da Costa Rubim. Comporta tambem um artigo nechrologico sobre o socio, Tristão de Alencar Araripe Junior, critico distincto.

Revista do Instituto Historico e Geographico Parahybano, 1911, Parahyba.

Nas suas 555 paginas comporta as mais variadas materias, de que destacamos as seguintes: «Restos de antigos cultos na Parahyba», Alcides Bezerra; «A Parahybana, revolução de 1824», Carneiro Monteiro; «Monographia da cidade de Parahyba do Norte», Vicente Jardim; «Reminiscencias de como se estabeleceu o governo republicano na Parahyba do Norte», Eugenio Toscano; «Invasão hollandesa», Francisco Barroso; «Datas e Notas, para a historia da Parahyba», Irineu Pinto, continuação do volume atrás noticiado; «A machina de escrever», Coriolano de Medeiros, em que se reivindica a invenção da primeira machina de escrever para um parahybano, o Padre Francisco João de Azevedo.

Revista da Universidade de Coimbra — N.º 1, Março de 1912 — 204 pag.

Na «Constituição Universitaria» decretada pelo governo da Republica, estabelece-se que as Universidades deverão publicar um boletim ou archivo, que seja como que o relatorio periodico do trabalho universitario, de professores e estudantes. Foi a Universidade de Coimbra a primeira a cumprir essa disposição, com a magnifica revista que noticiamos.

Abundante e numerosa é a collaboração deste 1.º numero, de que só citaremos o artigo que se harmonisa com a indole da *Revista de Historia* que é «Braz Garcia de Mascarannhas», estudo de investigação historica pelo professor Antonio de Vasconcellos. Nelle se reconstitue a biographia do poeta seiscentista até á sua fuga da cadeia de Coimbra, com grande minucia de pormenores e muitos documentos novos. Além da narração auto-biographica, contida no poema «Viriato Tragico», da biographia junta pelos prefaciadores da 1.ª e 2.ª edição, e de Costa e Silva no seu «Ensaio...», só havia o estudo do sr. visconde de Sanches de Frias. Mas muito ha ainda que joeirar em biographia tão lendaria. Camillo, no seu romance «Lucta de Gigantes», deu curso a algumas falsidades sobre a vida aventureira de Braz Garcia. O sr. Antonio de Vasconcellos está procedendo a esse delicado trabalho critico de reconstituir a verdadeira biographia do poeta. E avaliando do seguimento do trabalho por esta primeira parte, podemos esperar trabalho scientifico.

E' grato registrar que no seu 1.º numero, a «Revista da Universidade de

Coimbra» insere um estudo de historia litteraria portuguesa, o que é indicio para confiar em que a novel faculdade de letras se tornará um centro de estudos nacionaes, de historia e litteratura, collaborando na obra commum com a faculdade lisbonense.

Archivo Bibliographico da Universidade de Coimbra, vol. XII, n.º 1, Coimbra, 12 pag. 1912.

Relatorio periodico da Bibliotheca universitaria de Coimbra, este Archivo atesta o seu activo movimento de entradas e constitue um util instrumento de trabalho. Em appendice publicam-se alguns inéditos da mesma bibliotheca.

Revista de Educação geral e technica (Boletim da Sociedade de Estudos Pedagogicos) — n.º 2, Janeiro de 1912, n.º 3, Abril de 1912.

Prosegue a sua publicação esta revista, de grande alcance social. O n.º 2 contem os artigos seguintes: «Organização de uma bibliotheca popular modelo»; Affonso Vargas, «O ensino religioso nas escolas primarias»; Sebastião Lisboa, «O estudo do vocabulario nas linguas estrangeiras»; L. C., «Algumas notas rapidas»; o n.º 3: José de Magalhães, «No centenario de Milton»; Aurelia de Miranda, «A educação moral na escola primaria»; Vergilio Santos, «As creanças nas manifestações publicas»; Sá Oliveira, «Ensino Particular»; F. Pinto de Miranda, «A educação physica na escola primaria»; Thomaz Borba, «O canto coral nas escolas».

Outras revistas recebidas serão noticiadas no n.º 4.

FIDELINO DE FIGUEIREDO.

Lista dos socios, suas especialidades scientificas e cargos que desempenham na Sociedade

- Anselmo Braamcamp Freire, director do « Archivo Historico Português » : Heraldica ;
Antonio Aurelio da Costa Ferreira, ministro do fomento : Anthropologia ;
Antonio Baião, director do Archivo Nacional, vogal do Conselho de Direcção : Historia da Inquisição ;
Antonio do Prado Coelho, professor lyceal ;
Antonio Sergio de Sousa, official da armada, vogal do Conselho de Direcção : Philosophia ;
Antonio de Sousa Silva Costa Lobo, antigo ministro de Estado : Historia social ;
Antonio Thomaz Pires, folk-lore ;
Charles Oman, professor da Universidade de Oxford ;
Christovam Ayres, professor da Escola de Guerra : Historia militar ;
Sir Clements Markham, antigo presidente da Sociedade de Geographia de Londres : Geographia historica ;
Damião Peres, professor lyceal : Historia politica ;
David Lopes, professor da Faculdade de Letras de Lisboa : Historia arabe ;
Edgar Prestage, professor da Universidade de Manchester : Litteratura portuguesa ;
Ernesto Vilhena, official da armada : Historia colonial ;
Fidelino de Figueiredo, professor lyceal, secretario do Conselho de Direcção : Litteratura portuguesa moderna ;
Fortunato de Almeida, professor lyceal : Historia ecclesiastica ;
Francisco Xavier da Silva Telles, professor da Faculdade de Letras de Lisboa, presidente da Sociedade : Geographia historica ;
Gustavo Cordeiro Ramos, professor da Faculdade de Letras de Lisboa : Litteratura allemã ;
Henrique Vilhena, professor da Faculdade de Medicina de Lisboa : Historia anatomica ;
João Lucio de Azevedo : Historia politica ;
Joaquim Fontes : Archeologia ;
José Francisco Alves de Barbosa Bettencourt, professor lyceal : Litteratura portuguesa ;
José Leite de Vasconcellos, professor da Faculdade de Letras de Lisboa : Archeologia ;
José Maria Rodrigues, professor da Faculdade de Letras de Lisboa : Estudos camoneanos ;
José Queiroz, conservador do Museu da Arte Antiga : Artes decorativas ;
K. G. Jayne ; Historia portuguesa do seculo XVI ;
Manuel João Paulo Rocha : Historia local (Lagos) ;
M. de Oliveira Lima, ministro do Brasil na Belgica : Historia politica ;
Manuel Paulo Merêa : Historia do direito ;
Manuel Vieira Natividade : Historia local (Alcobaça) ;
Pedro de Azevedo, 1.º conservador do Archivo Nacional : Paleographia e critica diplomatica ;
Pedro Fernandes Thomaz, professor da Escola Industrial da Figueira da Foz : Historia local ;
Pedro Paulo de Mascarenhas Judice : Historia local (Silves) ;
Philoteio Pereira de Andrade : Archeologia indiana ;
Vieira Guimarães, professor lyceal : Historia da Arte ;
Visconde de Faria, consul em Lausanne : Bibliographia e Heraldica ;
Visconde de Meirelles, diplomata ;
William Ker, professor da Universidade de Londres.

HISTÓRIA DA IGREJA EM PORTUGAL

POR

FORTUNATO DE ALMEIDA

Bacharel formado em Direito, Professor do Lyceu Central de Coimbra,
Sócio do Instituto da mesma cidade,
da Sociedade de Geographia de Lisboa e da Sociedade portuguesa de estudos históricos

VOLUMES PUBLICADOS:

- TOMO I — Desde as origens do christianismo na península até ao fim do reinado de D. Dinis (1325).
Um volume de 800 páginas, 2\$500 reis.
TOMO II — Desde o principio do reinado de D. Affonso IV até ao fim do reinado de D. João II (1325-1495). Um volume de 812 páginas, 2\$500 reis.

EM PUBLICAÇÃO:

- TOMO III — Desde o principio do reinado de D. Manuel I até ao fim do reinado de D. João V (1495-1750). Dois volumes.
TOMO IV — Desde o principio do reinado de D. José I até á proclamação da república (1750-1910). Um volume.
TOMO V — Os acontecimentos no tempo da república. Um volume.

Fascículos mensaes de 80 páginas em 8.^o grande, em typo elzivir e óptimo papel, ao preço de 250 reis cada um.

Não se vendem volumes separados.

Toda a correspondência deve ser dirigida á Imprensa Academica, Rua da Sophia, Coimbra.

A CRITICA LITTERARIA EM PORTUGAL

POR

FIDELINO DE FIGUEIREDO

Professor do lyceu, da secção de Historia,
Secretario da Sociedade Portuguesa de Estudos Historicos

SUMMARIO:

Prefacio. — **Primeira Epoca (1526-1613).** — A Renascença geral. — A Renascença portugüesa. — Antonio Ferreira, theorico do classicismo e orientador do primeiro grupo classico. — **Segunda Epoca (1613-1662).** — A exegese camoneana. — A querella dos camoistas. — D. Francisco Manuel de Mello. — **Terceira Epoca (1662-1756).** — Academias. — **Quarta Epoca (1756-1826).** — Precursôres: os trabalhos linguisticos; o cavalheiro de Oliveira, um racionalista e um impressionista; Verney e o gongorismo; Francisco José Freire e a sua «Arte Poetica». — A Arcadia Lusitana, suas idéas e seus trabalhos criticos. — A Academia Real das Sciencias, historia litteraria. — Filinto Elysio. — José Agostinho e a censura official. — **Quinta Epoca (1826-1870).** — O romantismo e a critica romantica europêa. — A critica romantica portugüesa. — 1.^o periodo (1826-1837): Garrett e o seu «Bosquejo». — Herculano no «Repositorio Litterario». — A theoria da unidade. — 2.^o periodo (1837-1871): A litteratura romantica triumphante. — Herculano no «Panorama». — Historia Litteraria. — A critica jornalística, Rebello da Silva, Lopes de Mendonça e Andrade Ferreira. — Progressos da historia litteraria, trabalhos bibliographicos. — Idéas criticas sobre Shakespeare. — Castilho e a decadencia da critica romantica. — **Sexta Epoca (de 1871 á actualidade).** — O positivismo applicado á critica. — O sr. Theophilo Braga.

PREÇO, 400 REIS